

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias
Mestrado em Urbanismo

Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho

Política, Gestão e Cidade.
Política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco

Campinas
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias
Mestrado em Urbanismo

Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho

Política, Gestão e Cidade.
Política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco

Dissertação desenvolvida sob orientação da Profa. Dr.a Raquel Rolnik, apresentada ao Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito final para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Campinas

2007

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t333.77 Coelho, Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti.
C672p Política, gestão e cidade: política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco / Rosabelli
Lopes Lima Cavalcanti Coelho. - Campinas: PUC-Campinas, 2007.
p.

Orientadora: Raquel Rolnik.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas,
Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui anexos e bibliografia.

1. Política habitacional. 2. Habitação popular. 3. Planejamento urbano. 4. Loteamento - Legislação.
I. Rolnik, Raquel. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas,
Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed.CDD – t333.77

*Ao meu tio querido, Gilberto Pereira Lopes, pela acolhida de braços sempre abertos;
pelo sorriso amigo de cada concordância e partilha; pelos conselhos de vida tão
cheios de sabedoria; pela presença constante em cada degrau por mim alcançado;
pela torcida confiante na vitória sempre almejada; pelo pai amigo, carinhoso, que me
assumi sem perguntar por quê, amando-me de um jeito tão peculiar que, sou sincera
em afirmar: devo-lhe minhas conquistas!
Com amor filial peço sua bênção, tio!*

Agradecimentos

Após os desafios de um término de mestrado, acredito ser este o momento de parar para agradecer. Agradecer a Deus pelo dom da vida, que nos permite a todos superar tantas dificuldades. Ao meu pai Joaquim e minha mãe Rosélia, que me permitiram ser pessoa, em função do amor deles, e cidadã, sabendo ser responsabilidade de cada um a busca por dias melhores. Eles sempre sabiam quando eu estava *down* precisando de uma “injeção de ânimo”. Ao meu amor, Alex Keyssar, que queria saber falar português para revisar meu texto e que me acompanhou nos momentos finais, numa distância de *miles* (com *smiles*), mas sempre próximo ao alcance do pensamento porque está em minh'alma.

Aos chefes-amigos que me apoiaram na PUC-Campinas, por todas as palavras e atos de estímulo. A vocês, Pe. Wilson e Pe. David meus mais profundos agradecimentos pela confiança de vocês em meu trabalho e pela oportunidade que vocês me deram.

À minha orientadora, Prof.a Raquel Rolnik, que em muitos momentos foi além do seu papel do suporte à pesquisa, à dissertação. Em muito devo a ela ter conseguido finalizar essa etapa de minha vida. Sua força é inspiração.

A todos os que trabalharam na SEHURB, especialmente Mônica Nahú, Verônica Bezerra, Isabel Dantas e Alexandre Neto, pelo papel que tiveram na divisão das angústias e nas certezas de dias melhores e da construção de instrumentos de gestão e de capacitação dos servidores públicos municipais.

Aos presidentes de associações de moradores, todos que ficaram meus conhecidos na época da Secretaria de Habitação, aos que reivindicam por dias melhores nas suas comunidades. Entrevistei, acompanhada por meu pai, alguns dos que foram os primeiros nas lutas.

A todos os que me ajudaram direta e indiretamente, dando-me acesso a dados do TRE, especialmente o Bel. Cleyton Barreto em Petrolina e Gilvan Mendonça em Recife, a minha irmã Raíssa que abdicou de dias de férias para pesquisar comigo e a Alessandra que me ensinou a trabalhar com o ArcGis,

Lembro-me de um assessor em Brasília contando como aconteciam as emendas parlamentares, pouco antes do início da primeira Conferência Nacional das Cidades

em 2003 em Brasília. Ele contava como tudo estava uma bagunça desde janeiro, como todos os novatos do governo Lula estavam perdidos, não sabiam de nada. Eu lhe perguntei por que ele não os ajudava, facilitando as coisas, facilitando a construção, apontando erros anteriores, melhorando o sistema. Ele me olhou com espanto, e disse: “eu não, eu quero mais é vê-los perdidos”. Meu agradecimento vai para todos os que na vida pública fazem o contrário, se despojam de suas aspirações, pensando no coletivo, no bem comum.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – Localização do município de Petrolina no Estado de Pernambuco
- FIGURA 2 – Fluxos Migratórios
- FIGURA 3 – Mapa de infra-estrutura para transporte e logística. Conexões do município com diversas cidades do país (hidrovia do São Francisco, rodovia, ferrovia e via aérea)
- FIGURA 4 – Habitantes de Petrolina por setor censitário
- FIGURA 5 – Áreas estudadas e divisões diversas
- FIGURA 6 – Loteamentos abertos de 1976- 1982
- FIGURA 7 – Planta do loteamento Vale do Grande Rio
- FIGURA 8 – Capa do livro de Eudete Pereira escrito com base nas pesquisas e entrevistas com os moradores das Vilas Papelões.
- FIGURA 9 – Mapa de Tipologia das edificações em Petrolina.
- FIGURA 10 – Loteamentos abertos de 1976- 1982 e de 1983 a 1988
- FIGURA 11 – Vila Papelão Pedro Raimundo em 1987
- FIGURA 12 – Vila Papelão José e Maria 1987
- FIGURA 13 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988 e de 1989 a 1992
- FIGURA 14 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988, de 1989 a 1992, de 1993 a 1996
- FIGURA 15 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988, de 1989 a 1992, de 1993 a 1996 e de 1997 a 2000.
- FIGURA 16 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988, de 1989 a 1992, de 1993 a 1996, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004
- FIGURA 17 – Mapa com divisão dos bairros periféricos em setores do Programa Multissetorial Integrado PMI/ BNDES
- FIGURA 18 - Taxa de Urbanização
- FIGURA 19 – Termo de Ocupação de Lote Residencial de Interesse Social
- FIGURA 20 – Mapa com divisão de Petrolina em Zonas Eleitorais
- FIGURA 21 – Mapeamento da eleição para Deputado Estadual em 1994.
- FIGURA 22 – Mapeamento da eleição para Deputado Federal em 1994.
- FIGURA 23– Mapeamento eleição para prefeito em 1996
- FIGURA 24 – Mapeamento eleição para Deputado Estadual em 1998
- FIGURA 25– Mapeamento da Eleição Deputado Federal de 1998
- FIGURA 26 – Mapeamento da eleição majoritária para prefeito de 2000
- FIGURA 27– Mapeamento da eleição para Deputado Estadual de 2002
- FIGURA 28- Mapeamento da eleição para Deputado Federal de 2002
- FIGURA 29 - Mapeamento da Eleição Majoritária Prefeito, 2004

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 – Evolução da população Urbana e Rural do município de 1960 a 2000.
- TABELA 2 – Agrupamentos das áreas estudadas (setores/ loteamentos/ seções/ bairros).
- TABELA 3 – Leis de Doação e quantidade de lotes doados por loteamento
- TABELA 4 - Seções eleitorais de cada Bairro/ Área estudada
- TABELA 5 - Eleições Majoritárias para Prefeito 1976
- TABELA 6 - Eleições Majoritárias para Prefeito 1982
- TABELA 7 - Deputado Federal 1986
- TABELA 8 - Deputado Estadual 1986
- TABELA 9 - Eleições Majoritárias para Prefeito 1988
- TABELA 10 - Deputado Federal 1990
- TABELA 11 - Deputado Estadual 1990
- TABELA 12 - Votação por área - Deputados Estaduais 1994
- TABELA 13 - Votação por área - Deputados Federais 1994
- TABELA 14 - Votação por área - Prefeito 1996
- TABELA 15 - Votação por área - Deputados Estaduais 1998
- TABELA 16 - Votação por área - Deputados Federais 1998
- TABELA 17 - Votação por área - Prefeito 2000
- TABELA 18 - Votação por área - Deputado Estadual 2002
- TABELA 19 - Votação por área - Deputado Federal 2002
- TABELA 20 - Votação por área - Prefeito 2004

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Família, Partido, Conexões e Eleições (políticos eleitos)
- Quadro 2 - Gestões e loteamentos abertos (promotor, ano de abertura, forma de distribuição de lotes, forma de aquisição da terra pelo promotor, cronologia das melhorias).
- Quadro 3 - Programas habitacionais direcionados para Petrolina (governo federal e estadual)
- Quadro 4 - Investimentos CAIXA e emendas parlamentares

ANEXO A:

Quadro 5 - Cronologia Política e de inserção da cidade no cenário nacional. Presença governamental (federal e estadual) no município de 1930 a 1975

ANEXO B:

Quadro 6 - Mapas em ArcGis e tabelas em excel

ANEXO C:

Quadro 7 - Tabela de eleições majoritárias para prefeito (1976 a 2004)

Lista de siglas abreviaturas e símbolos

PSD – Partido Social Democrático

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMP – Prefeitura Municipal de Petrolina

SEHURB – Secretaria de Habitação e Urbanismo

IPSA - Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas

PMI- Programa Multissetorial Integrado

PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

Sumário

Agradecimentos

Apresentação

Introdução

1. Petrolina: de Manchester do Nordeste a Califórnia Brasileira

1.1 Petrolina Passagem de Joazeiro

1.2 Petrolina Manchester

1.3 A construção das redes e conexões do governo municipal e governos estadual e federal (Décadas de 30 a 70)

1.4 Petrolina Califórnia

2. Evolução da Política Habitacional na Petrolina Urbana: estudo de loteamentos populares nas gestões de 1977 a 2004

2.1 Evolução da política habitacional em Petrolina

2.2 A década das aberturas a qualquer custo (1977-1988)

2.2.1 Gestão Diniz de Sá Cavalcante 1977-1982

2.2.1.1. Ouro Preto, 1977

2.2.1.2. Jardim Amazonas, 1978

2.2.1.3 Vale do Grande Rio, 1978

2.2.1.4. José e Maria, 1979

2.2.1.5. Pedro Raimundo, 1981

2.2.1.6. COHAB IV, 1981

2.2.1.7. Jardim São Paulo, 1982

2.2.2 Gestão Augusto de Souza Coelho 1983-1988

2.2.2.1. COHAB V, 1984

2.2.2.2 Antônio Cassimiro, 1985

2.2.2.3. Dom Avelar, 1987

2.2.2.4. João de Deus, 1987

2.2.2.5. São Gonçalo, 1988

2.2.2.6. Alto do Cocar, 1988

2.2.2.7 Henrique Leite I, 1988

2.3 A década perdida (anos 90): o município e a autonomia a partir da Constituição de 88.

2.3.1 Gestão Guilherme Coelho (1ª) 1989-1992

2.3.1.1 Cosme Damião, 1990

2.3.1.2 Santa Luzia, 1991

2.3.1.3 Quati I e II, 1991

2.3.2 Gestão Fernando Bezerra Coelho (1ª) 1993-1996

2.3.2.1 Henrique Leite II, 1993

2.3.2.2 Fernando Idalino, 1994

2.3.3 Gestão Guilherme Coelho (2ª) 1997-2000

2.3.3.1 Pedra Linda

2.4 Poder local e gestão descentralizada e democrática: início real?

2.4.1 Gestão Fernando Bezerra Coelho (2ª) 2001-2004

2.4.1.1 Pedra Linda II, 2001

2.4.1.2 Cacheado, 2004

2.4.1.3 Pedro Raimundo II e Vale do Grande Rio, 2004

2.4.1.4 Henrique Leite III (Vila Vitória), 2004

2.5 Petrolina doada em peso: a consolidação da doação de lotes

3. Política Habitacional e comportamento eleitoral: Evolução dos votos e dos benefícios nos empreendimentos patrocinados pelo poder público

3.1 Descrição de metodologia

3.1.1 A coleta de dados

3.1.2 Dados gerais para as votações de 1976 a 1992

3.2 Descrição de resultados: Expressão Territorial do Voto

3.2.1 Deputado Estadual 1994

3.2.2 Deputado Federal 1994

3.2.3 Eleições Majoritárias Prefeito 1996

3.2.4 Deputado Estadual 1998

3.2.5 Deputado Federal 1998

3.2.6 Eleições Majoritárias Prefeito 2000

3.2.7 Deputado Estadual 2002

3.2.8 Deputado Federal 2002

3.2.9 Eleições Majoritárias Prefeito 2004

3.3 Política Habitacional e resultados Eleitorais em Petrolina

3.3.1 Famílias, Partidos, Chapas e Redes político-eleitorais

4. Considerações finais: Benefícios habitacionais urbanos e a organização das eleições

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. ANEXOS

Resumo

O estudo desenha um panorama das políticas habitacionais desencadeadas, desde 1964, pelos governos federal, estadual e municipal em Petrolina/ PE. O objetivo é verificar o processo de formação dos bairros populares, a partir de doação de lotes e do direcionamento de recursos federais e estaduais para esses bairros, em função da conexão histórica das elites políticas locais com os cargos máximos dos executivos e legislativos estaduais e federais. Com a territorialização do comportamento eleitoral dos bairros populares analisados, a pesquisa visa demonstrar a forte vinculação entre o benefício habitacional e a destinação do voto, ressaltando a principal política habitacional municipal que é a doação de lotes sem infra-estrutura, mantida ao longo das gestões estudadas. Além da doação de lotes foram verificados alguns programas e melhorias subseqüentes à doação. Esses programas e melhorias configuram continuidade de benefícios distribuídos no tempo, resultantes de reivindicações dos presidentes das associações de moradores, feitas diretamente ao chefe do executivo municipal. A pesquisa conclui que o retorno político obtido pelas chapas tem como base o benefício habitacional concedido à população dos loteamentos populares e depende da construção de redes e de vínculos com os representantes de associação de moradores. O retorno político depende, ainda, do direcionamento de contínuos benefícios, realizados, principalmente, nos loteamentos doados ao longo das várias gestões municipais analisadas (de 1977 a 2004).

Palavras-chave: Gestão urbana, política habitacional, benefício e voto.

Abstract

This research offers an overview of the housing policies developed by the federal, state, and municipal governments in Petrolina/PE since 1964. The objective is to trace and document the formation of popular neighborhoods, beginning with the donation of land lots and the channeling of federal and state resources to those neighborhoods, while simultaneously considering the historical connections between local political elites and the principal figures in the state and federal governments. A spatial analysis of electoral behavior in the analyzed popular neighborhoods demonstrates a strong link between the receipt of housing benefits (particularly the donation of land lots) and the preferences of voters. In addition, the research also traces the impact of housing programs and upgrades following the donation of lots. This demonstrates a continuity in the distribution of benefits through time, resulting in strong ties between the leaders of neighborhood associations and the chief executives of the city. The conclusion is that the political gains and strength of certain parties and/ or factions had its basis in the housing benefits given to the population of the popular classes and depended further on the development of bonds and networks among the representatives of the neighborhood or dwellers' associations. These political gains were solidified by continuous improvements to the donated lands by all subsequent mayoral administrations from 1977 until 2004.

Key-words: Urban management, housing policies, benefit and vote

Introdução

Esta dissertação nasceu de um “espanto”, como diria Castells (1983) no prefácio do seu livro *A Questão Urbana*. No tempo em que ocupei o cargo de Secretária Municipal de Habitação e Urbanismo de Petrolina, muitas perguntas surgiram acerca de gestão de políticas e projetos, das dificuldades do município (desarticulação, fomento à irregularidade, falta de estrutura) e de como seria possível resolvê-las. Muitas questões e poucas respostas.

Na época, em 2003, aceitei o convite para o cargo, na mais singela condição, aquela da *blissful ignorance*, quando não se sabe quais serão as reais demandas no dia-a-dia. E a dimensão da responsabilidade era do tamanho da cidade de porte médio, 230 mil habitantes, com desafios nem imaginados por uma recém-formada.

Petrolina é um dos maiores municípios do Estado de Pernambuco em dimensão e em pujança econômica. Os rumos da cidade haviam sido traçados há muito tempo, no período militar, e, segundo o prefeito que havia feito o convite para o cargo, precisavam ser revistos. O convite inicial era o de participar da Secretaria de Planejamento, com o objetivo de auxiliar na revisão do Plano Diretor da cidade e, para isso, estaria em contato com os professores do Mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU) no Recife. Em janeiro de 2003, no primeiro mês do governo Lula, a matrícula no mestrado foi trancada para que pudesse assumir o cargo.

O convite foi aceito na expectativa de ser técnico no político, como Milton Santos (2000, p.50) reforça na entrevista-livro *Território e Sociedade*. Na Secretaria, não de Planejamento, mas de Habitação e Urbanismo (SEHURB), era administrar enquanto aprendia a lidar com a coisa pública, com a política habitacional do município e os Programas instalados, com as exigências do INSS,

do Tribunal de Contas do Estado, com os limites impostos pela Lei de responsabilidade Fiscal.

As perguntas eram muitas: como o município estava lidando com a repercussão e a consolidação da autonomia e independência em termos político-institucionais acontecida na década de 90? E nessa busca de redefinição de competências, com a descentralização real, qual era a capacidade administrativa do município para fazer a gestão de tantas ações, projetos e programas? Qual o papel de vereadores, dos presidentes de associação? O que significavam os loteamentos irregulares promovidos pelo próprio poder público, as doações de lotes, as reivindicações diárias da população por benefícios, os loteamentos clandestinos, as terras griladas?

A SEHURB “apagava incêndios”, ao contrário do planejamento que ajuda a resolver as questões antecipando conseqüências. Entre os “incêndios a serem apagados” estava a realização de infra-estrutura em áreas do município para poder captar mais casas do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social. Não havia terra infra-estruturada esperando pelos leilões da Caixa Econômica Federal. E as respostas precisavam ser encontradas imediatamente.

Ao iniciar o Mestrado em Urbanismo, as várias perguntas estavam em forma de um amplo anteprojeto de pesquisa considerando todas as ilegalidades na construção da cidade, suas origens, seus impactos. A irregularidade ainda permeava a maior ação habitacional do município, a doação de lotes. O que se sabe é que Petrolina, assim como outras cidades brasileiras, é um mosaico de ilegalidades urbanas e que os assentamentos informais, um dos tópicos mais relevantes em uma política habitacional, são um imenso problema político e social (FERNANDES; ALFONSIN, 2003). A pobreza da grande maioria dos brasileiros, a ineficiência das políticas governamentais e os sistemas reguladores restritivos, somados ao mau uso da terra e ao mercado estão associados a esse fenômeno. A promoção da irregularidade pelo poder público deveria ser inaceitável. Mas,

então vêm as perguntas: e o município tem condições de realizar 'cidade' de pronto ou tem sempre que começar irregular para ir regularizando aos poucos, lentamente, em 10, 15, 20, 25 anos? Qual é o impacto político dessa opção?

Durante as conversas entre a pesquisadora e sua orientadora, de fantástica vivência como técnica no político, foi definido ater-se à análise das conexões políticas da elite local e as políticas habitacionais do município, focalizando dois fenômenos, habitação e voto, em suas múltiplas dimensões, como temas do anteprojeto de seleção do mestrado.

Era necessária uma revisão profunda e histórica para entender o que acontece hoje na cidade.

O primeiro capítulo dedica-se à construção do pano de fundo do desenvolvimento econômico, social e político de Petrolina. Na primeira e na segunda parte, ilustram-se as relações históricas e a ocupação do espaço, como a cidade é construída e a sua economia que a faz adquirir uma importância logística e comercial na região. Na terceira parte, dedica-se à análise da constituição da força política na região e o desenho do poder hegemônico da família Coelho como sustentáculo de todas as políticas, hegemonia determinante para a canalização de investimentos estaduais e federais para Petrolina.

O objetivo do Capítulo 2 é servir de panorama da política habitacional nos âmbitos federal, estadual e verificar as repercussões no município, de forma breve e sintética, reconstituindo a história dos bairros populares. São retratadas a irregularidade e a regularização paulatina a partir da exigência dos moradores organizados. Com a municipalização das políticas habitacionais são elencadas, também, as novas exigências dos programas federais para a liberação de investimentos.

O Capítulo 3 concentra-se na análise da questão benefício habitacional e sua relação com o voto. Para isso são demonstradas a metodologia de coleta dos dados e sua territorialização. É feita, também, a junção dos tempos das ações habitacionais com as eleições, verificando o benefício atrelado ao voto e concluindo sobre o papel importante da política habitacional na destinação do voto. Nesse capítulo, é ressaltado, também, o papel dos presidentes de associação em todo esse processo.

Foram muitos os desafios: de tempo, de espaço e de tema. É impossível escrever algo consistente sem poder mergulhar. O mestrado foi feito enquanto a pesquisadora trabalhava 8 horas diárias. Além desse tempo, há o tempo da pesquisa: o recorte temporal. Foi considerado de grande importância para entender o desenvolvimento das políticas em todos os âmbitos, o período de 1977 a 2004 que é bastante amplo, considerando seis gestões diferentes. O desafio de espaço foi tanto pela distância física do objeto de pesquisa, muitos quilômetros distante de Campinas, em São Paulo, quanto pela escolha dos vários bairros periféricos de Petrolina (16 bairros/áreas populares). O desafio de tema foi no sentido de tentar aproximar-se da ciência política e da geografia eleitoral sem ser cientista político ou geógrafo. Sabe-se que muito do que aqui está impresso pode ser mais bem analisado e que muitos pontos ficaram sem o aprofundamento necessário, importantes em um trabalho científico de pesquisa. Conclui-se, então, este trabalho na certeza de que ele proporcionará material para aprofundamentos posteriores.

Capítulo 1

Petrolina: de Manchester do Nordeste à 'Califórnia Brasileira'.

O presente capítulo está dedicado a esboçar as bases históricas da estruturação de Petrolina, sua evolução demográfica desde as fazendas de gado, passando pela vocação comercial dos produtos regionais, até a implantação do perímetro irrigado. Além do perfil econômico e social da região, este capítulo procura apontar as origens dos grupos políticos locais que, a partir de uma rede de relações com governos estaduais e federais, mantiveram uma posição hegemônica de poder na cidade.

1.1. Petrolina, Passagem de Joazeiro

A origem da sede desse município é desconhecida, rezando a tradição ter sido uma fazenda de criação de gado e, como outrora servia de passagem aos negociantes de gado de Ouricury, deste Estado, e o Estado de Piauí para a cidade de Joazeiro, Estado da Bahia, lhe veio o nome 'Passagem de Joazeiro', nome que conservou por muito tempo até que com a criação da Freguesia, deu-se-lhe a denominação de 'Petrolina'¹ (BRITTO, 1995, p.4).

A história precisa ser remontada desde o início do século XVII, quando o desbravador da região do Sub-Médio São Francisco, Garcia D'Ávila, um dos membros do grupo de Tomé de Souza² (primeiro Governador Geral e 'precursor dos bandeirantes'), obtendo sesmaria e penetrando o Vale do Rio São Francisco do Norte a Sul, construiu currais primitivos, deixando em cada um deles um casal de escravos. Durante muito tempo esta foi a maneira de colonizar o interior ressequido, de devassar os sertões fora da autoridade dos

¹ Texto transcrito das folhas 35 v. a 37 v. do livro nº 5 de registro do conselho municipal da vila de Petrolina, 23 de agosto de 1890, assinado por Manuel Francisco de Souza Junior e outros (BRITTO, 1995, p.4).

² Na segunda metade do século XVI, a agricultura, basicamente a monocultura da cana-de-açúcar, estava consolidada no litoral nordestino pelo clima, qualidade do solo e facilidade de transporte, e os animais invadiam as roças e danificavam as plantações. Havia a necessidade de separação entre a agricultura e a pecuária pela incompatibilidade da coexistência. Após a determinação de Tomé de Sousa, os rebanhos foram encaminhados ao interior, devendo os animais também estar distante das cidades para que pudessem pastar em campos abertos (LOPES, 1997, p. 18).

governadores (BRITTO, 1995, p.15). O fundador do Morgado Casa da Torre - em torno do qual grande parte do patrimônio era reunida -, Garcia D'Ávila, e seus sucessores detiveram durante muitos séculos a propriedade de quase toda terra da região.

As fazendas de gado foram surgindo em áreas da Bahia, do Piauí e de Pernambuco, onde seriam conformados, mais tarde, os municípios de Petrolina e Araripina. O Rio protagonista, fator precípua da vida nesse sertão, tinha, naquele momento, dois nomes: para os portugueses era o São Francisco, o nome do santo do dia em que fora descoberto, e para os índios, Opara, que “na língua tupi quer dizer tonto, perdido, que não sabe aonde vai, sem rumo” (LOPES, 1997, p.15).

O crescimento dos rebanhos não requeria recursos volumosos como as fazendas de cana-de-açúcar e a mão-de-obra, necessária à manutenção do curral, era mínima, a preço quase zero, recaindo todo o trabalho sobre os ombros de um único homem. Esse aspecto esclarece a rapidez com que os currais foram implantados em terras de poucos, redundando no rápido processo de ocupação e na atração que a pecuária exerceu nos portugueses de poucas posses, fazendo-os virem a transformar-se em foreiros da Casa da Torre na região. A terra tinha valor em consequência do valor do gado, esse sim era a propriedade, e devido ao pasto ralo eram necessárias vastas extensões, muitos hectares para alimentar uma única rês (LOPES, 1997, p.27).

Entre a segunda metade do Século XVII e primeira do Século XVIII são conquistadas novas terras para além do Submédio São Francisco, adentrando em direção às terras do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Era o Vale do São Francisco, na época, uma das regiões mais povoadas do Brasil, “alicerçava-se como base de ocupação de parte considerável do sertão nordestino, como centro irradiador de rebanho e população” (LOPES, 1997, p.48).

O gado criado na região do Médio São Francisco, assim como o das terras do Piauí, era destinado ao abastecimento do litoral baiano –

substancialmente Salvador, capital da Coroa Portuguesa nas Américas até 1763. Os currais eram implantados a certa distância do Rio São Francisco, pois esse oferecia a possibilidade dos animais se desgarrarem, atolarem, serem atacados por doenças, por cobras, piranhas ou jacarés. Quanto mais eram aproveitadas as margens do São Francisco para a criação de gado, maior se tornava a distância das boiadas em relação a Salvador e seu recôncavo onde existiam os principais consumidores de gado.

A fazenda correspondia em geral à terra de uma sesmaria³ e continha vários currais, cada um com um servo, o vaqueiro, normalmente um negro ou índio destribalizado e domesticado, catequizado pelos jesuítas que estavam em missão de caçadores de almas no Vale do São Francisco. O vaqueiro era pessoa que vivia no limite da miséria e que, devido à característica da vegetação, passa a usar o couro como matéria-prima para roupa e utensílios da casa. É essa figura humana e sua família, os índios subjugados, os negros fugidos das plantações, transformados em vaqueiros sob ‘a proteção’ do dono da fazenda, que vai conformar o perfil do sertanejo nordestino.

É com o relato de batalhas ferrenhas como as ocorridas no Rio Salitre, com a derrota dos índios Cariris, que podemos entender um pouco da condição de extermínio: era feita a ‘limpeza’ da área para e pelos criadores de gado. Ao invés de povoarem a região, promoviam o despovoamento matando o gentio que a ocupava. Implantando currais ‘pelo ermo adentro’, o explorador branco substituía por boiadas as tribos que encontravam no caminho. Foram muitas as injustiças cometidas pelos portugueses, ‘a maior parte criminosos exilados de Portugal que, se encontrando afastados do governo, oprimiram os índios’ (LOPES, 1997, 46).

Os criadores de gado chegaram ao local onde se conformou o município de Petrolina ocupando as terras desertas da região e os viajantes que iam à direção do Ceará, Piauí e Maranhão ou no sentido contrário para o Estado da

³ Nos anos de 1699, 1729 e 1753 foram emitidas Ordens Régias, cancelando as doações de sesmarias que não tivessem sido diretamente trabalhadas pelo dono ou por seus feitores com vistas a desenvolver uma política de efetiva ocupação das terras. As proibições continuaram sendo letra morta e apesar do poderio da Casa da Torre ter começado a diminuir, mesmo que alguém obtivesse uma carta de sesmaria só se assentaria na terra quem aceitasse se submeter e tivesse o consentimento do mandatário da Casa da Torre (LOPES, 1997, p. 57).

Bahia, atravessavam o São Francisco com suas boiadas aproveitando-se dos trechos onde existiam ilhas fluviais, o que facilitava o deslocamento. A 'Passagem de Joazeiro' era um desses trechos e as duas margens eram chamadas assim devido à existência da árvore nativa com aquele nome.

O Rio São Francisco era um obstáculo natural para as boiadas de Pernambuco que marchavam com destino à capital da Bahia, principalmente levando em conta o cansaço dos animais em função das distâncias já percorridas. Esse aspecto e a existência de água abundante levaram os boiadeiros aproveitarem o ponto da travessia como parada para repouso dos animais, tendo prestação de serviços fixado os primeiros habitantes das passagens (tanto do lado baiano quanto do lado pernambucano). Durante muito tempo só se formou aglomeração humana na Passagem do Joazeiro do lado baiano, tanto em função da situação privilegiada na recepção dos produtos e envio destes para Salvador, quanto pela existência de trabalhos missionários. Foi um aldeamento iniciado em 1707, com o nome Nossa Senhora das Grotas de Joazeiro, que deu origem ao município de Juazeiro.

Apesar de todas as dificuldades acarretadas às boiadas, mesmo com a existência de outras estradas, segundo o pesquisador Esmeraldo Lopes, a estrada mais freqüentada era aquela que ligava a Passagem do Joazeiro a Salvador, conhecida como Estrada das Boiadas pelo volume de trânsito de animais e a freqüência de sua utilização.

A Estrada das Boiadas propiciou o surgimento de todas ou quase todas as aglomerações humanas perfiladas em seu trajeto e algumas delas, como Petrolina, posteriormente, adquiriram o status de povoado, vila, distrito e, finalmente, cidade.

A colonização portuguesa não tinha um conjunto sistematizado de regras escritas para o desenho da cidade, ao contrário da espanhola onde a cidade era elemento fundamental para a dominação. Os portugueses permitiram uma ocupação mais livre, desde que os lucros e a manutenção da colônia estivessem garantidos. Tinham um projeto eminentemente rural, ou segundo

Rolnik (1999) nem mesmo rural, mas de exploração de riquezas naturais, o que vemos de forma clara no histórico de ocupação do Submédio São Francisco.

No século XVIII, entre 1750 e 1799, é relatada a instalação do primeiro habitante na margem esquerda do Rio São Francisco da 'Passagem do Joazeiro'. O início real do povoamento da Passagem é considerado quando do assentamento da primeira pedra da capela de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, em 1858 (PADILHA, 1982, p. 21).

Muitos portugueses e descendentes foram atraídos para a região com a finalidade de realizarem o sonho e se tornarem senhores, o que, a partir de 1700, havia ficado mais fácil, uma vez que as caatingas já haviam sido desbravadas. Além disso, com o início da mineração em Minas Gerais, houve um aumento no ganho dos pecuaristas com a venda do gado a preço muito mais elevado do que o praticado quando era vendido para Salvador.

Um novo processo de exercício de poder político é iniciado quando os herdeiros da Casa da Torre deixam de agir como mandatários delegando aos procuradores poder total e irrestrito sobre os criadores de menor porte. A lei do Rei não chegava naqueles lugares e valia agora aquela lei concebida dentro dos padrões de justiça dos procuradores, que sem ter um comando único dos herdeiros de Garcia D'Ávila como outrora, atritavam-se entre si, sendo freados ou freando com a morte.

Não fossem as dificuldades impostas à ocupação livre da terra, possivelmente a estrutura da região, tanto do ponto de vista econômico como social e político, tivesse sido outra bem diferente. O vaqueiro teria facilidade para transformar-se em sitiante autônomo e os que chegassem à região tornar-se-iam proprietários livres com forte possibilidade de que fosse criada uma economia de mercado (LOPES, 1997, p. 61-62).

A arbitrariedade reinava e levava as pessoas sem posses a buscarem o apadrinhamento de algum dos poderosos. Havia ainda disputas territoriais no tocante às ilhas do Rio São Francisco: as autoridades pernambucasas se apegavam aos termos da carta de doação da capitania de Pernambuco, na época de Duarte Coelho, apesar da maior parte das ilhas e das terras no lado

pernambucano pertencerem a baianos, principalmente à Casa da Torre, dos moradores das ilhas serem muito mais vinculados à Bahia, e das autoridades pernambucanas serem bastante ausentes dessa parte do território. O que definiu a evolução da Passagem de Joazeiro do lado pernambucano foi sua localização estratégica, sendo as relações de Petrolina muito mais intensas com Salvador (BA), até a década de 1950, do que com o Recife (PE).

O declínio da pecuária se dá com a concorrência de áreas próximas do litoral nordestino, do Rio Grande do Sul e das Minas Gerais, que tinham melhores pastos e melhores condições climáticas. Os que desenvolviam suas atividades nas áreas da caatinga, distantes dos centros consumidores, ficaram no prejuízo, trazendo conseqüências desastrosas para o Submédio São Francisco. Nessa mesma época, acontecem as crises da empresa açucareira – uma das maiores consumidoras do gado e dos seus derivados – e da mineração, além da transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. O resultado dessa mudança foi a redução do consumo regional e o abandono de muitas fazendas pelos fazendeiros na região do Médio e Submédio.

Dentro do período de declínio, foi notável a venda de terras. Mesmo com todas as dificuldades para o desenvolvimento da pecuária na região, ela ainda continuava sendo um fator de atração de pessoas de poucas posses que se fixavam em terras de extensões cada vez menores proporcionando o surgimento de várias fazendas (LOPES, 1997, p.74).

Há o momento da acomodação e decadência com o conseqüente isolamento da região. Com a fuga dos fazendeiros mais abastados, a divisão das terras afetava as estruturas de poder. Esfaceladas as terras, reduzia-se a abrangência do domínio político de seus proprietários, pois o poder decorria de extensão territorial possuída pelo fazendeiro. Os poucos que conseguiam manter a integridade das suas terras e o número de agregados e dependentes conseguiram impor-se soberanamente sobre os demais.

Durante o século XIX, os que passavam na região do Médio e Submédio eram unânimes em ressaltar a situação de pobreza dos lares e das condições miseráveis de vida da população. A única fartura representada pelo Rio São

Francisco não era aproveitada, uma vez que a numerosa população das margens era pouco produtiva.

'Nas estradas que margeiam o rio ou dele partem em direções diversas, as habitações se sucedem a miúdo formando pequenas povoações, lugarejos insignificantes e algumas vilas e cidades. Nas povoações ribeirinhas, o aspecto da pobreza e de atraso é extremo. Não se vê agricultura alguma nem trabalho permanente. Na beira do rio, no lameiro das margens, onde a umidade resiste melhor à secura do ar, descobrem-se, às vezes, os restos de uma plantação de milho, de abóboras, de batatas doces e de mandioca, mas tudo em proporções minúsculas e muito pouco cuidadas' (LOPES, 1997, p.70).

Os relatos dos historiadores Padilha, Lopes e Britto indicam a Passagem como um oásis quando da época da grande seca no Sertão nos anos de 1859 e 1860. O povo que chegava ia se firmando e as habitações multiplicavam-se às margens do rio, tanto do lado direito (Juazeiro), quanto do lado esquerdo (Petrolina), alinhando-se as casas em sentido paralelo ao rio. Esta disposição facilitava o relacionamento com os tripulantes das embarcações que trafegavam rio acima, rio abaixo, vendendo e comprando produtos da região ou trocando mercadorias por manufaturas que não produziam.

A partir do século XIX, os grandes proprietários passam a vender suas terras, adquiridas por portugueses e descendentes de poucos recursos. A terra não tinha, ainda, valor de propriedade, e o gado era rejeitado no mercado da carne. A sesmaria, instituída como forma de propriedade, condicionada ao uso produtivo da terra pelo Estado absolutista, durou até 1822. Quando extinta, foi 'iniciado o apossamento de terras baseado na ocupação pura e simples, sendo que, até 1850, valeu o direito de posse' (LOPES, 1997, p. 88).

Com a Lei imperial nº 601 de 18, de maio de 1850, ou mais conhecida como Lei de Terras, a única forma legal de posse passou a ser a compra devidamente registrada, segundo Rolnik (1999) com implicações de absolutização da propriedade, uma vez que não havia necessidade de ocupação, e de monetarização com a terra transformada em mercadoria. Os aspectos fundamentais da lei de propriedade urbana no Brasil levam em conta a coexistência de uma legalidade inscrita em lei (lei-dos-livros) com uma

legitimidade inscrita na prática social (lei-em-ação), e a natureza complementar da livre ocupação e do sistema sesmarial.

A contradição passa a ser um elemento fundamental de tensão, com raiz na noção de que o direito à terra está diretamente ligado a sua efetiva utilização (ordem jurídica portuguesa remontada) e a convivência entre um sistema oficial de concessão e um registro de terra virtual e acessível a poucos com a realidade do apossamento informal. Interessante notar que ‘a terra no Brasil é livre enquanto o trabalho é escravo; no momento em que se implanta o trabalho livre ela passa a ser cativa’ (ROLNIK, 1999, 23).

A transformação de arrendatários em proprietários se deu com atropelos. A herança foi a forma de divisão da terra que mais contribuiu para o parcelamento das fazendas, algo reconhecido até os dias de hoje nos loteamentos urbanos resultantes de antigas fazendas transformadas em perímetro urbano. Os “ex-arrendatários-novos-proprietários” descobriram as margens do Rio e as ilhas, iniciando a remoção dos beiradeiros. Alguns pequenos núcleos habitacionais, com características semi-urbanas, passaram a ser as pequenas unidades de consumo dos produtos de beiradeiros e vaqueiros.

A navegação, ainda precária no Século XIX, aparece como inovação no cenário onde antes tudo girava em torno da pecuária extensiva. Com as barcas ou com o vapor, a antiga passagem de rebanhos e tropeiros (donos das tropas de jumentos) e seus povoados em situação estratégica como Petrolina, passam a ser referência comercial⁴. A partir daí, foi facilitada a comercialização do excedente produzido pelos beiradeiros e tornada viável a produção em escala comercial da cachaça, da rapadura, do sal, integrando as diversas áreas do Vale por meio das trocas comerciais.

⁴ A exploração do transporte e do comércio no São Francisco, no correr do Século XIX, requeria um mínimo de infraestrutura por parte de quem se aventurava nas atividades. Construir uma barca exigia dinheiro, e ter um estabelecimento comercial ou trabalhar com comércio exigia prestígio. As atividades foram alternativas para os fazendeiros que viviam a decadência da pecuária. Comerciantes estabeleceram casas nas cidades ribeirinhas ou o faziam de forma ambulante entre os moradores das margens do rio, não havendo dinheiro. O comércio estava estruturado na troca de produtos (escambo) na maioria mercadorias volumosas (como a rapadura), mas de valor econômico irrisório e o transporte se dava pelo rio ou por terra por meio de tropas de jumentos e burros.

A chegada do vapor não melhorou, não substituiu as barcas porque diferentemente destas, aquele parava somente em locais específicos em função da necessidade de calado. A estrada de ferro foi que veio a alterar em parte a estrutura de Juazeiro a Salvador, fazendo com que o comércio tomasse impulso e as tropas passaram a conectar Juazeiro a Pernambuco e Piauí. As dificuldades do transporte por tropas eram maiores do que as sofridas por barcas impulsionadas pela força humana. Apesar dos remeiros sofrerem com os bancos de areia, as correntezas, as pedras, o calo feito pela vara no peito e o baixo retorno por serem tratados como escravos eram os caminhos precários, a seca que maltratava os animais e a chuva que fazia atolar que faziam do deslocamento das mercadorias por terra algo moroso e de grande mortandade de animais.

Petrolina continuava sendo passagem para Juazeiro, então, o município receptor e distribuidor, situado numa encruzilhada de duas grandes artérias de comunicação interior: a velha estrada histórica da Bahia ao Maranhão através do Piauí somada à estrada fluvial de Minas ao Atlântico passando por Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Juazeiro era o centro preferido de transações comerciais, sem uma produção local, e Petrolina cresceu, inicialmente, à sombra da cidade-irmã do lado baiano.

A Passagem torna-se Povoado (1860) e, em homenagem ao Imperador Dom Pedro II, recebe o nome de Petrolina. Surge dentro dos limites da Fazenda Massangano, é elevada a Freguesia, em 1862 – desmembrada do município de Santa Maria da Boa Vista -; a Vila, em 1870; a Comarca, em 1874; a município autônomo, em 1893; e a Cidade, em 1895, compreendendo a dimensão de 6.072 km² e distando 790 km da capital do estado, Recife. A FIG. 1 mostra a localização do município no estado.



FIGURA 1 – Localização do município de Petrolina no Estado de Pernambuco

FONTE – Guia cidades (2006)

De fins do Século XIX, até a primeira guerra mundial Petrolina esteve geograficamente isolada da capital do Estado, sem meios de comunicação e sofria uma seca incessante. As autoridades estaduais e federais pouca atenção davam aos três mil e quinhentos habitantes do município, que viviam sob um regime patriarcal, absolutamente dependente de Juazeiro que sempre tratou Petrolina como simples tributária (CHILCOTE, 1990, p. 80).

As famílias que se destacavam tanto no campo político quanto no econômico eram as dos Amorim, Cavalcanti, Coelho, Padilha e Santana Souza, cada uma delas chefiada por seu coronel⁵. Os Cavalcanti, Coelho e Souza foram os mais importantes no período inicial (final do Século XIX e início do XX), muitas delas detentoras das maiores rendas comerciais e as maiores proprietárias de terras.

O Coronel Valério Coelho Rodrigues era dono de várias fazendas na região e o primeiro ascendente em linha direta da família Souza Coelho, na época radicada em Afrânio e Petrolina. Português, de espírito aventureiro, verdadeiro bandeirante, desbravador do Sertão piauiense, enfrentou grandes desafios (ataques de índios, doenças, adversidades do clima) tornou-se dono de grandes extensões de terras, algumas conquistadas, outras compradas ou ocupadas no Piauí e em Pernambuco (BRITTO, 1991, p. 20).

⁵ Em Petrolina, existiam alguns Coronéis sem patente, grupo dominante que se confundia com a elite política, era formado por proprietários de terras e grandes comerciantes, sendo o comércio de produtos regionais o principal gerador de grandes fortunas. O crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização, o voto secreto contribuíram para o desaparecimento do coronelismo. Mencionar esse sistema que aconteceu em um período histórico bem definido é relevante quando verificamos a repercussão da mentalidade ao longo do tempo da dependência em relação ao "dono da fazenda", o proprietário da terra.

1.2. Petrolina Manchester

O “Coronel” Clementino Coelho (Quelê), descendente do Coronel Valério Rodrigues Coelho, patriarca da família Souza Coelho, deixou grandes marcas no campo econômico, político e social de Petrolina. Filho de pequenos proprietários, sua ascensão, a partir da primeira década do Século XX, deveu-se a dois fatos inicialmente: por ter recebido uma parte da herança de seu irmão Manuel Clementino, que morreu sem deixar filhos, e por haver adquirido várias propriedades urbanas e rurais a preço baixo, propriedades essas do tio de sua esposa, Dona Josepha Coelho, e do seu primo “Coronel” Otacílio Nunes de Souza.

Segundo relatos, acalentava vários sonhos: ter seu império montado, ter filhos políticos e ver a transformação de Petrolina na Manchester do Nordeste. Com grande tino comercial passou a comprar e vender qualquer matéria prima a preços baixos, não importando se era época de safra ou não. Sua visão era comprar para estocar e vender em momento oportuno, em busca do melhor preço. Foi dono de vasto império comercial, ocupou cargo de subprefeito, de 1913 a 1916, enviou os filhos para os melhores colégios de Salvador e, muitos deles, tornaram-se políticos.

Algodão, mamona, couro, peles, maniçoba, caroá, cera de carnaúba, café, eram os produtos comprados pelo “Cel.” Quelê para abastecer o mercado nacional e mais tarde o exterior (...). O desenvolvimento da indústria inicia-se, sendo a atividade algodoeira a que possibilita tão grande empreendimento com a implantação da segunda usina de algodão em Petrolina com material e maquinário vindo dos Estados Unidos (a primeira usina foi de Juvêncio Coelho Pombo) (BRITTO, 1995, p. 67).

De 1893 a 1916, a política é regida pela facção sob domínio do Coronel Amorim, dependente e alinhada à política estadual do Senador Rosa e Silva, época em que o município não tem força nem no nível federal, nem no estadual.

De 1916 a 1930, o poder municipal fica com a facção de tendência mais popular, contrária ao Coronel Amorim e dominada por Octacílio Nunes de

Souza, aliado das forças estaduais sob domínio de Dantas Barreto. O auxílio vindo dos governos federal ou estadual era pouco. A conexão do município com o governo federal era feita pelo deputado federal Manoel Francisco de Souza Filho, aliado do Coronel Clementino Coelho. Já havia, desde então, muitas divergências e instabilidade entre as facções. João Clementino de Souza Barros chegou a apoiar uma chapa contrária àquela apoiada por seu irmão, Cel. Clementino Coelho.

Duas coisas podem ser apontadas a respeito dessas divergências no seio do patriarcado dirigente. Em primeiro lugar, nem sempre as famílias eram coesas (...). Em segundo lugar, a influência do deputado Souza Filho [*assassinado em fins de 1929*], nos níveis estadual e nacional, contribuía para sanar algo de divergências entre as facções (CHILCOTE, 1990, p. 83).

Em 1920, é instalada na região uma indústria de borracha e o volume de comércio foi muito ampliado, começou a ser produzido algodão, a pecuária ficou mais forte novamente. A cidade inicia um momento de industrialização, com a vontade de alguns, como o Cel. Quelê, que montou o Parque Industrial mais bem equipado da região, com grande número de empregos, nutrindo os desejos de plantar carnaúba para exportar e instalar fábricas de tecidos.

Essa inclinação impressa pelo Coronel está retratada em artigo do Dr. Queiroz Telles, do Instituto Biológico da USP, impresso no Jornal O Farol, em 1934:

A indústria essencial de Manchester é a indústria algodoeira sob todas as formas. De um modo geral, pode-se dizer que o nome de Manchester lembra sempre a idéia de cidade cuja indústria é particularmente têxtil (...). O local onde a 'Manchester Brasileira' se erguerá está hoje ocupado pelas duas cidades fronteiras entre si: Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco) (...) a posição geográfica é providencial, (...) a fertilidade do Vale é incontestavelmente grandiosa, e (...) a extraordinária abundância de produtos naturais industrializáveis, como sejam: minérios e hibiscus aumenta, ainda mais, a importância econômica do vale sanfranciscano. (...) Com um serviço misto de comunicações fluviais e ferroviárias, a nossa 'Manchester Brasileira' estará perfeitamente ao abrigo da 'falta de comunicações' que de tão comum, se tornou sedição. (...) Enquanto outros centros fabris importam matéria prima por meio de milhares de quilômetros de distância, a nossa futura 'Manchester' tê-las-á às suas portas (PADILHA, 1982, p. 63-65).

O mais interessante, nessa citação, é verificar a menção à Manchester Inglesa, a original, como um exemplo a ser seguido sem contestação. Era o crescimento sem medir conseqüências e uma industrialização sem uma antevisão de conseqüências nefastas. Se bem copiado, seria também importado o não mencionado, o não sabido para quem não vivia *in loco*: a vida miserável da mão-de-obra da Manchester-antimodelo, que se não veio no período Manchester, virá no período 'Califórnia brasileira'.

A fisionomia da região, até a década de 40, no tocante à configuração social, política e econômica manteve-se a mesma, sendo ampliado tanto o volume de mercadorias produzidas no vale quanto o de importadas. Tal fenômeno, no entanto, não se deveu ao aumento da população, ou do seu poder aquisitivo, mas à ampliação da base territorial por onde circulavam as mercadorias, a introdução de novos itens no comércio e ao aumento, não significativo, de indústrias.

A produção deixava de ser restringida por questões climático-ecológicas, mesmo face aos períodos regulares de estiagem e da estreita faixa de terra cultivável de vazante. O homem começava a implantar outras técnicas e driblar as altas taxas de evapotranspiração.

A cidade crescia em função dos poucos empresários de fôlego e visão, aqueles que também tinham conexões políticas. É aqui que começamos a verificar alguns caminhos e algumas conexões com governos estadual e federal que remontam um período que pode ser chamado "Mandato dos Coelho" e que repercutiram no direcionamento de investimentos do Estado para o município.

1.3. A construção das redes e conexões do governo municipal e governos estadual e federal (Décadas de 30 a 70).

De 1930 a 1945, durante a ditadura de Getúlio Vargas, a cidade ainda mantinha sua vocação de passagem subordinada a Juazeiro⁶, tendo como atividades econômicas principais a criação de gado e o comércio de produtos regionais. O Cel. Clementino Coelho continuava com uma grande influência econômica, apoiado no campo político por outros membros do Partido Republicano contrários aos que estavam nessa época com o controle do poder municipal. As divisões políticas eram baseadas em interesses econômicos divergentes. A legenda que estava no poder municipal era dominada pelo Partido Democrático (PD) e teve como prefeitos Dr. Pacífico Da Luz e João Cardoso de Sá, estreitamente ligados ao interventor para o Estado de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti.

Nessa época, era esperada maior ajuda do governo federal e estadual para o desenvolvimento do município, uma vez que os que estiveram à frente da prefeitura eram partidários de Vargas⁷. No entanto, o município é, em grande medida, ignorado “por falta de influência efetiva em nível estadual e federal”. (CHILCOTE, 1990, p.106).

O período de 1945 a 1955 ficou conhecido como o período de mandato temporário dos Silva, facção contrária à minoria economicamente poderosa dos políticos com influência estadual e federal encabeçada pela família Coelho. Nas eleições para prefeito, em 1947, João Ferreira da Silva (João Barracão) foi eleito porque Pacífico da Luz “desligou-se do PSD, levando consigo a maioria de seus eleitores, e aliou-se a Barracão” (CHILCOTE, 1990, p. 91). Infelizmente, enquanto prefeito, de 1947 a 1951, Silva não teve capacidade de mobilizar ajuda dos governos estadual e federal. Não conseguiu nenhum respaldo junto a Nilo Coelho, eleito Deputado Estadual, em 1947 e Deputado Federal, em 1950, por este ser da facção contrária a Barracão.

⁶ Enquanto isso todos os colégios e institutos estavam em Petrolina, que se gabava de ser o pólo educacional. Considerada a “capital intelectual do São Francisco”, Petrolina dominou o campo educacional durante muitas décadas, com a instalação de várias escolas religiosas por Dom Antônio Maria Malan, primeiro bispo de Petrolina.

⁷ Coronel Clementino era do Partido Republicano de Pernambuco que apoiava Júlio prestes (CHILCOTE, 1997, p.84)

A facção liderada pela família Coelho torna-se dominante e com pleno controle no período de 1955 a 1970 (ver ANEXO A), exercendo o monopólio da economia municipal e da influência em nível estadual e federal, ampliando os recursos federais e estaduais para projetos municipais, enfrentando uma oposição fraca, porém latente, por parte da facção contrária encabeçada por João Ferreira da Silva e seus filhos.

Foram diversos os fatores responsáveis pela consolidação do poder nas mãos da família Coelho, em 1955. Nilo Coelho fizera crescer a influência da família em âmbito estadual, ao ocupar a pasta da Fazenda estadual na administração do governador Etelvino Lins de Albuquerque, e sua reeleição para deputado federal juntamente com a de Osvaldo de Souza Coelho para deputado estadual (com 3.174 votos, (...), tudo isso assegurou a defesa do interesse dos Coelho (CHILCOTE, 1990, p.92).

Enquanto Nilo era deputado federal, e Osvaldo deputado estadual, José de Souza Coelho, outro irmão, era empossado prefeito municipal e, reverenciando o pai, Cel. Clementino Coelho, falecido em 8 de junho de 1952, faz discurso de posse prometendo melhorar o sistema de iluminação pública da cidade, construir mercado, matadouro e pavimentar ruas, “promessas cumpridas, menos nas ruas em que se situavam residências de adversários” (CHILCOTE, 1990, p.93).

Nas eleições para prefeito, de 1957, são eleitos Luiz Augusto Fernandes, engenheiro do Rio de Janeiro que se casara na família Coelho, e para vice-prefeito Diniz de Sá Cavalcanti ‘um negociante muito popular’. Em 1958, e em 1962, Osvaldo reelege-se deputado estadual e Nilo é reeleito deputado federal. Em 1963, surge outro irmão, Geraldo de Souza Coelho, líder na câmara de vereadores durante toda a década de 60. Em 1972, é eleito prefeito de Petrolina. De 1967 a 1971, Nilo assume o cargo de governador de Pernambuco, mantendo sua influência em Brasília e Osvaldo fica em Recife como secretário da Fazenda, apesar de ter tido êxito ao concorrer para preencher o lugar de Nilo na Câmara Federal.

O êxito de Geraldo, Osvaldo e Nilo Coelho assinalou com toda a nitidez o auge da ascensão de sua família ao poder. O objetivo imediato de Nilo foi a construção de uma estrada pavimentada de Petrolina a Recife, concluída antes do fim de seu mandato,

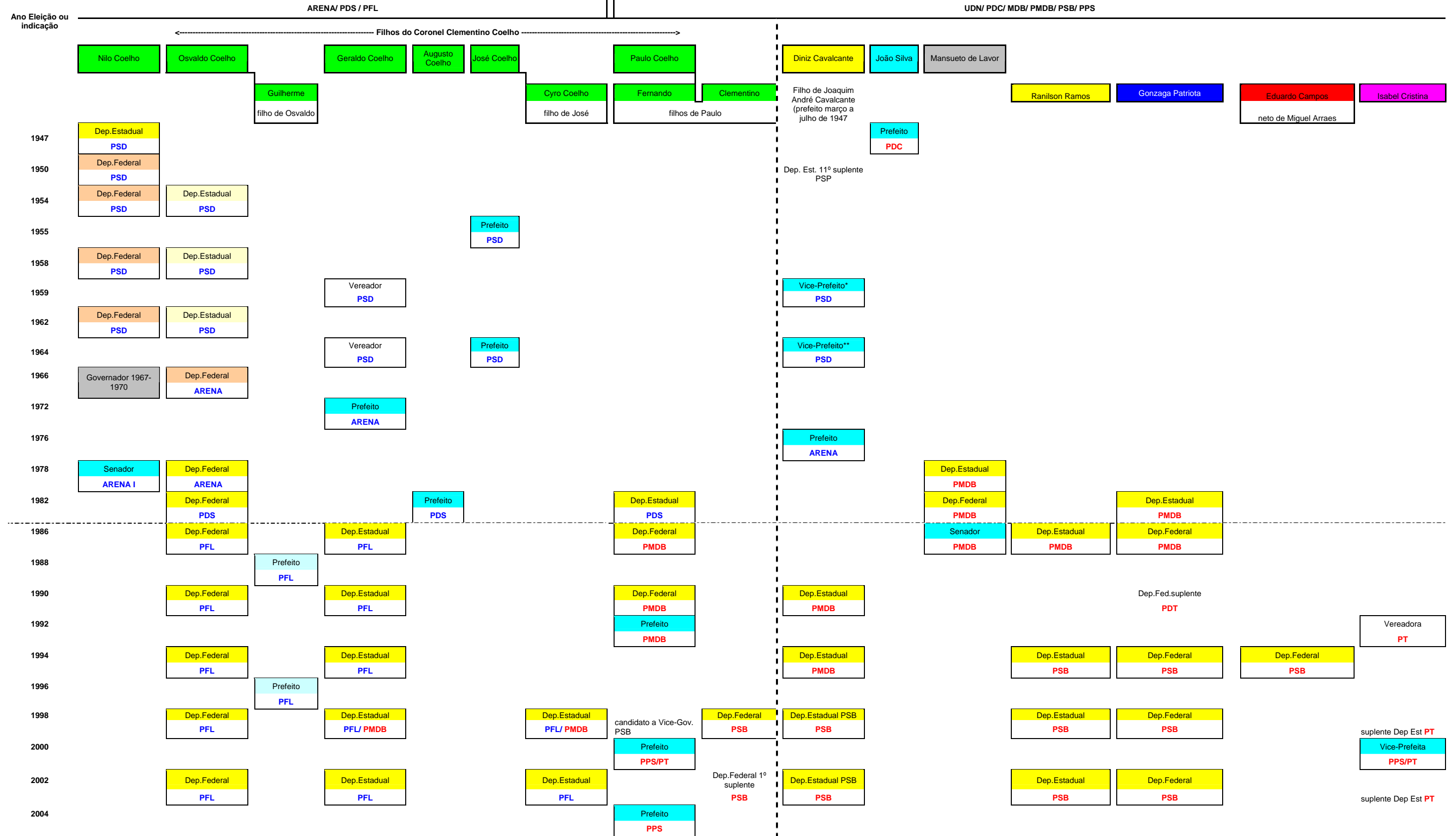
minorando, em parte, a tradicional dependência do município em relação a Juazeiro e Salvador (CHILCOTE, 1990, p.94).

Em 1967, Luiz Augusto Fernandes entra no governo na posição chave de secretário do Interior do governo de Nilo Coelho, quatro anos esses que trouxeram grandes benefícios para Petrolina, especialmente para o grupo econômico Coelho. Dentre os benefícios estavam a abertura da estrada pavimentada Petrolina-Recife, construção do porto, da estação rodoviária e de um hotel de luxo entre outras dotações de infra-estrutura em bairros da cidade. A partir daí, Petrolina surgiu como “o centro mais importante da política estadual” (CHILCOTE, 1990, p.103). Apesar de Nilo ser um político conhecido em Recife (e casado com uma Brennan) era visto como um político de compromissos sertanejos e sua ascensão ao poder deveu-se, provavelmente, à influência do então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

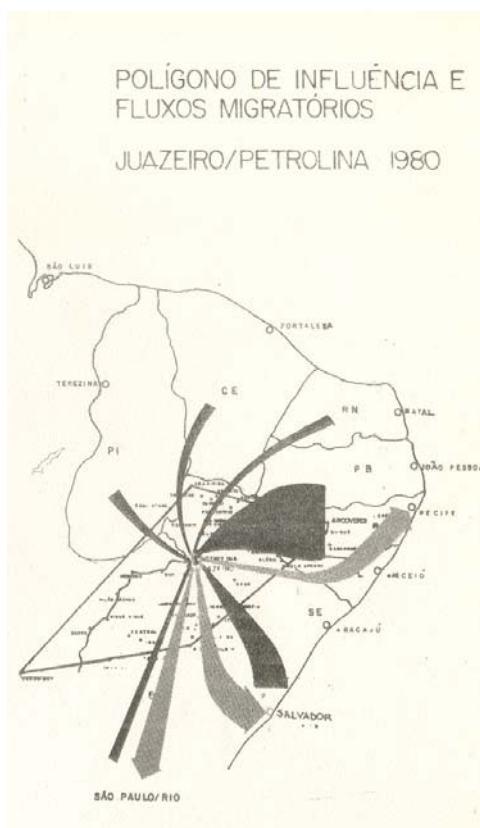
As notícias acerca de políticas públicas e ações governamentais voltadas para habitação somente são motivo de comentários a partir de 1964, com a construção de centenas de casas populares (COHAB 1, 2 e 3), com recursos federais durante a gestão de José Coelho à frente da prefeitura. Anteriormente, as casas eram construídas pelos próprios moradores em taipa, em lotes centrais, em áreas que, muitas vezes, eram do poder público, e as melhorias iam sendo implementadas com o passar dos anos. Com o aumento da população, havia necessidade de uma ampliação da oferta e esta aconteceu.

Várias foram as visitas de presidentes a Petrolina, dentre elas a do então presidente Castello Branco após a construção das casas pelo BNH/COHAB no bairro Areia Branca, indicando a grande conexão dos políticos da família Coelho com o governo federal. Nesse sentido, percebe-se que quando uma facção predomina de forma quase que absoluta há maior possibilidade de atrair a atenção do estado e da federação para um município, cujo isolamento geográfico e falta de comunicação eram obstáculos na busca de recursos externos. Foram construídas as redes de captação de forma a conectar o município politicamente aos governos estadual e federal e tirando bom proveito dessa conexão (ver QUADRO 1, p. 33).

QUADRO 1 - Família, Partido, Conexões, Eleições (somente os eleitos ou empossados)



Major Ulisses Lustosa eleito em 1951, renuncia em 1952
 José Almeida da Silva (1952-1955) acordo político indicação de Coelho e Barracão
 * Prefeito Luis Augusto Fernandes (1959 a 1963)
 ** Prefeito José de Souza Coelho (1964 a 1969)
 FONTE: Elaborado pela autora com base em dados TRE (2006) e CHILCOTE (1991)



1.4. Petrolina ‘Califórnia’⁸

Petrolina conheceu um crescimento populacional estrondoso no final da década de 70. Desde antes do programa Cidade Porte Médio (a implantação da Unidade de Administração do Subprojeto Petrolina (UAS) foi feita em 1980), o município já estava no mapa estratégico da gestão federal indicado, por sua posição geográfica favorável, como um dos pólos de desenvolvimento, com o intuito de estancar a migração para o sudeste do país, a maioria tendo como destino as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

FIGURA 2 – Fluxos migratórios
FONTE – PERNAMBUCO (1983).

Os Perímetros Irrigados foram resultado das políticas públicas do período militar de colonizar as áreas de sequeiro do Nordeste, pensamento explicitado nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. A irrigação seria a resposta aos rigores climáticos, em localidades a exemplo do município de Petrolina, situado na área chamada polígono das secas, buscando assentar as famílias de colonos na área rural.

A instalação dos perímetros irrigados em Petrolina foi iniciada por Nilo Coelho (ARENA), então Governador do Estado de Pernambuco, indicado para o cargo, em 26 de maio de 1964.

Ainda durante o seu Governo, Nilo Coelho instala, com recursos federais, a Rodovia PE-82 ligando Cabrobó a Petrolina para escoar produção para o Porto do Recife, o Hotel do Grande Rio, o Aeroporto de Petrolina, o Projeto Bebedouro e os trechos pavimentados das BR-122 e BR-407. Com grande

⁸ Petrolina conhecida como ‘Princesa do Sertão’, ‘Catedral da Irrigação’, ‘Encruzilhada do Progresso’, ‘Terra dos Impossíveis’, ‘Califórnia Brasileira’ (PMP, 2007).

influência junto ao governo Federal, direcionou para Petrolina uma regional da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco ligada, hoje, ao Ministério da Integração Nacional, no início, vinculada ao Ministério do Interior) para implantação dos projetos Mandacaru e Bebedouro, além do Projeto Massangano (posteriormente, Projeto Senador Nilo Coelho).

Dados de 1983, na época da implantação do Projeto Massangano, indicam que na área irrigável, de 15.348 hectares, foram assentadas 1.427 famílias e 129 pequenas empresas. Era “considerado o mais público - em existência no país, principalmente tendo em vista as oportunidade de geração de empregos e também a diversificação de produtos de hortifrutigranjeiros” (CAVALCANTE, 1997, p.131). Segundo a lei federal nº 6.662, de 1979, os projetos de irrigação podem ser públicos ou privados. Os projetos públicos são aqueles cuja infra-estrutura de irrigação é projetada, implantada e operada, direta ou indiretamente, sob a responsabilidade do Poder Público, podendo o Ministério do Interior (hoje, o Ministério da Integração Nacional), órgão responsável pela política na época, colaborar com os Governos estaduais e municipais, na implementação dos projetos públicos de irrigação.

Os projetos de irrigação em Petrolina foram localizados em terras do patrimônio público, reservadas ou adquiridas para esse fim, divididas em lotes de dimensões variáveis (cada Perímetro tem uma estrutura de produção projetada). Os lotes podiam ser alienados ou cedidos a irrigantes ou cooperativas, ou, ainda, incorporados ao capital social de empresas ou sociedades civis, cujo objetivo fosse a agricultura irrigada. O lote familiar devia ter dimensão correspondente à área mínima de produção capaz de assegurar a promoção econômica e social do irrigante e sua família era propriedade resolúvel e indivisível (questão definida pela Lei). As infra-estruturas de irrigação, nos Projetos Públicos implantados com recursos orçamentários da União, são de propriedade do Governo Federal e as despesas correspondentes à administração, operação, conservação e manutenção das infra-estruturas, são divididas proporcionalmente entre os irrigantes.

O processo de seleção dos “colonos” foi questionado tendo sido privilegiadas as famílias mais numerosas em detrimento daquelas com experiência agrícola. Essas famílias foram amparadas pelas instituições públicas até o final do governo militar, de 1964 a 1985. O crédito rural não privilegiava essas famílias, cujas propriedades eram pequenas. Com o término do governo militar e dos subsídios, muitos colonos não conseguem arcar com os custos altíssimos de irrigação, além dos muitos problemas com pragas (como a mosca da fruta).

Não tardou para haver mudança do perfil dos “donos” de lote devido às dificuldades encontradas para honrar os empréstimos. Os colonos endividados se viram forçados a venderem suas parcelas.

Hoje, o pólo de Irrigação mais desenvolvido do Vale do São Francisco é o de Petrolina - PE e Juazeiro - BA, sendo que, ao todo, existem 24 perímetros irrigados no Vale.

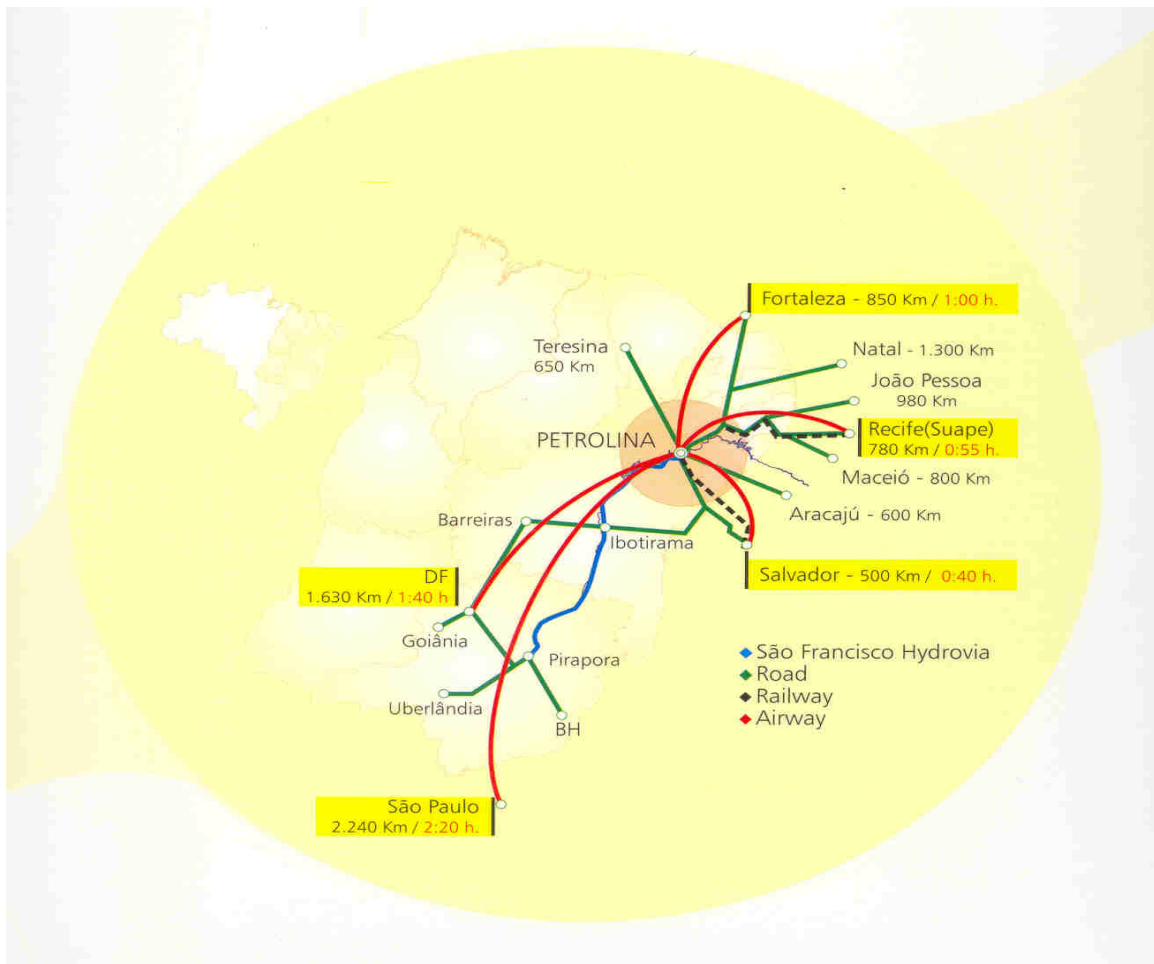


FIGURA 3 – Mapa de infra-estrutura para transporte e logística. Conexões do município com diversas cidades do país (hidrovia do São Francisco, rodovia, ferrovia e via aérea)
 FONTE - Prefeitura Municipal de Petrolina (2001).

Em 1995, aproximadamente 70% das unidades rurais iniciaram suas atividades já com a fruticultura irrigada (áreas com água pressurizada para irrigação por microaspersão ou gotejamento e muito próximas à cidade) sendo privilegiadas as empresas em detrimento dos antigos agentes sociais/colonos, com incentivos concedidos ao longo do tempo pela SUVALE, SUDENE, CODEVASF e BNB.

A mão-de-obra safrista das empresas dos perímetros irrigados são os habitantes das vilas do perímetro irrigado ou dos bairros na periferia de Petrolina. A inexistência de uma política habitacional para as áreas de perímetro irrigado repercute na periferia do município, nos loteamentos municipais irregulares e nos particulares clandestinos que serão estudados no Capítulo 2. A partir da consolidação dos projetos de irrigação em torno da Sede do Município um grande contingente populacional – dos mais diferentes níveis de qualificação e renda – estabelece-se na cidade, em busca da oferta de

empregos diretos na agricultura e indiretos nas demais atividades que iam se fortalecendo.

TABELA 1 – Evolução da população urbana e rural do município de Petrolina (1960 a 2000).

	População Urbana Município	População Rural Município	População Total
1960	13.643	19.874	33.517
1970	38.165	23.067	61.252
1980	74.671	29.423	104.096
1996	142.432	48.806	191.238
2000	166.279	52.259	218.538

FONTE: FIBGE – CENSOS

Os indicadores do censo (IBGE, 2002) indicam uma taxa de urbanização de 76,1%, densidade demográfica de 46,1 e 4,3 habitantes por domicílio. Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento demográfico foi de 3,35%.

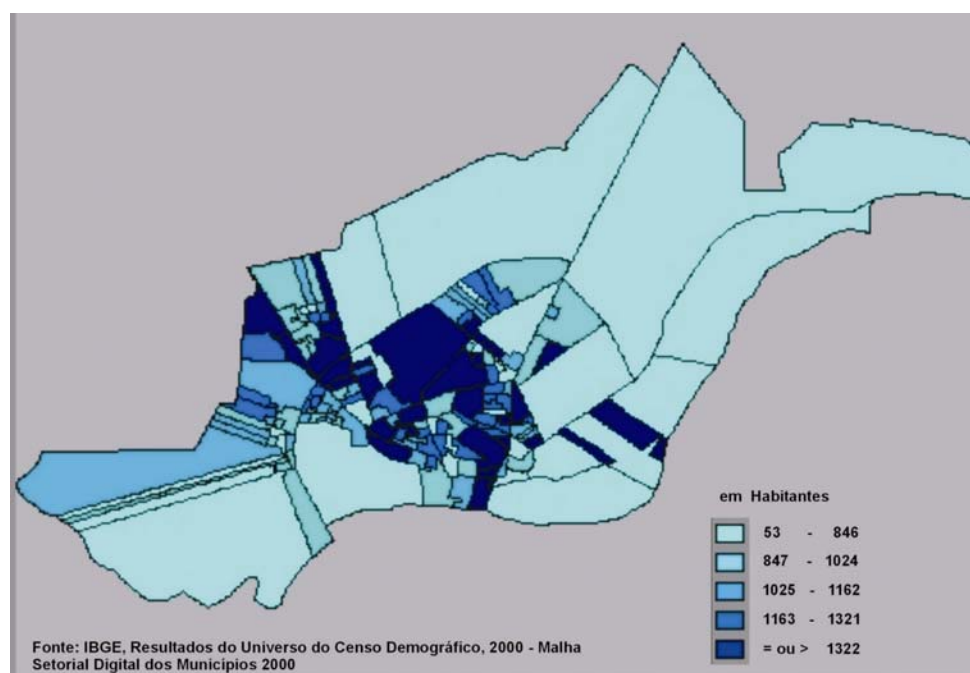


FIGURA 4 – Habitantes de Petrolina por setor censitário

FONTE – IBGE (2002)

Os impactos espaciais e urbanos são o do adensamento e da expansão em áreas não contíguas, com uma maior demanda por habitações, serviços e infra-estrutura urbana, incapaz de ser suprida na velocidade de chegada dos

novos habitantes. O crescimento do déficit de urbanidade foi visivelmente maior na periferia, com renda mais baixa. Como resultado espacial conforma-se em cidade segregada com poucas áreas dotadas de índices satisfatórios de urbanização, com aumento indiscriminado de áreas ilegais, irregulares e áreas periféricas “gerenciadas” por grileiros (ROLNIK, 1999).

Capítulo 2

Evolução da política habitacional na Petrolina urbana: Estudo de loteamentos populares nas gestões de 1977 a 2004

Evolução da política habitacional em Petrolina

Muitos milhões de pessoas em todo o mundo precisam pagar para habitar um pedaço de chão. A origem dessa condição está pautada na propriedade privada da terra: é ela que se interpõe entre a questão da habitação e a sua solução. O problema da moradia digna vai além da casa e consiste em todo tipo de questão que as pessoas têm de enfrentar para consegui-la.

Uma das razões do capitalismo ter tido sucesso em definir a terra como propriedade é a possibilidade de divisão e transformação de pedaços de terra em mercadoria. A terra privatizada é o maior entrave para deixar a habitação acessível a todos no Brasil e o valor da terra loteada, principalmente na que é considerada de boa localização, é proibitivo para a grande maioria dos brasileiros.

É nesse sentido que as políticas públicas de habitação são delineadas, para tentar amenizar o problema. É difícil avaliar uma política pública, conferir até que ponto a situação de um governo corresponde ao seu discurso. No entanto, mais importante que verificar se o prometido foi feito é desvendar e entender a ação real do governo, porque, na maior parte dos casos, ele procura esconder as conseqüências e os reais objetivos da ação (VILLAÇA, 1986).

O objetivo geral deste capítulo é debruçar-se sobre um problema de política pública – a política habitacional dos governos municipal, estadual e federal, e de forma específica retratar o acontecido nos bairros periféricos do

município de Petrolina - PE, conectando as políticas locais com as estaduais e federais. A política habitacional, mais especificamente política de habitação social, pode ser comparada a um terreno privilegiado de confluência de alguns problemas centrais para a compreensão do Estado e de sua atuação frente às características da sociedade urbana brasileira. A reclamação por habitação era, e ainda é, a maior na luta pela ampliação da cidadania. Sabemos ser competência do Estado, em todos os níveis, a aplicação dos recursos públicos na política de desenvolvimento social. Mas o que tem sido política habitacional no Brasil? Um trajeto cheio de percalços, principalmente quando o assunto é habitação para a população de baixa renda, devido às mudanças nas concepções e nos modelos de intervenção do poder público.

O problema da habitação começa a se tornar visível com a penetração do capitalismo na segunda metade do século XIX. A cidade, a partir do final do século XIX, passa a significar ou o total abandono dos mais carentes ou uma aparência de participação do Estado na solução do problema da moradia (VILLAÇA, 1986).

Copiou-se o que acontecera na Inglaterra do século XVIII e parecia, segundo o discurso de alguns, algo a ser almejado, que seria bom ser Manchester. Surge o homem “livre”, que nada mais é do que o homem despejado de sua terra, de seus meios de vida, que começa a se dirigir às cidades, aglomerações urbanas onde podiam vender a sua força de trabalho. Em Petrolina, eram os vaqueiros e suas famílias, despejados das decadentes fazendas de gado. Com o crescimento das cidades surge o problema da habitação como questão social e, no Nordeste do Brasil, acontece principalmente a partir dos anos 70.

As leis urbanísticas e as ações do governo respaldam o segregacionismo. A mão-de-obra sem teto é mola propulsora das novas fábricas, como em Petrolina, a partir dos anos 40. Apesar de ser uma cidade de médio porte vemos em Petrolina tudo o que aconteceu em estágios semelhantes nas, hoje, regiões metropolitanas. Os locais para onde eram levados os mais pobres eram

áreas sempre distantes de onde as camadas de mais alta renda residiam e circulavam.

Durante a vigência da República populista, houve a fase da Fundação da Casa Popular, criada em 1946, que não atingiu com suas ações o município de Petrolina. Apesar de sensível aos problemas das camadas pobres, ao desenvolvimento social e entre seus componentes à habitação social, esses não saíram do papel, continuaram como uma lista de prioridades, com produção insignificante, foi ineficaz por falta de recursos, regras de financiamento estabelecidas e restrição a poucos Estados.

A idéia de um banco para enfrentar a questão da moradia popular surgiu durante a presidência de Getúlio Vargas, em 1953, e a idéia de correção monetária para financiamentos habitacionais com Jânio Quadros na presidência. Os homens públicos tinham dificuldade de enxergar habitação popular como item de desenvolvimento social, como “bem público a ser promovido pelo Estado mediante o uso de recursos tributários” (AZEVEDO, 1982a p.9).

Em 1964, o Banco Nacional da Habitação surgiu como modelo de política marcante, a criação de sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados - FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), operacionalização de programas com as diretrizes gerais para serem seguidas de forma descentralizada, a criação de uma agenda de redistribuição dos recursos e de uma rede de agências nos estados.

O mercado não dá conta da demanda por habitação, não tem possibilidade de atender as necessidades habitacionais da maioria da nossa população. Em Petrolina, essa questão chega defasada no tempo, a partir da segunda metade do século XX, e com mais força durante a década de 70. A classe mais abastada transfere o problema da moradia urbana para o Estado e, ao mesmo tempo, impede-o de resolvê-lo.

Com o passar dos anos, Petrolina passa a chamar para si os pobres da região, das cidades circunvizinhas, e até mesmo de áreas mais distantes de estados do Nordeste. Quanto mais a cidade crescia menos as pessoas eram passíveis de construir por si só suas casas e mais casas eram oferecidas pelo mercado habitacional.

A participação do Estado na questão da habitação em Petrolina (poder local, estadual e federal) começa com a ação do BNH/COHAB, em 1967, com a inauguração de 440 casas a COHAB I, no bairro Areia Branca. Aliás, a participação do Estado começa antes, com a regulamentação da iniciativa privada por meio da definição de uma legislação urbanística (Códigos de Obras e Postura, Loteamento e Zoneamento).

A implantação do primeiro projeto de irrigação Bebedouro, na década de 60, teve como base o assentamento das famílias donas dos lotes em Núcleos de Assentamento. No entanto, aconteceu de muitos colonos irem à falência mudando para a sede do município com suas famílias. Outros poucos foram bem sucedidos e também passam a não morar nos Núcleos, porque estes eram distantes dos lotes, preferindo ter o conforto da cidade, apesar dos deslocamentos diários. As casas dos Núcleos de Assentamento do perímetro Irrigado ficaram para os trabalhadores dos lotes. Mesmo assim, muitos iam em busca das melhores condições na cidade e de outros trabalhos para fazerem durante a entressafra. Outros inchavam as antigas Vilas de colonos, sendo iniciadas as Vilas Novas. Essa questão tem acontecido mais recentemente, a exemplo do Perímetro Senador Nilo Coelho (ARAÚJO, 6 jan 2006).

O planejamento em Petrolina data do período militar, o plano diretor que norteia a cidade até 2006, antes do Plano Diretor Participativo, incentivado pelo Governo Federal 2003-2006, era do final da década de 70. O Plano previa a vinda dos projetos do Programa Cidade Porte Médio no início da década de 80.

O Programa Cidade Porte Médio (CPM) fazia parte da Política de Desenvolvimento Urbano, elaborada em 1973, e do II Plano Nacional de desenvolvimento, como “estratégico instrumento de descentralização dos

investimentos e do emprego pelo país afora” (SOUZA, 1999, p. 118). O período de 1964 a 1986 resultou em muitos investimentos por parte do governo militar em Petrolina. Houve um esforço de planejamento e o governo militar ainda estava bastante conectado à administração municipal. O prefeito Augusto Coelho é irmão de Nilo Coelho, Governador e Senador, um dos maiores responsáveis pela articulação dos governos Estadual e Federal com o local, cicerone de várias visitas de presidentes à Petrolina (Ver ANEXO A e QUADRO 1 p. 33).

A iniciativa privada que atua nos setores da habitação popular se faz presente na abertura de loteamentos registrados, muitos deles irregulares. São abertos em maior quantidade a partir da década de 70, repetindo o padrão terra parcelada sem infra-estrutura com lotes sempre distantes das áreas da cidade consideradas nobres. O que aconteceu na maioria das cidades do Brasil aconteceu também em Petrolina. Durante muitos anos, apesar dos regulamentos existentes, os loteadores e as construtoras que trabalham com o mercado da habitação para a classe trabalhadora faziam vistas grossas, porque assumiam que se nem mesmo os empreendimentos públicos seguiam as regulamentações, jamais seriam questionados a seguir as exigências da legislação.

Gestões municipais 1977 a 2004

Ao analisarem-se as posturas das gestões municipais, compreendidas entre 1977 e 2004, focando a questão habitacional - e com ela a infra-estrutura e a conexão à cidade “formal” -, aquelas sugerem a configuração de três períodos que podem ser lidos quanto ao **tipo de suporte a projetos, programas e ações** – com ou sem financiamento por emendas do governo federal ou estadual -, quanto à maior ou menor **quantidade de loteamentos abertos na periferia** - pela iniciativa pública ou privada - e quanto à maior ou menor **quantidade de ações de regularização urbana / dominial** das áreas abertas para habitação (essa quantidade dependendo diretamente da capacidade de pressão das comunidades organizadas).

Essas questões estão verificadas nos quase 30 anos que se pretendeu abarcar com esta pesquisa. Mesmo sendo, em um primeiro momento, uma pesquisa panorâmica - sem muito aprofundar os programas, projetos, ações, o histórico dos loteamentos abertos na periferia ou as próprias ações de regularização -, serviu para o objetivo específico: o foco desta análise geral da política habitacional era o de dar subsídio à análise de gestões e eleições nesse período delimitado.

A divisão da “política habitacional” das gestões em três momentos não as diferencia em um quesito: **todas** as seis gestões analisadas têm na doação de lotes em áreas públicas ou particulares, muitas vezes sem infra-estrutura, a resposta **pronta** para o *déficit* quantitativo de habitação no município de Petrolina (sede).

Com a análise das ações, e os agrupamentos das respostas municipais por gestão, foram configurados três momentos que abarcam gestões com características comuns:

O 1º momento reconhecido é o das gestões de 1977 a 1988, e teria como lema e ação municipal ocupações são removidas e lotes doados na periferia, com situações repetidas de ocupações e remoções transformadas nos bairros/ loteamentos José e Maria, Pedro Raimundo, João de Deus, São Gonçalo e

Henrique Leite, implantados nas gestões Diniz de Sá Cavalcante (1977-1982) e Augusto de Souza Coelho (1983-1988) (ver QUADRO 2, p. 93 a 95).

É o período pautado no modelo de central-desenvolvimentismo, na “crença de que o desenvolvimento e o crescimento a qualquer custo seriam sempre positivos e que a centralização de poderes no Estado para intervir sobre a cidade traria soluções adequadas para resolver os problemas” (BONDUKI, 1996, p. 262), com as grandes levas de imigrantes, as primeiras grandes ocupações, remoções e doações de lotes. As doações de lotes aconteceriam, a partir de então, de forma sistemática.

Outras ações governamentais no sentido da habitação popular são os conjuntos habitacionais COHAB obtidos a partir das conexões do município com os governos estadual e federal.

Em Petrolina, as COHABs ainda estavam sendo produzidas entre final dos anos 70 e início dos anos 80 e complementando, ou mesmo encabeçando, toda a política habitacional do município estava a doação massiva de lotes não infra-estruturados. Apesar do pouco (ou nenhum) suporte por parte do governo federal, as iniciativas em programas habitacionais por parte dos governos municipais se disseminaram a partir do final dos anos 80 e ganharam maior legitimidade na medida em que foram também apoiadas pelas novas políticas de financiamento a partir de organismos internacionais de fomento.

O Banco Nacional da Habitação não conseguiu superar a crise do SFH (Sistema de Financiamento da Habitação) e acabou extinto em agosto de 1986. As maiores críticas ao seu modelo eram o não atendimento à população de mais baixa renda (razão da sua criação), o forte grau de centralização e uniformização no território nacional, a desarticulação entre ações dos órgãos de construção das casas e o de serviços urbanos, a construção de grandes conjuntos como forma de baratear custos e o modelo financeiro inadequado na economia inflacionária.

O que é produzido do ponto de vista urbano, por meio dos mecanismos políticos, é uma cidade precária, informal, irregular, excludente, que nunca é

completa, com benefícios que vão sendo adicionados por etapas. Efetivamente o oferecimento de um benefício, lote ou lote com embrião, gera bem-estar, mas o produto urbanístico ao longo desse processo, é algo que não pode ser chamado bairro ou cidade até muitos anos após a doação. Qual seria o padrão ideal de moradia? Segundo Villaça (1986), o padrão da moradia é cambiante, não é fixo, porque as melhorias podem ir sendo exigidas aos poucos. O padrão habitacional ótimo, certo ou ideal é aquele que “a classe trabalhadora acha que pode conquistar por meio do avanço social possível dentro das condições políticas, sociais e econômicas em que se encontra” (VILLAÇA, 1986, p. 31). O que há é a luta constante dos trabalhadores por melhores condições de vida.

A partir da Constituição de 1988, é instaurado um processo de descentralização e municipalização das políticas habitacionais. São desarticulados os sistemas estaduais de habitação e há retração e fragilidade das políticas federais.

Foi ressaltada a possibilidade da gestão municipal ampliar a eficácia, e democratização das políticas, o que não bastava para remediar a desarticulação institucional característica do setor habitacional nesse período. Descentralização por ausência, sem repartição clara e institucionalizada de competências e responsabilidades e nenhuma capacidade instalada para gestão de qualquer projeto ou programa. Muitas COHABs foram extintas, mas a de Pernambuco continuou com outras siglas, sendo ainda construído um conjunto (a COHAB VI - chamada São Francisco) em 1996, durante o Governo Miguel Arraes, quando pouquíssimos conjuntos foram construídos.

As atribuições do BNH na área da habitação foram vinculadas ao Ministério de Desenvolvimento Urbano (MDU), política habitacional, saneamento, desenvolvimento urbano e meio ambiente, e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ficou vinculada ao Ministério da Fazenda. O MDU tornou-se, em 1987, MHU (mesmas atribuições do MDU somadas à gestão da política de transportes e a CAIXA). Em 1988, é criado o MBES (Habitação e Bem-Estar Social).

Entendemos a conformação de um 2º momento, que abarca o período das gestões de 1989 a 2000.

Com uma ínfima ajuda federal, somente na segunda metade dos anos 90, o lema seria “Programas habitacionais tipo ‘casa basta’ (embriões do Programa Morar Melhor no bairro Cosme e Damião) e a ação municipal ‘vamos continuar doando lotes’ (Pedra Linda, Henrique Leite II, Fernando Idalino)”. Percebe-se, de forma muito sutil, como os anos 90 foram anos de mudança, sem o grande respaldo anterior do governo federal e tendo o município como gestor de projetos, iniciando timidamente a regularização urbana, como no exemplo da melhoria das condições precárias de muitas casas em taipa no João de Deus por meio da construção de banheiros (ação de urbanização muito pontual).

A década de 90 foi a da mediocridade de José Sarney, do terremoto Fernando Collor e do simplório interregno de Itamar Franco, com a infraestrutura do país sucateada, a memória inflacionária ainda viva, os enormes déficits públicos, a necessidade de reformas imprescindíveis e de problemas de toda ordem a serem equacionados (CHERKEZIAN, BOLAFFI, 1998).

No âmbito do Governo Federal, após o MBES, é criada, em março de 1989, a SEAC (Secretaria Especial de Habitação e ação comunitária) no Ministério do Interior, passando as atividades financeiras do SFH e CEF para o Ministério da Fazenda. O modelo SEAC permitiu maior autonomia dos governos que passam a ser executores da política, mas houve uso do FGTS que superava as reais disponibilidades financeiras e os programas ficaram na dependência de recursos da União a fundo perdido. Os órgãos que se ocupavam da política habitacional “era um punhado de organismos ligados a distintos ministérios sem nenhuma coordenação e inter-relação funcional” (CHERKEZIAN, BOLAFFI, 1998, p. 127).

Em 1994, com o contingenciamento do Plano Real, o montante de investimento ficou aquém das expectativas no Habitar Brasil e Morar Município (ambos com recursos do Orçamento Geral da União e do IPMF).

O Habitar Brasil consistia de um programa integrado das áreas de habitação, saneamento básico e promoção humana. Começa vinculado ao MBES e a partir da extinção desse (em 1995) fica vinculado à Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no Ministério do Planejamento e Orçamento.

Em um momento que o Habitar Brasil chega ao município, há exigência prévia da existência de uma Secretaria que tome conta da questão da Habitação e de um Conselho de Bem-Estar Social (posteriormente Conselho de Habitação). A exigência da existência de Secretaria de Habitação indica uma preocupação em institucionalizar o aparato da habitação também a nível municipal.

Logo após a SEPURB, foi transformada em SEDU (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano) o que não trouxe mudanças significativas no processo persistindo a desarticulação institucional. Foram criadas novas linhas de financiamento com um conjunto de exigências técnicas para os projetos de iniciativa de governos estaduais e municipais, vinculada a liberação à capacidade de endividamento. Por um lado, ampliaram-se as condições de autonomia e de iniciativa locais na definição de agendas e implementação de políticas e, por outro, se restringiu o acesso a recursos.

Estava privilegiado para a captação o município que tinha as informações dos programas recém-lançados, privilégio de quem tem redes de contatos município/Governo Federal. Aí entram as conexões, o conhecer como fazer essa destinação de recursos, como apresentar projetos convincentes que muitas vezes não são postos em prática como estão desenhados no papel.

O **Programa Morar Melhor** é uma primeira aproximação, ainda com pouca fiscalização, acerca da real necessidade do investimento público não promover habitação de baixa qualidade em áreas sem infra-estrutura. Foi apresentado o projeto para Petrolina durante a gestão de Guilherme Coelho (1997-2000), sendo a construção das casas e o projeto social realizados na gestão de Fernando Bezerra Coelho (2001-2004).

As exigências de contra-partidas municipais, nesse período, são verificadas em forma de Projetos Sociais para preparação dos beneficiados: cuidados com a casa, noções de higiene, educação ambiental, palestras e cursos de capacitação, a exemplo do Projeto de Participação Comunitária para as 195 famílias que receberam os embriões de casas do Morar Melhor¹, construídas em vários bairros de Petrolina (63 no Cosme e Damião, 18 no Fernando Idalino Bezerra, 28 na Agrovila Massangano, 26 na Ilha do Massangano e 60 na Vila Eduardo - as três últimas localidades não fazem parte das áreas estudadas).

O projeto desenhado pelo município para o Programa Morar Melhor visava proporcionar, por meio da construção de unidades habitacionais melhores condições de vida às comunidades de baixa renda, principalmente aquelas residentes em bairros periféricos, vivendo em moradias de taipa, visando erradicar o risco de desabamento de casas feitas com aquele material, minimizar os riscos de doenças, principalmente o Mal de Chagas e “proporcionar o bem-estar da família pelo prazer de morar melhor” (PMP, SEPRODES, 2001, p. 2).

Os recursos do Morar Melhor para moradias eram do Orçamento Geral da União (é um programa ainda ativo para saneamento), na unidade orçamentária da SEDU, sendo exigida do município a contrapartida social (execução de Projeto de Participação Comunitária) e disponibilização do terreno com infraestrutura mínima (“os custos referentes ao terreno regularizado e urbanizado serão de total responsabilidade do município”). Os repasses de verba eram R\$ 3.800,00 em caso de mutirão ou autoconstrução, R\$ 5.800,00 com administração indireta e R\$ 7.000,00 em caso de empreitada global. Para o repasse SEDU/CAIXA/PMP havia a exigência de construção coletiva do Projeto de Participação comunitária reunindo as Secretarias de Saúde, Obras, Habitação e energia, Educação, Saneamento, Recursos Hídricos e Meio

¹ No escopo do Programa consta como objetivo “viabilizar o acesso à moradia das famílias de baixa renda, assim consideradas aquelas com rendimento mensal de até 3 salários mínimos, com a construção de unidades habitacionais em terreno regularizado dotado, no mínimo de soluções de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica”. E entre as diretrizes específicas, na composição de investimentos: “os custos referentes ao terreno regularizado e urbanizado serão de total responsabilidade dos estados, distrito federal e municípios” (CAIXA, maio 2000).

Ambiente. O repasse da União para o Projeto Social era de 200,00 reais por família.

O 3º momento pode ser verificado a partir de 2001, com a pressão popular pela melhoria, as exigências e análise da execução das contrapartidas prometidas pelo município, *in loco*, por técnicos dos Programas (iniciando um basta às ações pontuais e desvinculadas). É quando, de fato, a habitação passa a ter conotação de habitabilidade, começa a transcender o conceito casa, ainda com um longo caminho a ser percorrido, na busca do planejamento real e da sincronia das ações, na busca da definição de exigências que sejam exeqüíveis por parte do município. Fica evidente a necessidade de inserção dos bairros periféricos na cidade formal, porque definem o pleito: ou olha para o que um dia foi “periferia” ou perde a eleição. O lema poderia ser, então, “Melhorar o que já existe com os programas: **PMI** - Programa Multissetorial Integrado e **PSH** - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social”.

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), apesar de ser focado, fundamentalmente, no repasse de verba para aquisição de kits de material de construção (mesmo desenho do Morar Melhor, em ambos, as casas deveriam ser construídas em sistema mutirão) foi considerado um Programa nesta pesquisa, porque as 1.375 casas do PSH, que o poder executivo municipal pretendia conseguir em leilão, foram incluídas como uma das contrapartidas do município para o PMI. A junção das partes por meio da reunião das ações em um programa (que congregava, inclusive, todas as secretarias municipais sob a coordenação de uma Secretaria de Assuntos Extraordinários) eram passos - na direção da solução do todo e do planejamento - trôpegos, mas que começavam a ser dados.

Entre os anos de 2000 e 2001, segunda gestão de Fernando Bezerra, foi feito um mapeamento de casas de taipa e papelão em todos os bairros da cidade e montado um projeto de erradicação de casas de taipa, aproveitando o escopo do Morar Melhor e, posteriormente, do PSH.

O município se candidata ao **Programa Subsídio à Habitação de Interesse Social** que precisa ter a contrapartida aprovada no orçamento municipal com o endosso da Câmara de Vereadores. No PSH, o beneficiado fica com nome e CPF no cadastro dos mutuários da CAIXA, dificultando o recebimento duplo de um mesmo benefício, na tentativa de conscientizar os beneficiados, além de a casa ficar, preferencialmente, no nome da mulher/mãe.

O PSH consiste na doação de kit de material de construção na época do primeiro e segundo lote de 50 e 102 casas o valor de subsídio era de R\$ 4.500,00 para construção de uma casa de 43 m², com a definição de lote com infra-estrutura pela Prefeitura de Petrolina e caracterizado no contrato da CAIXA que “o valor do investimento de R\$ 5.769,00 (valor de financiamento somado ao valor de contrapartida e ao valor do subsídio capacidade financeira), destinam-se à construção do imóvel residencial localizado na Quadra xx, Lote zz do loteamento Y em Petrolina-PE, destinado à moradia dos devedores e seus familiares”.

Em Petrolina, a construção de habitação com o Programa Morar Melhor e com o PSH não se deu por mutirão ou autoconstrução. Um consórcio formado com empreiteiros construía as casas, às vezes tendo como um dos ajudantes o próprio beneficiário e remunerando o seu trabalho. Algumas diretrizes do programa referentes à construção eram: adotar preferencialmente o mutirão ou autoconstrução, utilizar preferencialmente mão-de-obra de micro, pequenas e médias empresas locais e incentivar a formação de cooperativas de serviços.

A origem dos recursos do PSH é FGTS-PSH, o valor de subsídio é depositado em uma conta específica e as parcelas de pagamento vão sendo liberadas em função de compra de material de construção e a real construção medida *in loco*.

Em 2002, é iniciado, em Petrolina, um Programa Multissetorial integrado com financiamento do BNDES, tendo como principal objetivo transformar as áreas sem infra-estrutura em bairros. Os itens que um PMI pode financiar são:

urbanização e implantação de infra-estrutura básica no município, inclusive em áreas de risco e de sub-habitação; infra-estrutura de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e serviços públicos; recuperação e revitalização de áreas degradadas, de interesse histórico ou turístico; saneamento ambiental, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana; transportes públicos de passageiros (urbanos, metropolitanos e rurais; hidroviário, sobre trilhos e sobre pneus; equipamentos e infra-estrutura) (BRASIL, 10 jun. 2007).

No ano de 2002, foram poucos os municípios que conseguiram o PMI, denotando o conhecimento imediato de aberturas de programas e uma eficiência municipal em preparar o projeto (com auxílio de consultoria).

O programa do BNDES exige visitas nos bairros para apresentar o que estava sendo feito. O que tinha sido feito de um mês para o outro, os presidentes da associação de moradores participavam de reuniões junto ao órgão que fazia a avaliação *ex-post* (PETROLINA, 2003). Foram feitos vários relatórios e deveria ser um grupo de pessoas não ligadas à prefeitura que se remeteriam diretamente ao BNDES, mas que eram pagos pela prefeitura e que teve de se desarticular, porque as pessoas estavam fazendo avaliações reais não dizendo que as ações estavam em desenvolvimento.

Os presidentes das associações e os moradores dos bairros não compreendiam o PMI. As demandas dos presidentes, que participavam das reuniões de avaliação do Programa eram de exigências para o bairro, não entendendo muitas vezes a abrangência de determinadas melhorias em termos de regularização urbana e dotação de equipamentos sociais como algo que seria não de um bairro, mas que, por exemplo, um posto de saúde estivesse em uma área com uma distância similar dos bairros que compunham os setores.

Não havia Orçamento Participativo em Petrolina e o PMI foi a primeira atuação das comunidades na escolha de quais obras seriam feitas e qual a prioridade nos bairros. Os moradores se sentiam participativos, mas o

Programa teve de ser abortado, muito em função da calamidade pública ocorrida em janeiro de 2004, onde deviam ser priorizadas obras emergenciais. Entre outras razões, estavam a alta contrapartida prometida pelo município, na época em que o FPM foi cortado pela metade e todas as adequações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A exigência de responsabilidade fiscal foi um eixo fundamental da mudança onde há um acompanhamento, uma gestão das obras muito próxima. A verba não é repassada se não fez a contrapartida, se a medição não está correta, se não depositou uma parcela do INSS, se não obedeceu ao repasse do Ministério da Educação, tudo informatizado e os que são mais prejudicados são os municípios mais pobres, porque não têm acesso aos recursos, nem aos recursos de capacitação profissional para melhorar a gestão. Isso ajuda a construir a idéia da importância das mudanças nas políticas institucionais federais e o seu reflexo sobre políticas habitacionais locais.

Com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, a Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de **desenvolvimento urbano integrado**, na qual habitação não se restringe à casa, incorporando o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade. A nova proposta de política nacional de habitação de um modelo participativo (realização das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional, resultando na formação do Conselho das Cidades) (BRASIL, nov. 2004).

As gestões e os loteamentos populares

Considera-se a divisão de bairros da prefeitura municipal de Petrolina com uma pequena alteração para melhor visualizar os votos nas áreas, (ver QUADRO 2 p. 93 a 95), abertos por gestão com a cronologia das ações de melhorias². O desenho do bairro Dom Avelar (com loteamento homônimo) foi

² Infra-estrutura básica é aqui considerada de acordo com a lei 6.766 Artigo 2º "equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável e de energia pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não" (incluído pela lei 9.785/99).

alterado inserindo uma divisão denominada Santa Luzia levando em conta a existência de seções eleitorais para tal área da cidade. No estudo foram adotadas as divisões de loteamentos. Alguns loteamentos são bairros.

A década das aberturas a qualquer custo: 1977 a 1987

2.1. Gestão Diniz de Sá Cavalcante 1977- 1982

Durante a Gestão Diniz, foram abertos os loteamentos privados: Ouro Preto, Jardim Amazonas e Parque São Paulo, e os públicos: os bairros José e Maria e Pedro Raimundo (poder público municipal) e a COHAB IV (poder público estadual/BNH), todos na periferia da cidade, no eixo noroeste (à exceção do José e Maria no eixo norte). Qualquer que fosse o promotor, um particular/imobiliária ou a própria prefeitura, nenhum tinha condições financeiras para garantir o mínimo de infra-estrutura quando da abertura desses loteamentos, todos voltados para uma camada mais pobre da população. Os arquitetos servidores públicos que desenhavam os loteamentos abertos pela prefeitura preocupavam-se com a reserva de áreas para equipamentos comunitários de espaços verdes, deixando o ‘preenchimento’ desses espaços para futuras gestões. Ao menos os espaços estavam lá, planejados³. Somente na COHAB verificou-se uma maior preocupação com a infra-estrutura, com a indicação do terreno para a implantação sendo feita pelo município, e toda a gestão centralizada na COHAB Estadual.

Todas as áreas loteadas pelo poder público municipal, pelo Estado ou por particulares, nessa época, eram sítios, área rural, que foram, posteriormente, anexados ao perímetro urbano, continuando o pensamento das áreas não contíguas, distantes do centro, mais baratas e passíveis de serem de habitação para a população de baixa renda e da urbanização paulatina, seguindo etapas de regularização. Fazendas, Buracões, Lixões eram os “usos” anteriores das áreas que distavam de 8 km (COHAB IV) a 14 km (João de Deus) do Centro da cidade, (vide FIG. 6) e que passaram a ser habitadas.

³ Estes espaços nos remetem aos desenhos das Unidades de Vizinhança, uma herança provável do ex-prefeito Luis Augusto Fernandes - um carioca interessado nas questões urbanas, de quem Diniz foi vice-prefeito na gestão 1959/1963-, e dos arquitetos professores da Universidade Federal de Pernambuco, consultores para as questões de desenho urbano e de transporte.

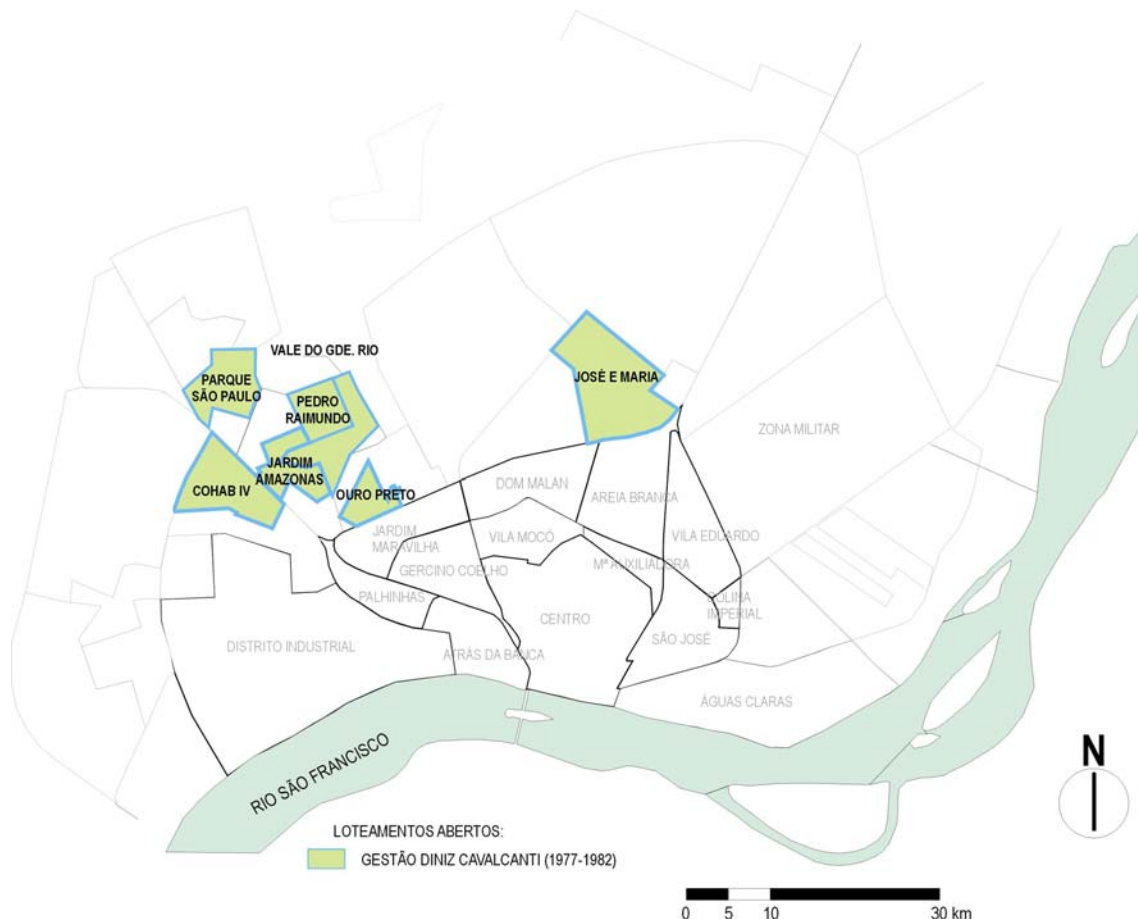


FIGURA 6 – Loteamentos abertos de 1976- 1982
 FONTE – Elaboração da autora em CorelDraw com base em mapa PMP/ SEHURB (2005)

2.1.1. Ouro Preto, 1977

Aberto em 1977, durante a gestão Diniz Sá Cavalcante, o Ouro Preto é o primeiro loteamento estudado. Aprovado pela prefeitura com a característica de “padrão popular”, o loteamento foi aberto sem infra-estrutura mínima. Desde o início, os compradores tiveram de lutar pela implementação da mesma. O relato dos que lá habitam desde a implantação do loteamento é que todas as casas, desde a abertura, eram abastecidas de água (rede de água), mas a ligação da energia foi feita apenas em 1980.

O proprietário da gleba era o Sr. João Nunes, pai de Paulo Nunes⁴, que loteou a área e vendeu as parcelas somente com água instalada e os postes sem ligação de energia. Quem comprou, conseguiu construir, apesar da

⁴ Nomes recorrentes nas entrevistas, principalmente o de Paulo Nunes, por ter loteado outras áreas da cidade.

dificuldade e, em 1980, das 10 ruas do loteamento, sete adentravam a caatinga. Em meados de 1985, com o loteamento vendido em sua totalidade, os moradores do Ouro Preto ainda reivindicam melhores condições.

A classe que governa o país e as cidades, sempre faz só as coisas na base de pressão. Aqui mesmo, na época (1977-1980) pressionamos para carro de lixo, suprimento de energia. Quando cheguei aqui já tinha a rede, mas não tinha a ligação. Um pedaço tinha energia e o resto ficava tudo no escuro. Calçamento, finalmente tudo o que tem aqui foi pressão do povo (VENÂNCIO, 2006).

Na época da instalação do loteamento, somente roças circundavam o “bairro” e havia muito a ser feito pelo loteador. No entanto, saneamento e pavimentação foram feitos pelo poder público municipal. Vinte anos após a abertura do loteamento, na segunda gestão de Guilherme Cruz Coelho (1997-2000), é que foi construída a lagoa de estabilização. O saneamento (escavação e tubulações para o esgoto) foi finalizado na gestão 2001-2004 (2^a de Fernando Bezerra Coelho) e, quando da conclusão, os moradores continuaram, segundo palavras dos entrevistados, “brigando pelo calçamento”.

Até a segunda gestão de Fernando Bezerra Coelho (2001-2004) as ruas eram de terra batida (de lama, quando chovia). No âmbito do Programa Bairro Legal (Programa Multissetorial Integrado – BNDES) foi feita a pavimentação com paralelepípedos em todas as ruas, à exceção do corredor de ônibus pavimentado com capa asfáltica no corredor de ônibus. Foi também construído no âmbito do PMI/Bairro Legal, o posto de saúde do bairro (Programa Saúde da Família).

A população atualmente residente no bairro Ouro Preto (IBGE, 2002) é de 2.378 pessoas - engloba os loteamentos Raio de Sol, Vila dos Sargentos, Alto Grande e o que deu origem ao bairro, o loteamento Outro Preto.

A maior dificuldade do Ouro Preto, apontada pelo presidente da Associação de Moradores é a inexistência de áreas públicas para equipamentos comunitários (centro comunitário, quadra de esportes) e áreas verdes. Um exemplo dado foi a locação do Posto de Saúde. Por não ter uma

área livre o Posto teve de ser construído em parte do terreno da Escola Pe. Jeconias. A área que era destinada para tal foi doada.

O prefeito da época, Guilherme Coelho, fez uma doação para o Clube da PM. Área na rua 5, enorme, fez uma doação para um clube particular. Os moradores protestam pelo barulho. O sargento, presidente do Clube, disse para mim que se Fernando desse um terreno para eles na beira do rio eles trocariam. Não poderiam ter feito isso (doado a área) (SOUZA, 2006).

No urbanismo tem-se estudado as conseqüências da particularização do público e a análise deve ser em função da destinação. Algumas doações em Petrolina, de pequenas parcelas para moradia de uma família, tem sido uma concessão de cidadania melhorada. Em outros casos, a doação de uma área para um grupo de pessoas podia ser algo de repercussão urbanística de deixar uma área desprovida de espaço para equipamentos necessários.

2.1.2. Jardim Amazonas, 1978

Iniciado em 1978, hoje com 3.238 residentes (IBGE, 2002), o loteamento foi aprovado durante a gestão de Diniz de Sá Cavalcante, e aberto sem água ou energia. A água foi “carregada na cabeça” pelos moradores durante algum tempo e, segundo o Presidente da Associação, foram feitas muitas passeatas na frente da CELPE (Companhia Energética de Pernambuco) e da COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento) para cobrar instalação de energia e de água, respectivamente.

O Bairro Jardim Amazonas tem 7.500 habitantes (IBGE, 2002) e engloba os loteamentos Vila Nova, Vila Camaratuba, pequena parte do Vale do Grande Rio e o Alto do Cocar.

Os lotes foram vendidos pelo Sr. Paulo Nunes e as casas foram feitas pelos adquirentes dos lotes, “todo mundo construiu suas casinhas com muito sacrifício”. Em 1982, o bispo Dom Gerardo, liderando várias pessoas da Igreja Católica, conseguiu articular a chegada da água e da luz em algumas partes do

loteamento. O Presidente da Associação de moradores acredita que o bairro Jardim Amazonas não tem força reivindicativa porque não é uma “área de lotes doados”.

Como o Jardim São Paulo e o Pedro Raimundo, esses bairros doados têm mais um foco de política, de aparecer melhor, de fazer mais coisas para ter mais ‘visão’. Já esses comprados não. O pessoal do Jardim São Paulo é aquele que Diniz tirou de trás da feira e o Pedro Raimundo foi (*o pessoal da segunda invasão*) do José e Maria (NASCIMENTO, 6 jan. 2006).

Na 1ª gestão como prefeito do político Fernando Bezerra Coelho (1993-1996), surge a possibilidade de saneamento, e a Associação de Moradores propõe, ao então Vice-prefeito Durval Araújo, uma maneira de viabilizar a ação: seriam chamados a trabalhar na abertura das valas os moradores dos bairros Alto do Cocar, Pedro Raimundo e Jardim Amazonas.

Do Alto do Cocar foram cadastradas 18 pessoas, do Pedro Raimundo 4 e do Jardim Amazonas foram cadastrados 200 para fazer escavação do saneamento - na época, com os técnicos que acompanhavam. Daí para cá, o que a gente cobra é a pavimentação de rua e essas outras coisas. Todo o resto foi muito lento. O prefeito Guilherme Coelho não era muito homem de trabalhar, ele gostava mais de pintar, e ele não fez nada. O saneamento mesmo, ele começou na época e deixou a buraqueira ‘danada’, que carro não passava nas ruas. Daí, Fernando entrou (...) (NASCIMENTO, 6 jan. 2006).

Na 2ª gestão do prefeito Fernando Bezerra (2001-2004) os esforços estavam centrados no PMI – Programa Multissetorial Integrado (detalhamento do Programa no item 2.6). O Jardim Amazonas era um dos 14 bairros, reunidos em 4 setores (por proximidade, pelos raios de atendimento de Postos de saúde, creches e escolas, para melhor localização de equipamentos comunitários e pela localização de 4 Praças da Cidadania – uma para cada setor). O setor 4 era composto pelos “bairros” Ouro Preto, Jardim Amazonas, Alto do Cocar, Pedro Raimundo e Antônio Cassimiro.

De acordo com o depoimento do Presidente da Associação de Moradores, a população do bairro entendia que os benefícios feitos no setor não atingiam diretamente ao Jardim Amazonas (era um dos objetivos do programa atender conjuntos de bairros na dotação de infra-estrutura, pavimentação e

equipamentos comunitários): “o único benefício feito foi um canal no riacho, que, para todos os efeitos, não é no Jardim Amazonas, é quase Ouro Preto”. É um esforço, uma transformação em curso, a busca de fazer cidade, conectando os loteamentos e tentando dar um senso de comunidade estendida, mas que não é considerada por alguns dos presidentes de associação como uma ação de repercussão positiva para o seu bairro por não estar fisicamente contida, mas em uma área de intersecção.

2.1.3. Vale do Grande Rio, 1978

Loteamento particular aprovado em 1978, promovido por Antônio Brasileiro, teve o mesmo início de outros da época: aprovação, registro e venda de alguns lotes sem infra-estrutura, passando-se longo tempo entre a abertura e a dotação de infra-estrutura.

No mapa da rede de abastecimento, em 1982, feito quando do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU - 1982) está indicado para a área do loteamento um projeto de abastecimento de água, significando a distribuição da água, no mínimo, quatro anos após a abertura do loteamento. As vendas aconteceram sem a infra-estrutura (água, saneamento ou energia), a única novidade - face ao histórico dos loteamentos anteriores, em que havia habitação mesmo sem infra-estrutura – é que se passaram muitos anos sem que fossem construídas casas nos lotes que circundavam o loteamento Pedro Raimundo (ver desenho dos loteamentos estudados abertos na gestão 1977-1982).

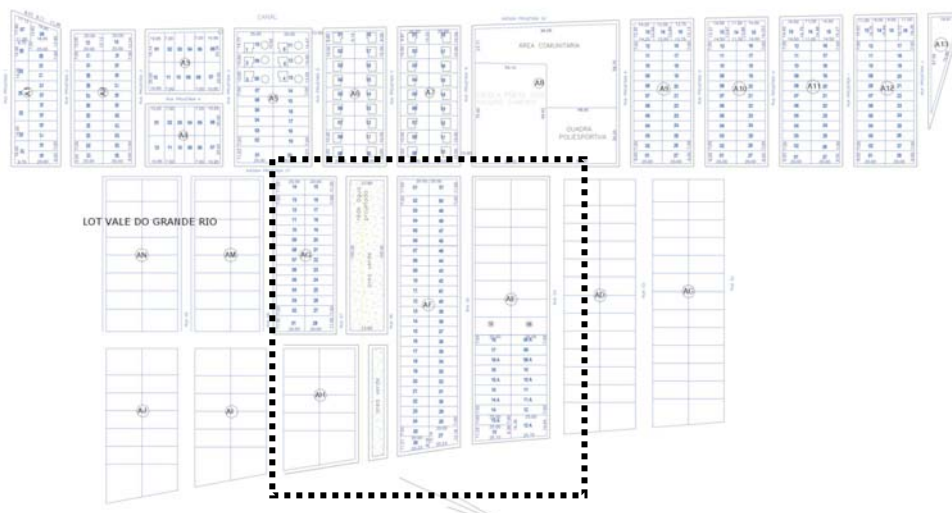


FIGURA 7 – Planta do loteamento Vale do Grande Rio com lotes menores para construção de casas do PSH
 FONTE – SEHURB (2004)

A área do loteamento tangencia uma área de drenagem das águas interiores para o rio São Francisco, fato lembrado com o decreto de calamidade pública, em janeiro de 2004, quando o Setor Oeste da cidade (onde está o Vale do Grande Rio – Ver FIG. 7) ficou separado do Centro, a partir desse ponto até o Rio São Francisco. A água dividiu a BR 407, onde existia um pequeno pontilhão que - segundo o Plano Diretor de Drenagem de 1982 - deveria ser uma ponte, por onde passariam as águas das enxurradas. Não é por acaso que toda a área vizinha do Vale do Grande Rio e entre o Ouro Preto e o Jardim Amazonas foi deixada sem habitação, descampada e “árida”: quando das enchentes, muito esporádicas, no entanto, catastróficas por causa da drenagem rápida do Perímetro Irrigado, essas áreas do “vale do rio” ficam realmente submersas.

Apesar de todas essas questões estarem indicadas no Plano Diretor de Drenagem, em 2004, em função da necessidade de participação em um dos leilões de kits para construção de casas do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), foi feito um acordo com o proprietário do loteamento: 70 lotes em troca da quitação de IPTU. A ação foi pautada no interesse em resolver a questão, em não “perder a oportunidade”, uma vez que para participar do Programa, a área indicada deveria passar por inspeção de um engenheiro da CAIXA, mas é uma área com suas fragilidades e, às vezes, resolver a qualquer custo pode ter custos altíssimos.

2.1.4. José e Maria, 1979

É a primeira grande ação do poder público municipal com intuito de resolver o dilema de 200 famílias que, no início de 1978, ocuparam áreas nos bairros da Areia Branca (chamada Vila Papelão da COHAB II), Vila Eduardo e no antigo lixão (chamada Vila Papelão do Ouro Preto, onde hoje é o Pedro Raimundo). Aproximadamente um ano depois, o número havia sido ampliado para 1.500 famílias (IPSA, 2006, p.68).

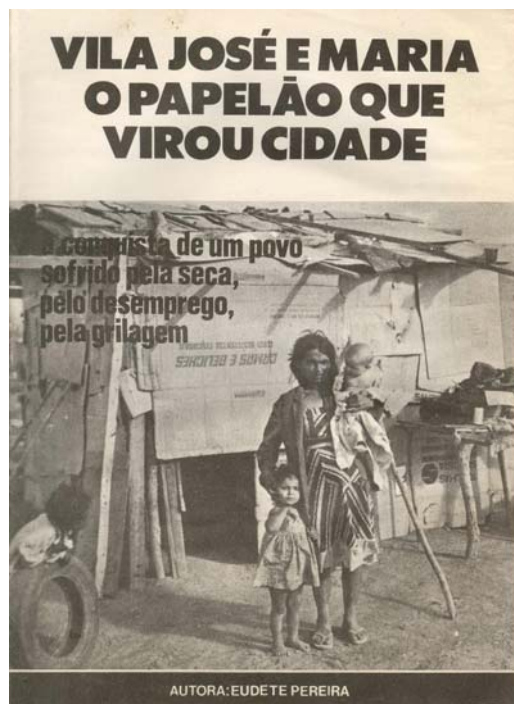


FIGURA 8 – Capa do livro de Eudete Pereira escrito com base nas pesquisas e entrevistas com os moradores das Vilas Papelões.
FONTE – Pereira (1983)

A seca que, desde o início da década de 70, castigava o Nordeste foi a causadora da migração de tantas famílias para Petrolina. Conforme constatou Pereira (1983, p. 5), “sem água e trabalhando como meeiros ou em terras arrendadas... Para além da falta d’água, a grilagem. Tudo lhes levava ao êxodo”.

Hoje, o loteamento, que começou como Vila Papelão, é bairro José e Maria, tem 3.000 lotes e uma população residente de 12.806 habitantes (IBGE, 2002). O depoimento de quem vivenciou o início, dá o tom de luta:

Apesar de toda repressão policial o povo não desistia: sendo 3 ou 4 barracos destruídos pela manhã, estavam 10 ou mais construídos ao amanhecer do dia seguinte. Em 9 de janeiro de 1980, os moradores organizados das Vilas decidem ir, em comissão, até o prefeito que, sob pressão foi obrigado a ceder-lhes um pedaço de chão (PEREIRA, 1983, p.5).

Na época da abertura do loteamento, os lotes foram destinados às pessoas cadastradas pelo Departamento de Ação Social da Prefeitura Municipal a partir de uma análise socioeconômica dos que estavam na área por necessidade real e os que estavam com intuito de receber outro benefício,

porque já haviam vendido outros terrenos recebidos da prefeitura. Havia, naquela época - e ainda há -, uma grande facilidade de venda e rotatividade dos lotes doados (até mesmo de casas doadas), principalmente se as doações são feitas para pessoas que estão de passagem, para a chamada “população flutuante”, e este comportamento está constatado em relatório da época, escrito pelas assistentes sociais e socióloga da prefeitura.

As famílias transferidas das várias Vilas papelões, espalhadas pela cidade, para o José e Maria, pagaram pequenos montantes e ao final, após a construção da residência no lote, receberam um documento denominado “Taxa de Urbanização” (no início era o pagamento simbólico da urbanização da área e depois passou a ser utilizada como documento de ‘posse’ do terreno – FIGURA 18). No caso do José e Maria, o documento emitido pela prefeitura é irregular: o loteamento foi aberto e os lotes doados em área particular.

Em fevereiro de 1982, o novo bairro ainda não tinha energia e a água estava somente projetada. “*Por certo* que sendo ano político, até nas vésperas das eleições a energia virá” (PEREIRA, 1983, p. 10).

Ela relata, também, como uma outra invasão foi reprimida (posteriormente à invasão do bairro José e Maria e em área contígua a aquele bairro, de outro proprietário particular). Em 26 de março de 1982, a polícia, funcionários da prefeitura, acompanhados de um juiz de direito, derrubaram 300 barracos de papelão de famílias que começavam a se acomodar ao lado do José e Maria. Seria mais uma Vila Papelão feita pelos pobres movidos pela esperança, montada por incentivo dos antigos “invasores” que haviam conseguido um lote. Invadiam na esperança de, um dia, poderem ter o terreno e o casebre “por ordem do chefe municipal [o prefeito]” (PEREIRA, 1983, p.11). O dono da terra agiu prontamente, exigindo, com a reintegração de posse, a expulsão dos invasores.

Em seu documentário, D. Eudete registra, ainda, a promessa feita pelo executivo municipal para a construção de escola como resposta aos protestos dos moradores que cobravam no gabinete do prefeito e com abaixo-assinados,

a assistência às 365 crianças e adolescentes (entre 5 e 16 anos). Discorre, ainda, sobre a dotação de infra-estrutura paulatina: “primeiramente foi a água, depois a linha de ônibus Joalina e, mais tarde, em 21 de setembro de 82, foi inaugurada uma parte da luz elétrica (como o leitor vê, véspera das eleições)...” (PEREIRA,1983, p.14).

Ao longo das outras gestões, foram feitas outras melhorias: na gestão de Augusto Coelho (1983-1988) foi feito o complemento da energia e o saneamento foi feito entre a 1ª gestão de Guilherme (1989-1992) e a 1ª gestão de Fernando Bezerra Coelho (1993-1996). No início do PMI (2003), o bairro tinha 52% das ruas pavimentadas. Em 2004, as principais ruas foram pavimentadas com paralelepípedos e o corredor de ônibus com camada asfáltica.

Desde a sua abertura até 2004, recorte temporal deste estudo, todas as habitações no José e Maria haviam sido construídas pelos próprios moradores, não existindo programa municipal, estadual ou federal de habitação na área.

2.1.5. Pedro Raimundo, 1981

De lixão a bairro: essa é a trajetória resumida do Pedro Raimundo. Entre 1981 e 1982, durante a gestão Diniz, a área foi loteada e os lotes doados para a população que já habitava a área sem nenhuma infra-estrutura. O terreno antes utilizado como lixão foi adquirido, na época, pela prefeitura e feito um aterro. Em um primeiro momento, as casas tiveram as paredes levantadas em papelão ou taipa e, com o passar do tempo, aquelas foram sendo substituídas por casas de alvenaria. Toda infra-estrutura foi instalada muito tempo após a primeira ocupação,

Você pisava no lixão e afundava, era um mau cheiro danado e, quando era época de inverno, era uma tristeza. Aí foi aquela briga: colocaram chafariz, porque não tinha água e foi melhorando com o passar dos anos (...). O pessoal (...) do Pedro Raimundo foi (*retirado*) do José e Maria. Uma parte era o Pedro Raimundo (era menorzinho na época *de Diniz*), depois surgiu o Vale do Grande Rio (NASCIMENTO, 6 jan. 2006).

Constante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1982, a prancha a seguir indica o padrão das habitações no final da gestão Diniz e início da gestão Augusto.

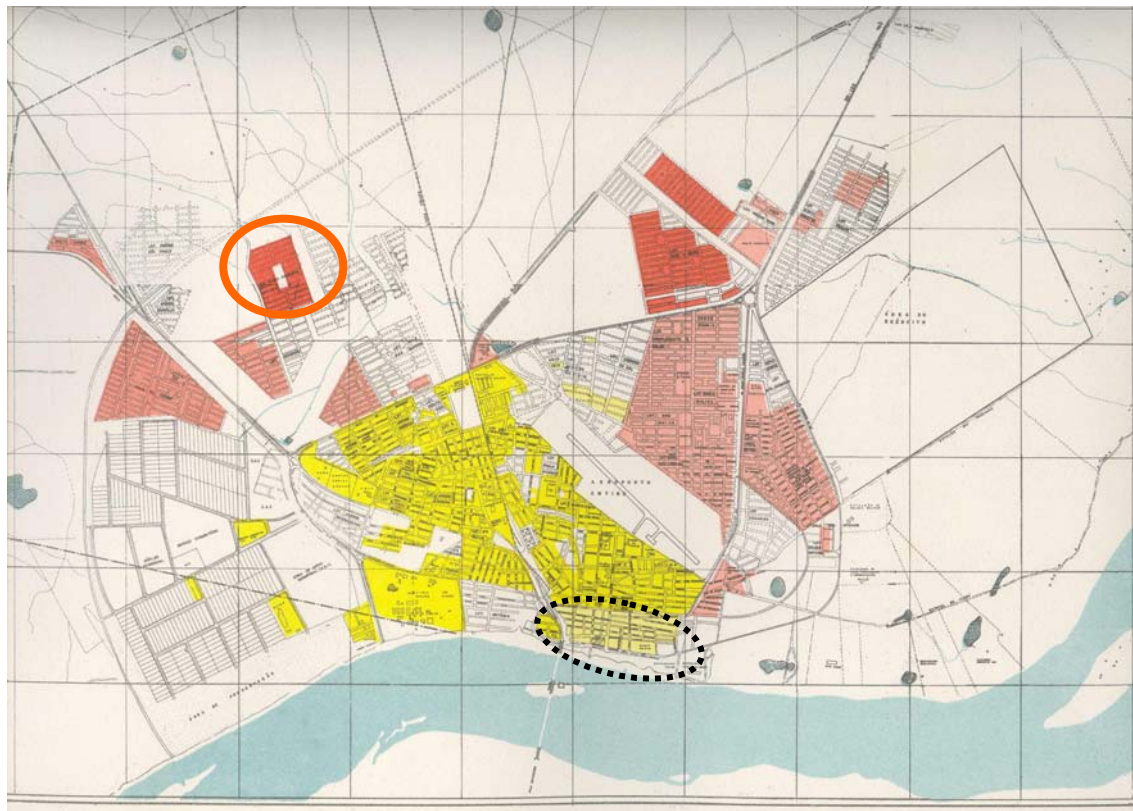


FIGURA 9 – Tipologia das edificações em Petrolina
FONTE – (PERNAMBUCO, 1983)

Na FIGURA 9, em amarelo claro com elipse tracejada em preto, estão representadas as habitações de padrão alto (próximas à orla fluvial), em amarelo ouro o padrão médio, em rosa o padrão popular e, em vermelho, o padrão subnormal (os responsáveis pelo Plano consideravam subnormais as habitações em papelão e taipa em áreas invadidas e insalubres) (PERNAMBUCO, 1983, p. 11). Comparando com a prancha de saneamento ambiental, também constante do PDDU, de 1982, constata-se que estavam projetadas instalações de água e esgoto nas áreas do José e Maria (em vermelho setor nordeste) – loteamento iniciado em 1979 -, em parte do loteamento Jardim Amazonas - a outra parte somente com água projetada, próxima da área em vermelho – o loteamento Pedro Raimundo, circulado em laranja, nessa época, o lixão da cidade - no setor noroeste.

Em 2002, o Pedro Raimundo tinha 23% das suas ruas pavimentadas (1º relatório de avaliação ex-post/PMI) e o loteamento somente foi averbado em cartório em 2003, tendo sido, então, distribuídas as “Taxas de Urbanização”, documento utilizado com intuito de autorizar a confecção de escritura no cartório em nome do beneficiário.

2.1.6. COHAB IV, 1981

Entre 1981 e 1982, já no final da gestão de Diniz, foi instalada, pelo Governo Estadual (governo Marco Maciel) a COHAB IV: lote e habitação financiados pelo BNH, em uma área da antiga Fazenda Massangano. Os lotes foram entregues, em 1982, com abastecimento d'água, energia e saneamento. A pavimentação foi feita posteriormente pelo município.

Em 2003, os gargalos de todas as COHABs construídas em Pernambuco eram a quitação e regularização de registro. Durante muitos anos, desde o final do BNH, em 1986, houve um esfacelamento do sistema de habitação também no âmbito do Estado. As mudanças na estrutura ao longo dos anos colaboraram para tornar as informações, que os gestores tinham em Recife nos órgãos que sucederam (COHAB-PE, EHMAPE, PERPART...) desencontradas. O movimento nacional em busca da regularização foi avivado, a partir de 2003, com as ações do novo governo federal. Nas COHABs de Petrolina, os problemas diferiam de complexidade de uma para outra. O Governo do Estado após a COHAB V (1984) e a COHAB VI (1996) praticamente não se fez presente nas ações habitacionais em Petrolina e, em 2003, volta ao município com encarregados da EHMAPE buscando regularizar, uma vez que era naquele momento uma boa maneira de deixar a população satisfeita buscando a repercussão do benefício nas urnas.

2.1.7. Parque São Paulo, 1982

O Jardim São Paulo é um bairro resultante de um loteamento particular (Loteamento Parque São Paulo) aberto em 1982. Teve projeto aprovado e foi

quase que em sua totalidade vendido, à exceção de alguns lotes que, em 30 de dezembro de 1982, foram doados pelo poder público municipal. Ao total, 88 famílias desabrigadas pela enchente de 1979 foram beneficiadas (IPSA, 2005, p. 71).

Ainda hoje, esses lotes doados em loteamento particular não estão regularizados dominialmente. Ao longo dos anos, foram feitas muitas melhorias no bairro pelo poder público municipal. Até 1998, o loteamento tinha 90% do saneamento instalado (tubulações). Em 2000, foram pavimentadas várias ruas, constando do relatório de Avaliação do PMI/Bairro Legal um percentual de 26% de ruas pavimentadas.

2.2. Gestão Augusto de Souza Coelho 1983-1988

A partir de 1983, algumas áreas que ficaram fora do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho, quando do seu lançamento, e próximas à cidade, foram doadas ao município pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco ligada, hoje, ao Ministério da Integração Nacional, no seu início era vinculada ao Ministério do Interior). A prefeitura teve, então, como montar um banco de terrenos para lotear e doar em larga escala. Houve maior “lastro” de áreas do poder público municipal para respaldar a ação habitacional do município, diferentemente da gestão anterior com Diniz de Sá Cavalcante quando a prefeitura não tinha essas áreas doadas pela CODEVASF na periferia da cidade para promover os loteamentos públicos populares.

Além da implantação do Perímetro Irrigado, essa gestão recebeu um grande aporte de verba do Ministério do Interior e do BIRD com o programa Cidade Porte Médio (CPM). Foi criada a Unidade de Administração do Sub-Projeto Petrolina (UAS) que administrava o repasse CPM-BIRD, com escritório próprio e toda uma equipe para o desenho dos projetos e acompanhamento das obras.

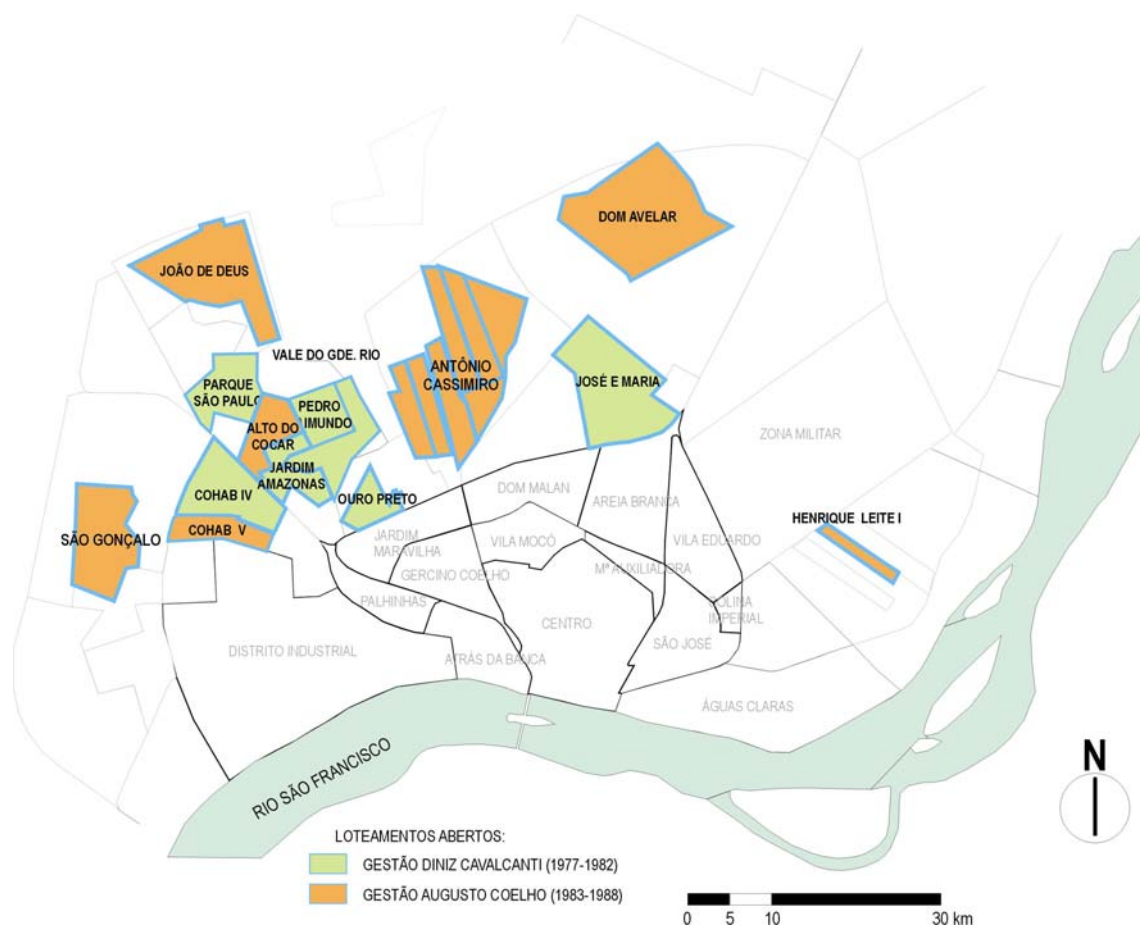


FIGURA 10 – Loteamentos abertos de 1976- 1982 e de 1983 a 1988
 FONTE - Elaboração da autora em CorelDraw com base em mapa PMP/ SEHURB (2005)

Os loteamentos abertos foram a COHAB V (governo do Estado/ BNH), conectada à COHAB IV, o bairro Antônio Cassimiro, o loteamento Dom Avelar, o João de Deus (loteamento e bairro), o São Gonçalo, o Alto do Cocar e o loteamento Henrique Leite I.

2.2.1. COHAB V, 1984

Foi realizada durante a gestão do Governador Roberto Magalhães, financiada pelo BNH, entregue com abastecimento de água, energia elétrica e saneamento e, da mesma forma que ocorrido na COHAB IV, quando as casas foram entregues, as ruas eram de terra batida - a pavimentação em paralelepípedos foi feita pelo município. Com a COHAB IV conforma o bairro COHAB Massangano.

2.2.2. Antônio Cassimiro, 1985

São vários loteamentos particulares (Lagoa Seca, Cassimiro Gomes de Sá I, Parque Cassimiro I, Antônio Cassimiro I e II, Parque Cassimiro II e parte do Vale das Acácias), que conformam o bairro Antônio Cassimiro, a maioria deles tem como promotores os herdeiros do proprietário da antiga Fazenda Lagoa Seca.

A população média do Bairro Antônio Cassimiro é de 2001 habitantes (IBGE, 2002), têm um bom abastecimento de água e energia na pequena área regular e muitas ocupações irregulares na parte que nunca foi implementada pelo loteador. Em 2002, tinha 30% das ruas pavimentadas, segundo o relatório de avaliação PMI/Bairro Legal.

Um dos maiores problemas do bairro como um todo, similar ao ocorrido com o loteamento/bairro Dom Avelar, é que muitos particulares e empresas adquiriram muitos lotes para especulação ou como “investimento” e o bairro sofre as conseqüências da não-ocupação pelos compradores. Por um lado, não há habitantes suficientes para ter poder de reivindicação junto ao poder público, e, por outro, os habitantes, de fato, estão dispersos e a maioria em situação irregular (em área particular). A área foi tomada pelos grileiros.

2.2.3. Dom Avelar, 1987

Nasceu de uma iniciativa privada, tem, inclusive, um slogan que foi criado na época para vender os lotes: “Dom Avelar, um santo lugar para se morar”. Na propaganda dizia que tinha escola, ônibus e etc. e nada disso existia. Se fosse hoje, talvez a população tivesse tomado uma iniciativa condizente com a realidade do bairro e da propaganda. O bairro nasceu em 1987. Mais precisamente a inauguração do bairro se deu em 20 de dezembro de 1987 e, de lá para cá foi sendo habitado, ainda que vagarosamente, uma vez que o loteamento foi vendido a pouca gente carente e para uma maioria de empresários, empresas, pessoas que não habitavam na cidade e que até hoje não habitam. Portanto, o nosso bairro, tinha uma propaganda muito bonita, e nós, de um poder aquisitivo menor, acreditávamos que o bairro teria um crescimento mais rápido do que o que vem sendo. Não aconteceu justamente por causa dessa venda exagerada de lotes a pessoas que sequer são da cidade (AGOSTINHO, 2006).

O loteamento, quando foi aberto, tinha cascalho em pedaços de cada uma das quatro avenidas, nenhum meio-fio definindo as quadras. Eletrificação só tinha nas partes cascalhadas das avenidas (cerca de 200 metros). Conseguir, junto à CELPE e à COMPESA, a dotação de infra-estrutura era difícil, segundo o presidente da Associação de Moradores, pela questão política:

(...) para conseguir um metro de tubo, você tinha de se apadrinhar com determinado político, a gente entendia como obrigação do poder público fazer aquilo que a empresa privada não fez, uma vez que ele autorizou o dono da empresa, da imobiliária, a lotear e a fazer boas propagandas (AGOSTINHO, 2006).

Foi a população organizada que buscou eletrificação, água, escola, transporte. Os moradores encamparam uma luta jurídica contra COMPESA e prefeitura, pleiteando a chegada da água até o bairro e a rede de distribuição para que chegasse aos lotes:

Foi uma coisa legal, porque, pela primeira vez, a gente viu um governo do Estado vir aqui num bairro da periferia, pelo menos aqui em Petrolina. Então, nós conseguimos trazer (1995) para assinar já a ordem de serviço aqui no nosso bairro o então governador Dr. Miguel Arraes de Alencar, que Deus o tenha, já assinou a ordem de serviço na escola municipal do nosso bairro. Então, isso foi uma coisa interessante e que eu, particularmente, como presidente de associação, me sinto muito orgulhoso disso, porque a gente tem água e conseguimos uma adutora (AGOSTINHO, 2006).

O problema posterior foi que tinham água, mas não tinham os canos para distribuição, uma vez que toda a tubulação tinha diâmetro inadequado para o abastecimento de toda uma área.

Hoje, o Dom Avelar bairro que reúne os loteamentos Santa Luzia, Vila Mandacaru e o próprio Dom Avelar, tem 12.381 habitantes (IBGE, 2002) e ao longo dos 17 anos de abertura do loteamento particular e irregular (1987-2004), a população organizada teve (e ainda tem) de exigir a dotação de infra-estrutura. O esgoto ainda corre a céu aberto e, como não têm saneamento, não podem ter as ruas pavimentadas.

2.2.4. João de Deus, 1987

O loteamento e, depois, bairro surgiu em 1987, quando foram direcionadas para aquela área as pessoas de duas ocupações, uma ao lado do Pedro Raimundo, com 800 famílias e outra, ao lado do José e Maria, com 1.700 famílias. Os moradores daquelas novas Vilas Papelões reuniam-se em passeatas em frente à prefeitura, reivindicando habitação.

Após seis meses nas invasões, em casas de lona e papelão, os moradores foram transferidos, no dia 17 de julho de 1987, para o João de Deus.

O prefeito falou que tinha o terreno, mas que não tinha os piquetes, sempre colocou um empecilho. Aí, a gente se reuniu, cada morador deu seu piquete para marcar o seu terreno, foram mais de 5.000 piquetes. Marcamos os terrenos do João de Deus e ainda sobrou piquete para marcar o Cosme e Damião (FÉLIX, 2006).

Os lotes foram doados no penúltimo ano da gestão de Augusto Coelho, próximo das eleições de 1988, quando foi eleito o prefeito Guilherme de Souza Coelho (sobrinho daquele e filho do Deputado Federal Osvaldo Coelho) (ver Quadro 1, p.33).



FIGURA 11 – Vila Papelão Pedro Raimundo, em 1987
FONTE – IPSA, 2006.



FIGURA 12 – Vila Papelão José e Maria, 1987
FONTE – IPSA, 2006.

Em depoimento do líder do João de Deus, na época em que foram assentados, fica o retrato da luta:

Para a gente chegar lá e não ter água. Nós ficávamos a uma distância de 7 km da cidade. Sem água, sem luz, sem escola, sem

ônibus... Então, o desafio não foi ir, foi permanecer lá. Mas a gente enfrentou. Primeiro, fomos para a COMPESA que disse que tinha água, mas não tinha os canos. A prefeitura disse que tinha os canos, mas que faltava a mão de obra. Aí, a comunidade entrou com a mão-de-obra. Para chegar a primeira água no bairro foram cavados 2.800 metros de chão, desde o Vale do Grande Rio até onde hoje é a Praça do João de Deus. Uma coisa que eu achei estranho foi que desmancharam o chafariz que a gente fez. Porque aquele chafariz era o marco da nossa luta. Quando a primeira água chegou lá, a gente dividiu, colocamos dois ramais e ficaram três chafarizes dentro bairro. Depois, continuamos a luta. Nessa época, existia um grupo de 4 pessoas que participavam dentro dessas comunidades. Eram Joaquim Florêncio, Walter Lubarino, Júlio Torres e Zé Wilson que faziam parte do antigo MDB e que junto com a gente batalharam. Quando chegava a noite, a gente ficava no escuro e via Petrolina toda iluminada. E ainda não tínhamos água nas casas. Aí, novamente chegamos à COMPESA, à prefeitura e ao governador do Estado, que, na época, era Miguel Arraes. Ele disse que dava os canos, a COMPESA dava a água e mais uma vez a comunidade cavou na frente das suas casas. Onde existia um terreno baldio as pessoas se reuniam e cavavam metade. Houve uma grande participação das igrejas, uma união muito grande, que durou muito tempo (FÉLIX, 2006).

As reivindicações foram constantes, em busca da melhoria do transporte, da água, da energia, equipamentos comunitários e as reivindicações foram sendo escutadas. Antes da mudança da população para os loteamentos, o desenho já contemplava grandes áreas onde os equipamentos públicos como escolas, creches, posto de saúde, a feira do bairro pudessem ir sendo dispostos aos poucos.

(...) Quando Dr. Augusto nos transferiu, deixou o lugar da creche, deixou a creche construída, a escola Jesuíno N. D'Ávila, a vaca mecânica, e a partir daí, nós continuamos a luta. No dia 22 de agosto do mesmo ano, foi formada a associação de moradores e, a partir dessa associação, com pessoas das duas invasões, nós continuamos a luta por qualidade de vida (FÉLIX, 2006).

No início, as pessoas recebiam o terreno sem nenhuma infra-estrutura e continuaram morando em 'barracos' de taipa e papelão. Montaram um mutirão e, inicialmente, os moradores se reuniam para construir as casas.

Existia na época, em Petrolina, o fabrico de blocos de cimento. A gente teve a idéia, juntamente com Joaquim (*político do MDB na época*), do seguinte: cada morador batia 3000 blocos. Ele tinha direito a 1 milheiro para construir a sua casa e o resto (2000 blocos) a gente vendia para aumentar a quantidade de blocos comprando mais cimento e dar oportunidade a outra pessoa. Assim, nós conseguimos fazer 100 casas. As primeiras 100 casas que foram feitas no João de Deus, elas foram feitas nesse trabalho de parceria.

Um fabrico de blocos que a gente se juntou com Joaquim da Kuka, o finado Raimundo Ramos, fizemos um 'cata' em Petrolina, conseguimos carrinho de mão, areia, uma pessoa que ensinou e iniciamos esse trabalho. Só que, em 1988, veio a política. O trabalho ia todo bonito, a coisa ia andando e ela estragou tudo (FÉLIX, 2006).

A indicação de que a “política estragou tudo” ressaltada por Félix (2006) se dá em função da vinculação explícita dos presidentes de associação aos políticos. “A gente estava com 5000 sacos de cimento e começou a política do toma-lá-dá-cá e tivemos de fazer denuncia e, por conta disso tudo, parou”.

Ainda no quesito construção de habitação, houve um programa do governo do Estado, na época do governador Miguel Arraes, que definiu um convênio entre a associação de moradores e o município para a construção de algumas casas. Não foi toda a população que foi beneficiada, mas a grande maioria recebeu material e a família em mutirão fazia a sua casa:

(...) fui beneficiada com 1000 blocos, telhas, e meu primeiro quarto foi feito através desse mutirão com o apoio de Miguel Arraes, Fernando (*Bezerra Coelho*), na época era Deputado Estadual, além de outros políticos como Seu Joaquim Florêncio, e a organização do povo foi fundamental (SILVA, 7 jan. 2006).

Algumas casas foram construídas no governo de Guilherme Coelho (1989-1992). Nessa época, foi feito mapeamento das casas sem banheiro e foram construídos banheiros e fossas sépticas.

Depois desse mutirão, na gestão de Guilherme (1989/1992) e de Miguel Arraes, as pessoas continuaram construindo suas casas como podiam, muitos dos moradores, além de trabalharem nos lotes de irrigação, tinham outros conhecimentos que facilitavam a construção, cada um com uma especialidade (fundação, telhado...). A grande maioria dos moradores do João de Deus é de trabalhadores do perímetro irrigado e, por isso, a localização do bairro é extremamente conveniente: meio caminho do centro da cidade e dos Núcleos de Assentamento do Perímetro Irrigado.

Depois das primeiras ocupações, pedaços de ruas foram pavimentados (as ruas 12 e 13), com o auxílio do governo estadual e o municipal. No João de

Deus, em 2004, 31% das ruas estavam pavimentadas (RELATÓRIO 2002/2003, p. 56).

Os cadastros feitos na Secretaria de Habitação entre 2001 e 2002 permitiram a muitos habitantes do João de Deus o acesso à casa pronta em área com infra-estrutura mínima. No João de Deus foram construídas, entre os anos de 2002 e 2004, mais de 300 casas pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) do Governo Federal, parceria com o governo municipal e repasse dos valores de kit de material de construção pela CAIXA.

Infelizmente, para a gente que sempre trabalha com a comunidade, a gente vê as pessoas com necessidade de ter seu lar, aquela tristeza, e depois, os governos até ajudam. Acredito que Petrolina é uma das cidades mais fáceis de conseguir uma moradia, mas acho que aproximadamente 50% depois se desfaz. A gente que faz trabalho com a comunidade e encontra uma pessoa beneficiada, a gente não sai do movimento e quatro, cinco anos depois acontece daquela mesma pessoa continuar pleiteando uma nova habitação (NASCIMENTO, 7 jan. 2006).

Todos os moradores do bairro têm documentação liberada para ir ao cartório, no entanto, poucos têm a escritura. Colocam como empecilho o custo e a não-necessidade de tê-la, devido à prática da utilização de Compromissos de Compra e Venda para fazer a transferência de proprietário: podiam alterar o nome do beneficiado dentro da Prefeitura após a venda. Levavam os papéis da venda à prefeitura e conseguiam uma nova Taxa de Urbanização.

O bairro triplicou devido aos remanejamentos de outras invasões para o João de Deus. Eram 15.726 habitantes, em 2000 (IBGE, 2002), configurando-se como 'o maior bairro de Petrolina' em quantidade de habitantes.

2.2.5. São Gonçalo, 1988

O loteamento deu início ao bairro quando da sua abertura, em 1988, com 2.532 lotes doados pelo poder público municipal, no final da gestão Augusto Coelho. Água, energia, tubulações de esgotamento sanitário e equipamentos comunitários foram instalados paulatinamente, após a ocupação dos primeiros lotes. Segundo dados do IBGE (2002), o bairro tem 7.743 habitantes.

No início do loteamento, poucas casas foram construídas por meio de mutirão, “amigos ajudando amigos em dias de domingo, e segundo o presidente da associação de moradores, não houve nenhum programa ou recurso destinado à construção de habitação, as casas foram construídas pelos próprios moradores e foram construídas muito rapidamente”, porque, de acordo com o que havia sido dito na época, todos teriam um prazo de 180 dias para construir ou o lote reverteria para o município.

Aqui no São Gonçalo, de 1988 para cá, você conta os terrenos baldios que tem (...). A ajuda que se teve na construção das casas aqui foram amigos, vizinhos, de outra fonte, praticamente, não saiu. Algumas pessoas ainda tiveram condições de tirar um financiamento através de bancos como Caixa Econômica ou Banco do Brasil e, quando não fizeram uma construção, fizeram uma reforma (FERNANDES, 2006).

Na época do prefeito Guilherme Coelho, algumas poucas casas foram construídas pelo município (12 aproximadamente, sendo 3 no Programa Morar Melhor) e foram construídos também alguns banheiros. Além dessas, na gestão de Fernando Bezerra, em 2004, foram construídas casas para agentes de saúde pelo PSH (aproximadamente 6 casas). No relatório de Avaliação do PMI, em 2002, o São Gonçalo tinha 25% das suas ruas pavimentadas.

2.2.6. Alto do Cocar, 1988

O Alto do Cocar é um loteamento particular aberto em 1988, com 3.302 habitantes (IBGE, 2000). Na época da abertura, a área, segundo o presidente da Associação de Moradores, pertencia ao engenheiro Geraldo Coelho e o loteamento foi vendido pela imobiliária ITRUL, que pertencia ao referido engenheiro, Deputado Estadual à época.

Na gestão do prefeito Augusto Coelho, uma área do Alto do Cocar foi parcelada pelo poder público municipal e denominada Complementação do Alto do Cocar. Foram doados 219 lotes para construção de habitação, informação confirmada por documentos da SEHURB (Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo): uma lei de doação e a emissão de Taxas de

Urbanização. Na primeira na gestão de Fernando B. Coelho, o Alto do Cocar foi contemplado com saneamento básico.

Na segunda gestão de Fernando Coelho, em 2003, metade das taxas de urbanização dos lotes doados pelo município no Alto do Cocar foram entregues aos moradores (na parte que foi vendida pela ITRUL, todos têm escritura ou autorização para escriturar no cartório), tendo sido duas casas construídas pelo PSH (substituição de casas de taipa por alvenaria). No âmbito do Programa Bairro Legal/Programa Multissetorial Integrado, sete ruas do bairro foram pavimentadas com paralelepípedos e o corredor de ônibus com capa asfáltica.

2.2.7 Henrique Leite I, 1988

Na gestão de Augusto Coelho também foi iniciado o Henrique Leite, loteamento aberto pelo poder público em área desapropriada, sem infraestrutura. Os lotes foram doados entre agosto e dezembro de 1988 (ano eleitoral). Era, segundo o presidente da associação de moradores “um areal”.

Preferimos discorrer sobre o loteamento na 1ª gestão do Prefeito Fernando Bezerra Coelho, quando outros benefícios chegam e são abertas outras etapas do loteamento (II, III...).

A década perdida (anos 90): o município e a autonomia a partir da Constituição de 88

2.3 Gestão Guilherme Coelho (1ª) 1989-1992

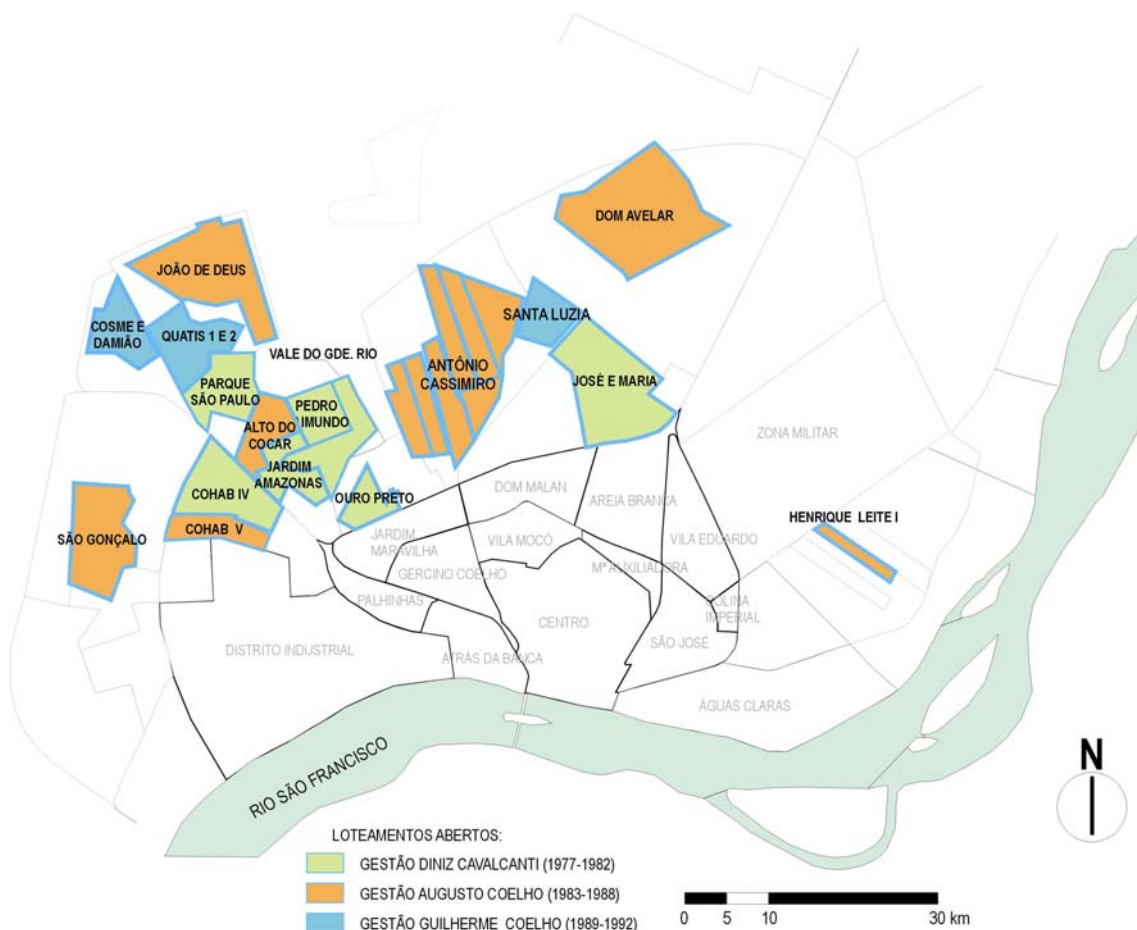


FIGURA 13 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988 e de 1989 a 1992
FONTE - Elaboração da autora em CorelDraw com base em mapa PMP/ SEHURB (2005)

2.3.1 Cosme e Damião, 1990

É um loteamento aberto pelo poder público municipal, em área do Perímetro Irrigado doada pela CODEVASF ao município (escritura de doação lavrada em cartório). Na primeira gestão de Guilherme de Souza Coelho, todos os 1.270 lotes foram doados.

(...) eu acompanhei de perto desde a doação dos lotes (...) Pelo que tenho acompanhado essa foi sempre uma política empregada em Petrolina, quer dizer a da aquisição de 'lotes' (áreas), transformação

em terrenos e doação a famílias carentes. Os governos que antecederam esse já vêm mantendo essa política. (PESSOA, 2006).

O bairro foi iniciado sem água, luz ou saneamento, “nasceu sem nenhuma estrutura”. De 1990 até 2004 foram feitas muitas melhorias. “Hoje o bairro já conta com uma infra-estrutura bastante significativa, muito boa, apesar de ter ‘apenas’ 15 anos já tem muito em relação a outros bairros que têm mais anos” (PESSOA, 2006). Em 2002 tinha um percentual de 37% das ruas pavimentadas (RELATÓRIO, 2003), água e energia distribuídas em todas as casas.

Algumas habitações populares foram construídas a partir de programas federais no Cosme Damião. Na segunda gestão do prefeito Guilherme de Souza Coelho (1997-2000) foram construídas 69 casas do Programa Morar Melhor (verba de emenda parlamentar Deputado Federal Osvaldo Coelho), com intuito de erradicar as casas de taipa na franja do loteamento. Mesmo com as casas construídas, e tendo sido acrescentadas 21 casas às 69 do projeto inicial, totalizando 80 para extirpar as casas de taipa, existe, ainda, uma ocupação irregular com casas de taipa em área definida como cone do aeroporto, onde não poderia haver construção.

Segundo depoimento do Presidente da Associação a demanda não foi atendida porque no momento em que se cria um programa desses, chama atenção das pessoas. “A notícia se espalha ‘no Cosme Damião estão doando casas, vamos para lá’, aí se encostam lá e vem toda aquela problemática: é a pessoa que está chegando de fora, é aquele que ganhou a casa, vendeu e já voltou lá para trás se instalou novamente para ganhar outra”. (PESSOA, 2006).

Ele mesmo concorda que é uma política que acolhe as pessoas mais necessitadas. Quanto à necessidade de maior controle, segundo o Presidente de Associação, é somente nos casos de pessoas que já têm casas que contratam outros para morarem em uma casa de taipa, ou simplesmente constroem uma casa e voltavam de vez em quando para ver se a prefeitura estava fazendo levantamento. A análise precisa ser mais aprofundada, uma

vez que existem os casos de várias famílias em uma mesma casa e a questão não é a má-fé, mas a necessidade de acabar com a coabitação e com as casas de frente e fundos.

A construção de habitações acontece em maior quantidade na gestão 2001-2004 (prefeito Fernando Bezerra Coelho), quando é finalizado o Programa Morar Melhor e iniciado o PSH. Foram construídas 17 casas de 43m² pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e uma área pública (praça) quase foi desafetada para ser loteada. Faltaria apenas a vistoria da infra-estrutura pelo técnico da CAIXA, responsável pela liberação do lote de casas. A desafetação foi muito questionada pelos moradores, sendo então definida uma outra área para a construção das casas do PSH.

No entanto, em maio de 2004, um grupo da comunidade se reuniu e invadiu a área da praça. Vinte e duas famílias acamparam na área e pressionaram o executivo municipal para fazer a urbanização, o parcelamento e a doação dos lotes e, com o Programa de Emergência – verba direcionada para Petrolina pelo Governo federal após as chuvas e enchente de janeiro (2004), foram construídas as 22 casas (2005).

(...) nem todas as pessoas contempladas são realmente as necessitadas. Tem muita coisa que eu gostaria que fosse corrigida, mas politicamente eu acho impossível, quando a gente fala da política é daquela coisa de você fecha o olho aqui, passa a mão na cabeça do outro ali e essas coisas acabam acontecendo. (PESSOA, 2006).

2.3.2 Santa Luzia, 1991.

É um loteamento particular irregular uma vez que o loteador, no caso uma imobiliária, não fez as obras mínimas de infra-estrutura quando da sua abertura, e na época da entrevista in loco, ainda não havia esgotamento sanitário ou pavimentação. O bairro Santa Luzia passou grande período de tempo, assim como os loteamentos do bairro Antônio Cassimiro (Antônio Cassimiro I, II, Parque dos Cassimiro) sem ser habitado. Superposto ao loteamento irregular, o que existe no espaço urbano real não é o desenho

aprovado e sim um outro desenho de um loteamento clandestino, cujos lotes foram vendidos à população de baixa renda por grileiros.

Em 1991, a Imobiliária Ativa vendeu os primeiros 330 lotes do loteamento Santa Luzia. A falta de identificação de limites entre os loteamentos (irregulares e/ou clandestinos) que compõem o “bairro” Santa Luzia dificulta o trabalho da prefeitura e impede uma regularização fundiária e urbanística da área pela superposição de traçados, por um lote ter, em determinadas áreas dois ou até três donos. Outras vezes um lote do loteamento aprovado está locado na rua do loteamento clandestino e implantado.

Hoje, na área do bairro Santa Luzia – considerada nos mapas da prefeitura como parte do Bairro Dom Avelar -, são mais de 3000 lotes no conjunto de “loteamentos”: Sta. Luzia, Croatá I e II, Terras do Sul, São Joaquim e São Jorge (os dois últimos loteamentos clandestinos de um loteamento aprovado e não implantado o Vila Mandacaru próximos do mais recente lixão da cidade o “Raso da Catarina”– hoje aterro controlado). Grande parte dos lotes tem ligação clandestina de água e energia. Foram encontradas algumas ordens de serviço para obras de iluminação datadas de junho de 2000, no entanto não foi constatada, *in loco*, a realização do serviço. Na primeira avaliação do PMI/Bairro Legal (RELATÓRIO, 2002/2003) nenhuma das ruas era pavimentada.

2.3.3. Quati I e Quati II, 1991

Fazenda loteada e vendida pela ITRUL/ Incorporadora Coelho, a partir de 1991, sendo as casas financiadas pela CAIXA. O Quati I tem aproximadamente 510 casas. Segundo a Presidente da Associação do Quati I, D. Mariza Borges “foi um grande sucesso por ter sido vendido como condomínio fechado. Com o sucesso de vendas, aproveitaram o resto do terreno e implantaram logo o Quati II, com um embrião de casa, preço igual ao do Quati I e sem infra-estrutura”.

No Quati I, loteamento privado que se comporta eleitoralmente como um loteamento público,

(...) Era tudo terra, não tinha nada. As casas eram pequenas. Nós que fomos ampliando na medida das nossas possibilidades porque conforto não tinha, não dava nem para colocar os móveis, de tão pequenas. Fui procurada pela assistente social [da prefeitura] para uma reunião. Na reunião ela pediu que colocássemos em pauta o que nós estávamos precisando com mais urgência, foi quando coloquei o asfalto, posto policial e a quadra. Ela disse que não garantia vir tudo, mas pelo menos uma parte viria, e veio tudo. A única coisa que não foi utilizada foi o posto policial, porque disseram que não tinha contingente suficiente. Agora aproveitamos o posto e colocamos uma cooperativa. O ponto central, agora, é a quadra (...) Não temos espaço para lazer (...) Nessa área da lagoa poderia aterrar e fazer um calçadão. Eu dei essa proposta para Fernando e disse que ele vai ter uma “elevação” muito grande aqui no Quati se ele fizer essa área.(...) (BORGES, 2006).

Na segunda gestão de Fernando, tanto no Quati I quanto no Rio Corrente foram transferidas as redes coletoras de esgoto do fundo dos lotes para as calçadas: “Antes disso os esgotos viviam estourados e era necessário entrar nas casas para consertar” (BORGES, 2006). O percentual de ruas pavimentadas pelo poder público municipal, em 2002, era de 64% (RELATÓRIO, 2002/2003).

2.4 Gestão Fernando Bezerra (1ª) 1993- 1996

Em sua primeira gestão Fernando Bezerra Coelho ficou conhecido como o “Prefeito do centro”. Trouxe o Centro de Convenções, o Shopping da cidade, o Parque Josepha Coelho, mas fez algumas incursões nos bairros da periferia principalmente no tocante a urbanização de algumas áreas doadas anteriormente.

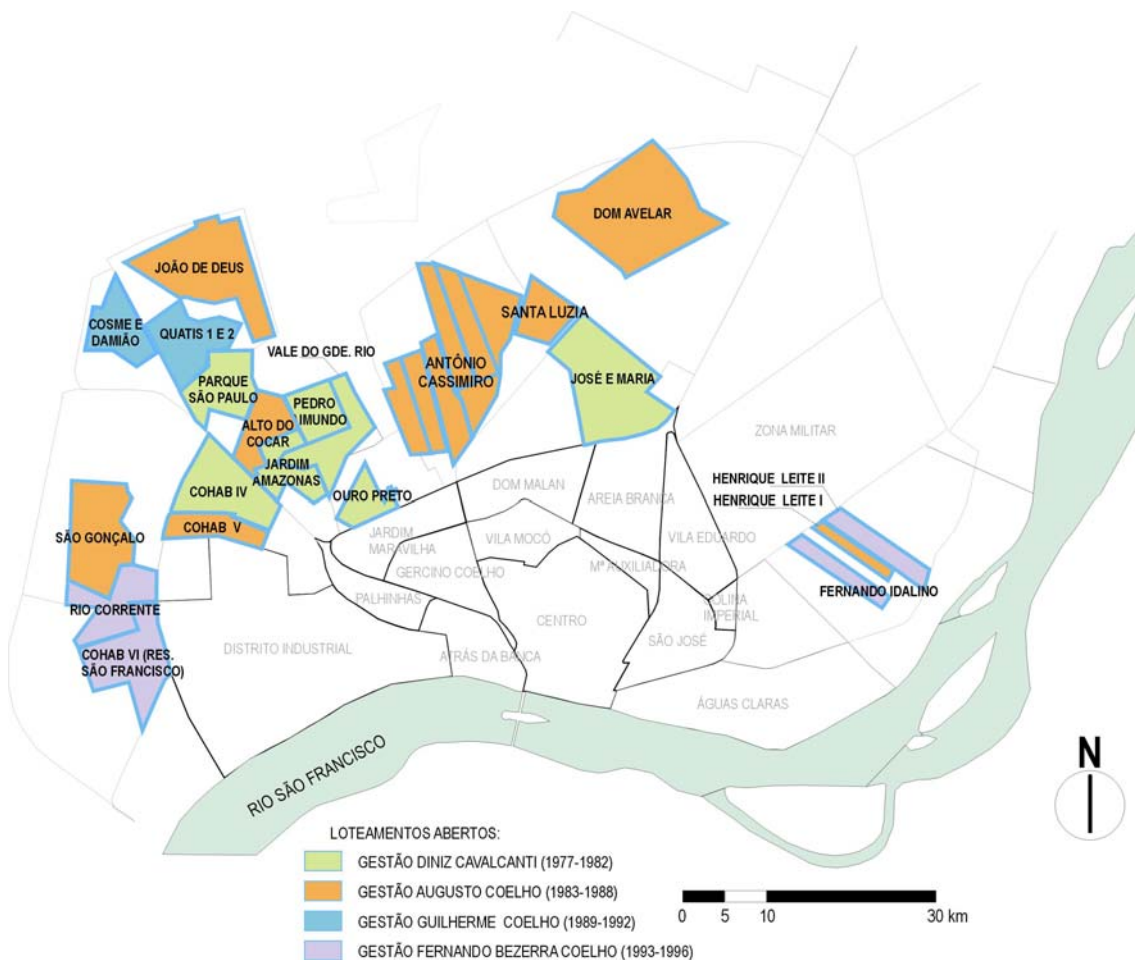


FIGURA 14 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988, de 1989 a 1992 e de 1993 a 1996.
FONTE - Elaboração da autora em CorelDraw com base em mapa PMP/ SEHURB (2005)

2.4.1. Henrique Leite II

“Todo o Henrique Leite, como toda Petrolina sabe, foi todo doado pela prefeitura”. É assim que o Presidente da Associação de Moradores do Henrique Leite, inicia o histórico do “bairro”. Entre agosto e dezembro de 1988, o então prefeito Augusto de Souza Coelho doou lotes (Henrique Leite I) em

área próxima ao Jatobá, ainda sem água e sem energia em uma área onde só havia areia. (FRANCISCO, 2006).

Na primeira gestão de Fernando, entre 1993 e 1994, foram transferidas as famílias da Invasão Josepha Coelho, localizada na Vila Eduardo, para o Henrique Leite II, área nova, contígua ao Henrique Leite I, onde ficaram morando em barracos. Dois meses após a transferência a prefeitura deu início à construção de 128 casas e, seis meses após, as famílias as receberam. Em seguida foram, no mínimo, “mais 600 lotes doados pela prefeitura”. Hoje, 50% a 60% dos que estão nas casas não são os que receberam originalmente, segundo o Presidente da Associação, porque “as pessoas se acostumaram a receber. Recebem de graça e vendem porque entendem que podem voltar a reivindicar terreno em outro lugar”.

No quesito infra-estrutura é a repetição do acontecido nos loteamentos doados pelo poder público municipal:

Quando os terrenos foram doados não tinha água nem energia e os moradores tiveram que cavar as valetas para água e em seguida veio a energia. Venho reclamando, vendo outros bairros inseridos em vários programas federais, e o Henrique Leite sempre ficando de fora. O Henrique Leite tem vários problemas como outros bairros de Petrolina, a infra-estrutura ainda deixa a desejar. Não tem saneamento e não tem rua asfaltada ou pavimentada em função de não ter saneamento. Tem um posto de saúde, que tem atendido regularmente, e duas escolas. (FRANCISCO, 2006).

Entre 2003 e 2004 foram doadas no Henrique Leite, aproximadamente, 8 casas do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Nenhum dos programas habitacionais foi feito em mutirão, desde o momento de abertura do loteamento até o momento da entrevista. Na busca por áreas passíveis de serem atendidas por Programas Federais, a indicação é não deixar a verba retornar:

As pessoas passam a morar sem água, sem luz, sem infra-estrutura em função da pressa. Todos temos informações que os bairros do programa onde estão sendo construídas não se tem como morar. Se não construir no meu pensamento é que a perda é até maior. A pessoa se sujeita a morar, como no Vila Vitória – famílias que

perderam as casas na enchente (janeiro 2004) -, sem nada. Hoje já tem água, energia, ano que vem o saneamento será feito no Henrique Leite e no Fernando Idalino. Na ordem de serviço os presidentes Joaquim (*ele mesmo*) e Sinval *aceitaram* inserir o Vila Vitória no saneamento. É uma questão de solidariedade.” (grifo nosso) (FRANCISCO, 2006).

Quanto às doações feitas próximo da época das eleições o Presidente da associação de Moradores indica que “não adianta esconder isso de ninguém: todo programa fica muito próximo das eleições, então aparecem as essas coisas (as distribuições)”, além disso, hoje se vende um terreno sem escritura em qualquer dos bairros doados pelo poder público municipal com um compromisso de compra e venda podendo ser feita a transferência.

Até o ano de 2004, quem comprava o lote (ou o lote e a casa) ia à prefeitura e abria um processo de retificação de taxa de urbanização inserindo a taxa antiga, e os documentos de compra e venda que foram se acumulando nas sucessivas vendas (existe na SEHURB um histórico de transferência de lotes doados).

(...) eu conheço pessoas que receberam lotes aqui, já foram beneficiadas três vezes e não tem o registro dessas pessoas nesses órgãos. Hoje com as casas do PSH a gente sabe que a coisa é mais rigorosa, pega CPF. Se a pessoa invadir outro terreno já tendo uma casa no seu nome não vai mais ganhar. Mas sabemos aqui no Henrique Leite, os que vieram do Josepha Coelho ganharam casas, venderam, invadiram no Cacheado, ganharam outras (...) A política habitacional de uma forma geral eu não acho justa, dar de graça porque a partir do momento que eles estão recebendo não estão valorizando. Invasão em Petrolina virou uma coisa banal, brincadeira. As pessoas invadem qualquer terreno baldio e a intenção é ganhar a casa e vender. E tem pessoas que incentivam fazer esse tipo de coisa. Acho que a política habitacional está equivocada. Devia ser mais rigorosa e ter um maior controle para que essas coisas não acontecessem. (FRANCISCO, 2006).

Nem o Henrique Leite nem o Fernando Idalino faziam parte dos 14 bairros selecionados para o PMI/ Bairro Legal.

2.5 Gestão Guilherme Coelho (2ª) 1997-2000

Na segunda gestão o foco foram as obras de construção de áreas turísticas: Bodódromo, Balneário de Pedrinhas, da Porta do Rio. Projetos que tinham o objetivo de tornar Petrolina atrativa para outros tipos de turismo além do turismo de negócio (*agribusiness*). A gestão não teve muitas incursões no quesito habitacional, mas ainda assim as doações de lotes foram realizadas em área ocupada distante do centro (Ver FIG. 15).

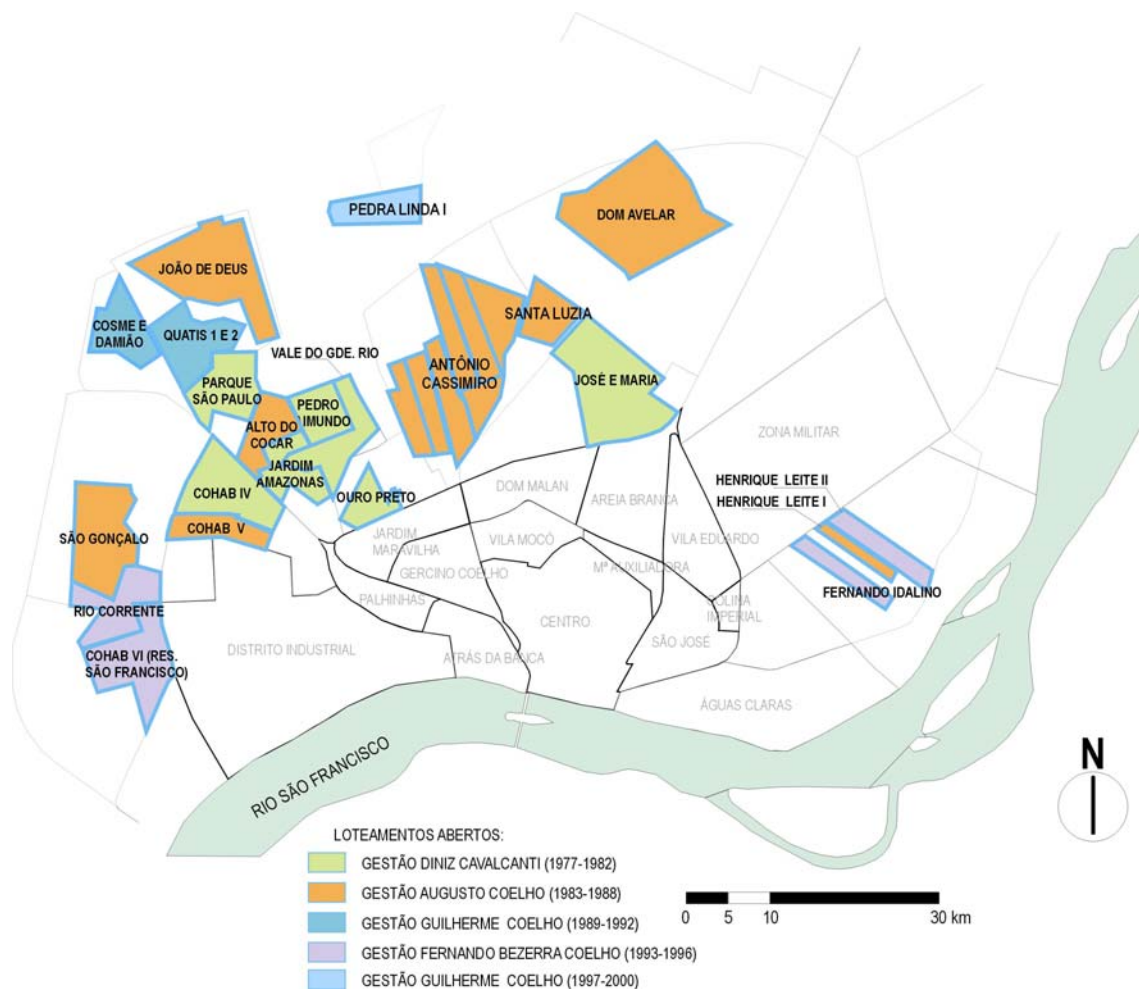


FIGURA 15 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988, de 1989 a 1992, de 1993 a 1996 e de 1997 a 2000.
FONTE - Elaboração da autora em CorelDraw com base em mapa PMP/ SEHURB (2005)

2.5.1 Pedra Linda, 1997

O loteamento foi iniciado com uma invasão em 1997 em área doada pela CODEVASF ao município. Algumas casas foram construídas por funcionários públicos através de financiamento da CAIXA (lotes voltados para a pista) e os demais foram doados aos que estavam habitando a área invadida.

Às vésperas da eleição de 2002, com foco para Deputado Federal foi aberto Pedra Linda II, contíguo ao I e foram doados outros lotes. O total de lotes doados Pedra Linda I e II é de 1.234. Não tem saneamento nem pavimentação.

Na gestão de 2000 a 2004 foram construídas várias casas do PSH com “solução” para a questão do saneamento e iluminação pública bastante precária. Continua o pensamento da abertura dos loteamentos sem infraestrutura mínima, com as melhorias acontecendo paulatinamente.

Poder local e gestão descentralizada e democrática: início real? (2001)

Parece ser, finalmente, o início das ações públicas articuladas: a busca da regularização urbana e dominial, com a participação e escolhas do povo, e os Programas com ações mais articuladas são iniciados (a exemplo do Multissetorial Integrado). Como pano de fundo, a lei de responsabilidade Fiscal começa a “pegar” (particularmente a partir do ano de 2003).

2.6 Gestão Fernando Bezerra (2ª) 2001-2004

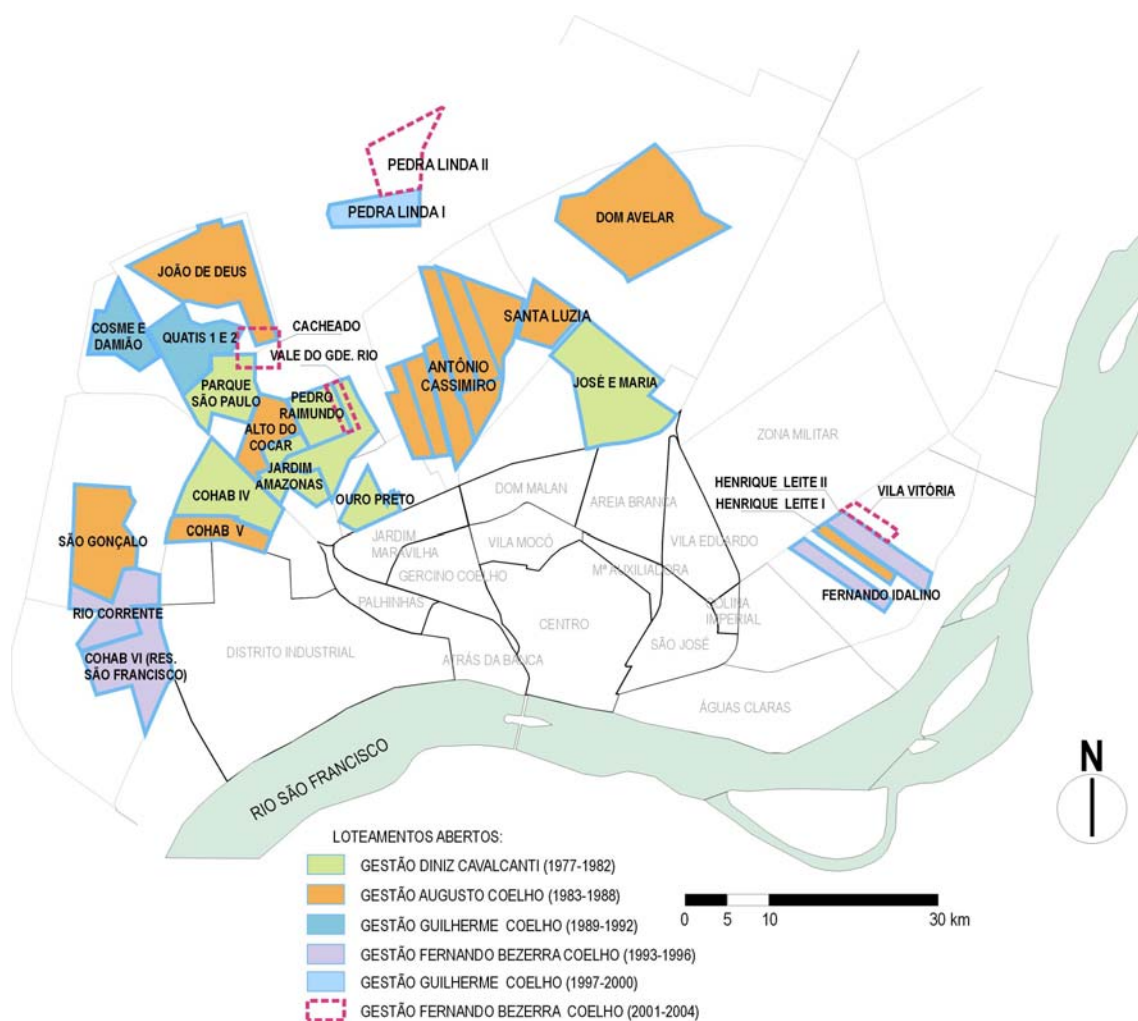


FIGURA 16 – Loteamentos abertos de 1976- 1982, de 1983 a 1988, de 1989 a 1992, de 1993 a 1996, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004.

FONTE - Elaboração da autora em CorelDraw com base em mapa PMP/ SEHURB (2005)

Em 18 de abril de 2002 foi assinado o contrato financeiro entre o BNDES e a Prefeitura de Petrolina no valor de R\$ 30 milhões para apoiar o que antes inicialmente foi batizado como "Projeto Periferia-Bairro" e depois passou a ser chamado Bairro Legal.

Um Programa Multissetorial Integrado (PMI) é um conjunto de investimentos executados de forma coordenada em vários segmentos. O objetivo dos PMIs, segundo o BNDES, é

(...) desenvolver, em áreas selecionadas, ações e atividades que viabilizem um patamar mínimo de acesso a equipamentos, serviços e infra-estrutura urbana, possibilitando o desenvolvimento auto-sustentado e participativo dos bairros, com geração de empregos e respeito ao meio ambiente. (BRASIL, 10 jun., 2007)

O investimento total do projeto era de R\$ 84 milhões e abrangia outras fontes de recursos além do BNDES. O investimento da prefeitura seria, em grande parte, com o serviço da Empresa Águas de Petrolina, responsável pela parte de saneamento básico do projeto (quando da assinatura do contrato do município com o BNDES, a Empresa ainda não estava montada porque o serviço era uma concessão à COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento – e o Governo do Estado não queria devolver o serviço ao município, somente acontecendo em 2005 a criação da Águas de Petrolina), tendo ainda investimentos do Governo do Estado de Pernambuco, do Governo Federal (com verba do Orçamento Geral da União) e do BID. Segundo os cálculos da equipe que montou o Programa (uma consultoria de Curitiba), a implantação do PMI/Programa Bairro Legal proporcionaria a melhoria das condições de vida de 74 mil habitantes da periferia de Petrolina.

Foram selecionados como prioritários quatro perímetros, compostos por áreas de urbanização desorganizada, para serem transformados em bairros com infra-estrutura urbana e social adequada. Nos quatro perímetros estavam definidas ações de regularização fundiária; obras viárias de pavimentação; abastecimento de água; saneamento; recuperação de escolas e de áreas ambientalmente degradadas; e serviços de saúde, educação e atenção à criança e ao adolescente. As ações de moradia, desenvolvimento social, cultura, segurança, além da parte da verba destinada aos projetos, ao

monitoramento, à avaliação e à fiscalização eram contrapartidas imputadas ao município.

No âmbito do projeto, a proposta de relação entre o Poder Público e a comunidade era através de reuniões periódicas nas comunidades e com os presidentes de associação buscando uma participação que assegurasse a efetiva mobilização e o envolvimento comunitário em todas as etapas do projeto. Várias reuniões foram realizadas, no entanto o Programa foi interrompido quando das chuvas de janeiro de 2004 com o direcionamento dos investimentos do município para vários pontos em situação de calamidade pública.

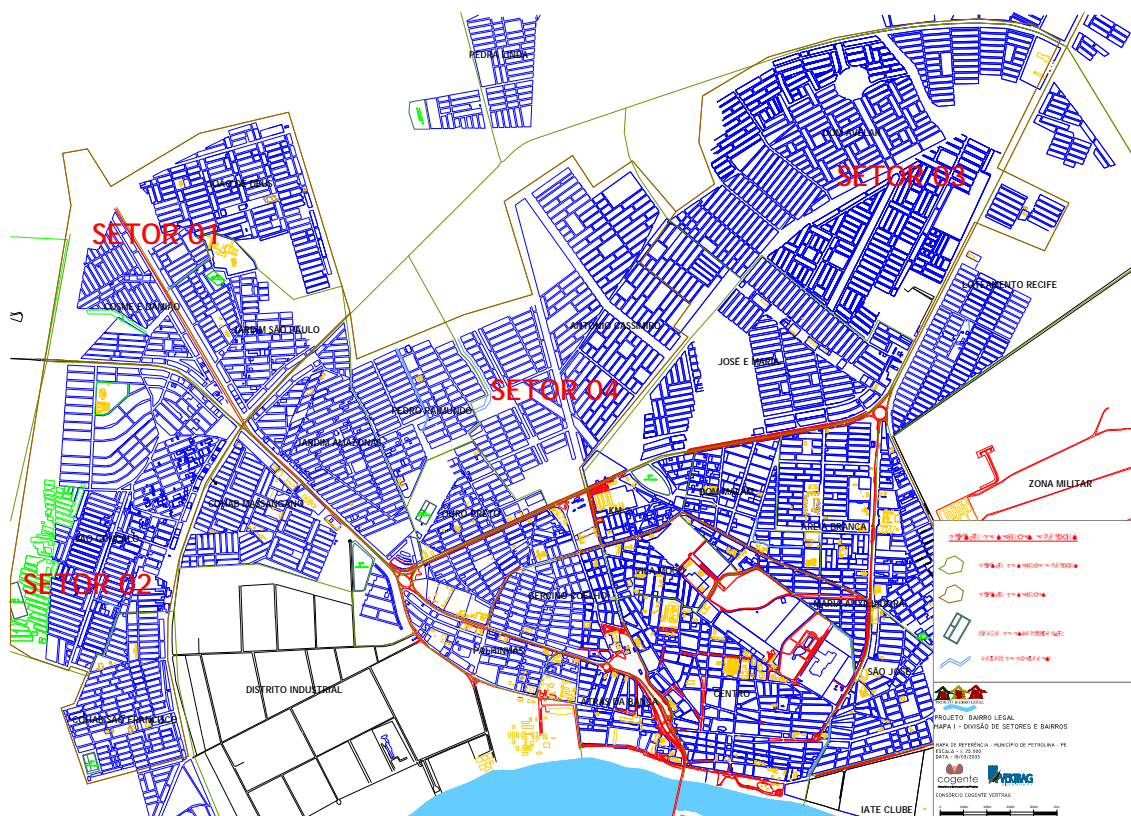


FIGURA 17 – Mapa com divisão dos bairros periféricos em setores do Programa Multissetorial Integrado PMI/ BNDES
FONTE – (RELATÓRIO 1 PMI, 2002/2003)

A FIG. 17 ilustra o agrupamento dos bairros periféricos em 4 Setores para dotação de equipamentos comunitários em função de raios de abrangência dos serviços (posto de saúde, posto policial, escolas, Praças de

Cidadania, pavimentação de ruas e asfaltamento de corredores de ônibus, reuniões periódicas para prestar contas para a população, avaliações *ex-ante* e *ex-post* de técnicos com visitas e revisão de contrapartidas por técnicos do BNDES). Foram 14 bairros periféricos selecionados por Consultoria Externa em conjunto com uma missão do BNDES que foi a Petrolina em 2001.

O Governo municipal inicia gestão do ano de 2002 colocando a política no papel e dando real suporte à infra-estrutura: com as exigências dos Bancos financiadores (CAIXA e BNDES), contrapartidas do município são, na maior parte dos casos, os Projetos Sociais e a infra-estrutura completa da área onde serão construídas as casas populares. É o caracterizado como 3º momento. Este é o momento de construção da Política de Habitação na Lei Orgânica do Município (um dos capítulos é dedicado à sua descrição).

Conseguir áreas previamente infra-estruturadas para a construção de casas do Programa tornou-se condição para 'conseguir' casas do PSH – em Petrolina foram colocadas como contrapartida para o PMI/ Bairro Legal. A participação do município no leilão de *kits* dependia da aprovação da área no quesito infra-estrutura mínima: ou a área estava infra-estruturada ou a Prefeitura se comprometia em realizar as obras antes da liberação dos kits.

A vontade de realizar ainda revestia-se de pouco planejamento e do correr atrás dos prazos. Na verdade não são muitas as prefeituras que conseguem ter os tais pré-requisitos (pré = anteriores, prévios). A solução paliativa encontrada foi buscar entre lotes doados em loteamentos antigos e já com infra-estrutura, lançando mão da possibilidade de 'cancelamento da doação' (as leis de doação de todos os bairros/ loteamentos públicos indicam a reversão da doação para o município).

A 'retomada' de lotes aconteceu no João de Deus, Cosme Damião, São Gonçalo, Henrique Leite. Para recebimento de *kits* do PSH foram cadastrados também lotes em loteamentos particulares - as pessoas mostravam que tinham o lote e o perfil de até 3 salários mínimos. E ainda era o 'resolver a qualquer custo', filosofia que pauta as ações de muitas prefeituras.

2.6.1. Pedra Linda II, 2001

Os lotes doados na Gestão anterior (1997-2000) que não haviam sido construídos são revertidos ao município e doados a outras pessoas cadastradas como carentes o que gera um grande tumulto e questionamento por parte dos beneficiários da gestão anterior de Guilherme de Souza Coelho. A escassez de lotes para a doação começa a impor uma “reciclagem” dos lotes doados desde 1987 em todo município-sede e nunca habitados.

Os kits de material de construção foram pleiteados junto aos Programas Federais e casas construídas no bairro (Programa Morar Melhor, PSH). O Pedra Linda não faz parte dos 14 bairros selecionados para receberem as melhorias do Programa Bairro legal. (ver mapa abaixo com a delimitação dos 4 setores com abrangência territorial do PMI/Bairro legal), mas continua recebendo investimentos para ter áreas com “infra-estrutura mínima” e receber os lotes de casas mínimas do PSH.

O Presidente de Associação de Moradores do bairro indicava em depoimento a preocupação, a cobrança da população e, finalmente, a construção da Escola. Segundo ele “quem mora no Pedra Linda não quer se mudar”, porque muitos que moram no bairro trabalham nos lotes do perímetro Irrigado e fica “mais fácil para ir pro trabalho”.

2.6.2. Cacheado, Pedro Raimundo II/ Vale do Grande Rio e Henrique Leite III (Vila Vitória), 2004

Após as chuvas de janeiro de 2004, muitos habitantes de áreas invadidas (áreas particulares como o Jardim Esperança, a invasão do Pedro Raimundo, a invasão do Cosme Damião) foram removidos para áreas públicas em casas construídas com a verba Emergencial destinada ao município após o período de calamidade pública constatada.

Quadro 2 - As áreas analisadas (Bairros e Loteamentos contemplados no Bairro Legal- PMI/ BNDES somados ao Pedra Linda, Fernando Idalino e Henrique Leite)

GESTÃO Governador e Prefeito	Loteamento/ Situação legal	Ano de abertura	Promotor	Forma de distribuição lotes	Forma de aquisição da terra pelo promotor	Cronologia das Melhorias - instalação da infra-estrutura e doações *	
Governador Marco Maciel (1978-1982)	1977-1982 Diniz de Sá Cavalcante (ARENA)	Ouro Preto / Aprovado	1977	Privado (João Nunes)	Vendidos	Posse transformada em Escritura lavrada em cartório	1978 - Água 1980 - Energia (pressão popular) 1998 - Saneamento (lagoa de estabilização), 2003/2004 - 100% de ruas pavimentadas (algumas com capa asfáltica) PMI/ Bairro Legal Setor 4 Nenhum programa habitacional (casas foram construídas com empréstimo pessoal)
		Vale do Grande Rio/ Aprovado	1978	Privado (Sr. Antônio Brasileiro)	Vendidos	Escritura	Infra-estrutura básica em parte do loteamento 2004 - quitou dívidas de IPTU com a entrega de lotes para a Prefeitura - construção de casas do PSH 2002 - 23% de ruas pavimentadas faz parte do bairro Pedro Raimundo PMI/ Bairro Legal Setor 4
		Jardim Amazonas / Aprovado	1978	Privado (Paulo Nunes)	Vendidos	Posse transformada em Escritura lavrada em cartório	1982 - água e energia 1994 - saneamento (com problemas de vazamento) 2002 - 28% de ruas pavimentadas relatório PMI/ Bairro Legal Setor 4 Nenhum programa habitacional (casa construídas com empréstimo pessoal)
		José e Maria/ Irregular	1979	Prefeitura	Doados pelo prefeito em área particular	Grilagem de área particular pela prefeitura	1979 - 3000 lotes doados, água no chafariz e 700 casas construídas em mutirão (auxílio da Igreja Católica) 1980/1981 - água nas casas 1982 - 1ª etapa da energia 2002 - 53% de ruas pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 3) e em 2004 - 100% de ruas pavimentadas (entrevista) 100% saneamento
		Parque São Paulo / Aprovado	1982	Privado	Parte vendido (particular) e parte doado pela prefeitura	Posse transformada em Escritura lavrada em cartório - problema com inventário	1982 - 4 quadras particulares foram destinadas pela prefeitura a 88 famílias desabrigadas 90% de cobertura de esgoto/ 2002 - 26% de ruas pavimentadas relatório PMI/ Bairro Legal Setor 1
		COHAB IV/ Aprovado	1981/1982	Gov. Estado	BNH	Antiga área de Fazenda (Fazenda Massangano) desapropriada	1982 - entregue com abastecimento d'água, energia elétrica e saneamento Casas financiadas pelo BNH Feita pavimentação pelo município
		Pedro Raimundo/ Aprovado com lei de doação	1981	Prefeitura	Doados às famílias que ocupavam a área	Posse transformada em escritura	Abastecimento d'água (pressão baixa), energia elétrica e saneamento 2002 - 23% de ruas pavimentadas (até 2004 este percentual foi bastante ampliado) (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 4) 2004 - Regularização do Pedro Raimundo 980 lotes (R\$ 31.305,12)
Gov. Roberto Magalhães (1983-1986)	1983-1988 Augusto Coelho (PDS)	COHAB V / Aprovado	1984	Gov. Estado	BNH	Antiga área de Fazenda (Fazenda Massangano) desapropriada	1984 - entregue com abastecimento d'água, energia elétrica e saneamento Casas financiadas pelo BNH Feita pavimentação pelo município
		Antônio Cassimiro / Vários loteamentos aprovados e irregulares 330.800 m²	1985	Privado	Vendidos e grilados	Filhos de Proprietário da Antiga Fazenda Lagoa Seca - um dos maiores problemas é o inventário	Em um dos loteamentos - 538 lotes (469 habitacionais e 69 comerciais) e área comunitária com 69.267 m² 2002 - 30% de vias pavimentadas relatório PMI/ Bairro Legal Setor 4 Bom abastecimento (bairro com ocupações irregulares na parte que nunca foi implantada pelo loteador)
		Dom Avelar/ Aprovado e irregular	1988	Privado	Vendidos	Imobiliária ORCA	1993 - escritura de doação de áreas comunitárias 1995 - adutora de água para o bairro (Gov. Miguel Arraes e Fernando como deputado)

Gov. Miguel Arraes (1987 a 1990)						0% de vias pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 3)	
						30% com rede 'oficial' de água e esgoto	
		João de Deus 1ª etapa (66,3 ha) Aprovado com lei de doação	1987	Prefeitura	Doados	Doação da CODEVASF para o município	1988 - doados 2.175 lotes habitacionais, 95 lotes comerciais e 97.180 m² de áreas verdes e de equipamentos comunitários
						2002 - 31% de vias pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 1)	
						80% de abastecimento d'água (com áreas de abastecimento intermitente)	
		São Gonçalo (Aprovado) lei de doação	1988	Prefeitura	Doados	Doação da CODEVASF para o município	1992 - Memorial descritivo (2.532 lotes habitacionais, 54 lotes comerciais e área comunitária de 81678,25m²) doado sem água e sem energia
						2002 - 25% de ruas pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 2)	
						2003 - Desafetação e doação de 48 lotes na quadra O do São Gonçalo	
		Alto do Cocar aprovado	1988 (PA diz 1986?)	Privado	parte vendida e parte doada pela Prefeitura	Imobiliária ITRUL (propriedade do Dep. Geraldo Coelho)	1986 - Complementação do Alto do Cocar foi a parte doada 2003 - 2 casas do PSH (substituição de casas de taipa) 1994 - Saneamento básico 2003/2004 - Bairro Legal - pavimentação e alfartamento de 7 ruas
						2002 - 53% de vias pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 2) - 80% em 2004 Falta rede de esgoto	
Gov. Joaquim Francisco (1991 a 1994)	1989-1992 Guilherme Coelho (PFL)	Henrique Leite I (13,2 ha) aprovado com lei de doação	1988	Prefeitura	Doados agosto/ dez de 1988	Desapropriação (adquirido através da lei 157/1921)	Não tem saneamento nem pavimentação - não faz parte do PMI/ Bairro legal
						Boa infra-estrutura em relação aos outros bairros doados	
		Cosme e Damião	1990	Prefeitura	Doados	Doação da CODEVASF para o município	Casas doadas - Morar Melhor e PSH
						2002 - 30% das vias pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 1)	
		Santa Luzia/ loteamento irregular com partes clandestinas	1984 (1991)	Privado	Vendidos e grillados	ATIVA, Raimundo e Reginaldo Borges (pesquisar a forma de aquisição)	Parte do Sta Luzia tem ligação clandestina de água e energia 1991 - Imobiliária ATIVA vendeu 330 lotes e hoje são mais de 3000 lotes no conjunto Sta. Luzia, São Joaquim, São Jorge, Terras do Sul, Croatá I e II Jun/ 2000 aprovados R\$114.862,72 para obras de iluminação (executado?)
						2002 - 0% de ruas pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 3) nem tem rede de esgoto	
		Quatis 1 e 2	1991	Privado	Vendidos	Imobiliária ITRUL (propriedade de Geraldo Coelho)	Lançado com água, energia e solução para esgoto Casas financiadas pela CAIXA - Quati 1 com 510 casas (sucesso de vendas) e Quati 2 sem infra-estrutura
						1997 - Pavimentação do Quati 1 / Quati 2 não é pavimentado - 2002 64% de vias pavimentadas relatório PMI/ Bairro Legal Setor 1	
						2003-2004 - Saneamento	
		João de Deus 2ª a 3ª etapas (41,54 ha)	1992	Prefeitura	Doados	Área da CODEVASF comprada em 1992 pelo município	Etapa II doada em 1989 com 1580 lotes habitacionais, área verde e equipamentos comunitários 40.906 m²
1993-1996 Fernando Bezerra Coelho	Pedra Linda (81,41 ha)	1992	Prefeitura	Doados	Doação da CODEVASF para o município	1992 - memorial descritivo - area habitacional total 370.640,10 m² e 2.511 lotes. Área comunitária 129.528 m²	
	Henrique Leite II (19,59 ha)	1993	Prefeitura	Doados	Desapropriação (adquirido através da lei 157/1921)	Não tem saneamento nem pavimentação 1993 - 128 lotes/ casas relocação da Invasão 1994 - para o Habitar Brasil 600 lotes doados ?	

Gov. Miguel Arraes (1995 a 1998)	(PMDB)	Rio Corrente (45,58 ha)	1994	Privado	Vendidos	Construtora Coelho	2002 - 64% de vias pavimentadas (relatório PMI/ Bairro Legal Setor 2) 1.423 lotes (1374 lotes habitacionais, 48 comerciais e área comunitária de 67.900 m²) Casas embrião PAIH da CAIXA
		F. Idalino Bezerra (15,088 ha)	1996	Prefeitura	Doados	Comprado em 04/09/1996 de Ferreira Nunes Construções Ltda	Não tem saneamento nem pavimentação - não faz parte do Bairro Legal
Gov. Jarbas Vasconcelos (1999 a 2002 e 2003 a 2006)	1997-2000 Guilherme Coelho (PFL)	COHAB VI	1996	Governo Estadual	Casas financiadas pela CAIXA	-	Todo saneado
		Pedra Linda	1997	Prefeitura	Doados	Doação da CODEVASF para o município	Casas PSH doadas Sem saneamento Sem pavimentação Algumas casas (+ próximas da pista) financiadas pela CAIXA para funcionários públicos (professores?)
		Pedra Linda II	2002	Prefeitura	Doados	Doação da CODEVASF para o município	sem água, energia, saneamento ou pavimentação
	2001-2004 Fernando Bezerra Coelho (PPS)	Vila Vitória (Henrique Leite IV)	2004	Prefeitura	Doados	Área que já havia sido desapropriada pelo município (prox. Henrique Leite)	sem água, energia, saneamento ou pavimentação
		Cacheado	2004	Prefeitura	Doados com casas PSH	Área dada pelo proprietário em quitação de débito na prefeitura	Verba do auxílio emergencial do Governo Federal após chuvas de janeiro de 2004 - calamidade pública Relocação de moradores de casa de taipa da invasão Jardim Esperança em área particular (Fernando Pinheiro)
		Pedro Raimundo II	2004	Prefeitura	Doados com casas PSH	lançada em 31/01/2003 como área urbana (numa parcela já existiam escola e uma quadra poliesportiva sendo deixada uma área comunitária)	190 lotes 2004 - Dotado de infra-estrutura básica (água, energia, arruamento e fossa séptica para a liberação das casas) 2004 - entregues termos de ocupação de lote de interesse social
Vale do Grande Rio - Loteamento irregular (de 1978) - proprietário Sr. Antônio Brasileiro -	2004	Quadras AG, BB e BI seriam do município e em 1983 foi feito um acordo de gaveta alterando	Doados com casas PSH	Em 2004 as quadras foram reparceladas, foi feito um novo memorial descritivo de retificação e a quadra AG e lotes das quadras BB e BI foram utilizadas para construção de casas do PSH	2004 - Dotado de infra-estrutura básica (água, energia, arruamento e fossa séptica para a liberação das casas)		

* Doação de lote, construção de casa, instalação de infra-estrutura (luz, iluminação pública, água, saneamento e pavimentação)

Fonte: Elaborado pela autora com base em entrevistas, documentos da SEHURB e Relatórios de Avaliação do Programa Multissetorial Integrado PMI/ Bairro Legal

Atuação do governo municipal - 1977 a 2004 - e a regularização dominial

“(a *prefeitura*) Doou muito terreno (*para o povo*). Petrolina em peso (...)” (AMORIM, 2006).

A afirmação acima, feita por uma presidente de associação de moradores de um dos bairros não doados de Petrolina, ecoa: os dezesseis presidentes de associação de moradores entrevistados falaram com as mesmas ou outras palavras desta política habitacional do municipal.

Todas as gestões, desde 1977, têm em seu histórico a manutenção das doações de lotes e da “regularização” dominial, iniciando com a entrega de um ‘pedaço de papel’ onde constava o nome do beneficiário (às vezes) e o número da quadra/ lote que havia sido doado por sorteio ou por escolha do perfil (dependendo da época). Depois da entrega do papel, denominado “senha”, o caminho para chegar ao lote propriamente dito e à regularização fundiária - urbanística e dominial - ainda seria muito longa e árdua.

Os termos são entregues na época das doações: primeiro a senha e, uma vez constatada por fiscal de obras uma construção é entregue o termo – taxa de urbanização. A partir de 2003 tem sido entregue um termo de ocupação de lote residencial de interesse social e o lote pode ser escriturado se a área já tiver sido desafetada por Lei Municipal e tido as custas pagas em Cartório pela prefeitura.

As políticas de Habitação Social em Petrolina estiveram pautadas na relocação da população de áreas privadas para loteamentos realizados pelo poder público municipal em áreas periféricas ou adquiridas ou doadas pela Codevasf.

Para cada loteamento público existe uma lei de doação de terrenos com autorização para registro em cartório no termo de concessão de uso. A seleção da população para recebimento foi feita de diversas maneiras: por sorteio, escolha por cadastro e situação de risco ou por relocação de toda uma ocupação irregular feita em área particular.

Essa política habitacional de Petrolina tem um diferencial. O município tem esse crescimento graças a essa visão de favorecer essas famílias carentes. A gente sabe que apesar de ter todo um aparato da esfera federal é necessário que se tenha esse interesse aqui para favorecer as famílias que chegam. Porque o fato de você chegar forasteiro em uma cidade como Petrolina em busca de trabalho e de melhoria de vida e você não encontrar esse acolhimento devido é muito difícil. Sou testemunha quando chegamos aqui fomos acolhidos (...) mas também é necessário melhorar (sou muito crítico nesse ponto) no sentido de fiscalizar melhor. Em meio a tantas pessoas que chegam buscando oportunidade de vida tem pessoas que se aproveitam disso para fazer um mercantilismo. Alguns tiram a oportunidade dos que realmente merecem. Temos visto muito isto. Insisto muito na associação de moradores de cobrar uma fiscalização maior por parte da prefeitura para esses que invadem, ganham não só o terreno às vezes também a casa e daí a pouco vendem e voltam a invadir outro lugar, são cadastrados novamente e o pior é que muitos acabam ganhando de novo. E então tem que haver uma política voltada para punir essa atitude. (PESSOA, 2006).

Ao ser indagado se os lotes são doados eleitoreiramente o Presidente da Associação do Cosme e Damião indica que “essa prática existe também, (...) a política tem dessas coisas, infelizmente, (...) aí reside a dificuldade maior porque enquanto existe essa prática o próprio governo não se preocupa em fiscalizar melhor porque tem que deixar essa janelinha aberta”.

Em 1977, o Departamento à frente das doações era o de Ação Social, onde eram gerenciados os terrenos para doação. As senhas eram entregues para que o beneficiário pudesse saber o local. Um fiscal da prefeitura mostrava o local do lote para o ‘ganhador’. A partir de 1993 foi definida uma Secretaria de Habitação por exigência do HABITAR Brasil BID e foi instituída a análise do perfil de beneficiário.

Até a década de 80 a resposta municipal foi rápida para as reivindicações da população que recebia os lotes irregulares produzidos pelo poder público municipal em áreas próximas ao perímetro irrigado (na sua maioria são trabalhadores dos lotes agrícolas).

A gleba, então transformada nas parcelas que seriam propriedades particulares dos beneficiários, ainda necessitaria, na maioria dos casos já tendo sido doados os lotes, passar pela aprovação na Câmara de Vereadores para ‘desafetar’ a área e possibilitar a emissão de escritura de doação de área, uma

vez pública, para um particular (claro que a emissão da escritura somente se dava – e somente se deu ultimamente – com o pagamento e abertura das matrículas dos lotes no Cartório de registros. Até lá as transações foram todas feitas com os papéis da Prefeitura).

A urbanização se deu ao longo do tempo (entre 10 e 20 anos), com a chegada de água, energia, esgoto, equipamentos públicos, pavimentação de ruas, drenagem, e o beneficiado realizava a construção das habitações ou em mutirão ou com materiais como taipa e papelão. As habitações aos poucos foram melhoradas e reconstruídas em alvenaria.

Os beneficiados pela prefeitura não são adquirentes e ao longo de três décadas o número aproximado de lotes, a partir de 1976, com termos de regularização e liberação para escriturar em cartório chega a mais de 15.000 lotes produzidos pelo poder público. Muitos dos beneficiados não pagaram nada pelo lote assumindo o compromisso de construção de sua habitação e de permanência no local (não deveriam vender). Mais recentemente com o Morar Melhor e o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (ambos financiados pelo Governo Federal através da CAIXA Econômica, sendo o lote urbanizado contrapartida do município) os beneficiados recebem a moradia construída além da liberação para registro em cartório.

TABELA 3 – Leis de Doação e quantidade de lotes doados por loteamento

Bairro	Lei	Lotes doados c/ Taxa de urbanização
Pedra Linda (fase I)	385/92	1.234
São Gonçalo	374/92	2.532
Cosme e Damião	374/92	1.270
João de Deus (1ª e 2ª etapas)	374/92	2.175
João de Deus 3ª etapa	385/92	1.580
Henrique Leite	1422/03	728
Fernando Idalino Bezerra	1422/03	880
Pedro Raimundo (fase I)	1422/03	980
Alto do Cocar (doação em lot. Privado)	1422/03	219

Outros casos:

- José e Maria - 3000 lotes doados em 1979/1981 pela prefeitura em área particular
- Centro e outros bairros (Vila Eduardo, Vila Mocê, Km 2) - lei de doação 07/76
- Parque São Paulo - (loteamento particular irregular) 88 lotes foram doados pelo prefeito da época para famílias retiradas de área inundada.

Até 2003 foram utilizadas as Taxas de Urbanização como “documento” para liberação de doação (FIG. 18). A partir de outubro de 2003 passa a ser

utilizado o “termo de ocupação de lote residencial de interesse social” (FIG. 19). Como para alguns casos não existiam leis de doação até 2003, algumas escrituras foram emitidas pelo Cartório de 1º Ofício como de compra e venda. A partir de 2003/2004 com a definição do termo foi alterado o teor da escritura que agora consta como doação respaldada nas leis, nas desafetações das áreas e nos desenhos dos loteamentos registrados em cartório.

O caso da quadra O do São Gonçalo, loteamento doado (e de modo similar no Cosme e Damião), é emblemático: dentro do loteamento em área pública (área doada ao município pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) há definição de áreas públicas (equipamentos comunitários e áreas verdes). Com demanda aumentada por áreas públicas em espaços com infra-estrutura, a área verde foi loteada e, após loteada e doada, foi passada à câmara para aprovação das doações.

Vários presidentes de associação de moradores indicaram “abuso” por parte de alguns habitantes da cidade que sabem ser “fácil ser beneficiado”. Ao longo dos anos, gestão após gestão, os cadastros são perdidos e não há um conhecimento dos já beneficiados. Uma das sugestões para prevenir que pessoas que têm habitação recebam outro lote, era a de solicitar a certidão negativa dos contemplados para que somente tenha direito ao lote quem não tivesse imóvel. A indicação de solicitação de certidão negativa na maioria dos casos não cabe, uma vez que os mais de 15.000 lotes doados ao longo do tempo nem estão registrados em cartório no nome dos beneficiados, tampouco as transmissões (vendas).

Quanto aos lotes e as casas no Morar Melhor e PSH, a doação não pode ser vista como um erro. O que deve ser visto como erro é o uso político que se faz do direito social. Parcialmente a crítica dos presidentes de associação de moradores está correta uma vez que existem os que se aproveitam e recebem o mesmo benefício (casa, lote) várias vezes, não porque precisam, mas porque além da casa ficam com os lotes ganhos para vender. O controle público começa com os bancos de dados de beneficiários, com a inscrição do CPF no cadastro de mutuários da CAIXA, mas ainda não está sedimentado, em parte para responder a interesses políticos.

Doação não é algo a ser negado enquanto política pública, como resposta a um direito social. A estratégia de sobrevivência dos beneficiários, que vendem o benefício lote, ou casa e lote, é tida como má fé por grande parte dos representantes de associação de moradores uma vez o objetivo deles é o de permanência das pessoas no bairro e de que pessoas que já têm uma vida estabilizada não recebam lote para vender ou para ter mais um patrimônio. Em alguns casos, beneficiados se desfazem do lote ganho pela mobilidade forçada pelo emprego. A maioria não consegue ficar na casa que ganharam por questões de sobrevivência. É um círculo vicioso devido à falta de discussão, de políticas públicas e cultura popular.

05

Prefeitura Municipal

GABINETE DO PREFEITO

Taxa de Urbanização

CR\$ 5.340,00

O Sr. MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS
Fez o recolhimento a Prefeitura Municipal de Petrolina - (PE), da taxa de Urbanização no Valor de CR\$ 5.340,00 (CINCO MIL TREZENTOS E QUARENTA CRUZEIROS REAIS)

referente ao Lote cujas características são as indicadas abaixo. O presente recolhimento lhe confere o direito de caso construa o imóvel ao Lote dentro do prazo de 06 (seis) meses receber um termo de Regularização garantidor da posse do Lote. Além de lhe ser vedado a venda do Lote, a não construção do imóvel dentro do prazo de seis meses acarretará a sua devolução automática à Prefeitura.

Regularização de uma casa de bloco feita em terreno sem aforamento com área coberta de: 40,00 m².

CARACTERISTICA DO IMÓVEL

Loteamento SÃO GONÇALO

Bairro São Gonçalo

Quadra "CD"

Lote nº 30

DIMENSÕES

Frente 12,00 m

Fundos 12,00 m

Lado Esquerdo 17,50 m

Lado Direito 17,50 m

Informamos ao cartório de registro imobiliário que o imóvel acima descrito se encontra regular perante a prefeitura do município, devendo a escritura ser lavrada conforme limites e dimensões apostas em 08.06.94.

LIMITES

Frente Leste com a rua Projetada Tapuia 150

SÍLVIO JOSÉ DE SA MARIQOBA
Sec. de Habitação e Urbanismo

Fundos Oeste com o lote nº 01

Lado Esquerdo Norte com o lote nº 29

Lado Direito Sul com a travessa projetada

Petrolina 08 de Junho de 19 94

[Signature]

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

- 1ª via - Interessado
- 2ª via - Tesouraria
- 3ª via - Cadastro
- 4ª via - Secretaria

[Signature]
Prefeitura Municipal

Manoel Joaquim dos Santos
Interessado

FIGURA 18 – Taxa de Urbanização
FONTE – SEHURB (2003)

Capítulo 3

Política Habitacional e comportamento eleitoral: Evolução dos votos e dos benefícios nos empreendimentos patrocinados pelo poder público

Se você morasse num barraco ¹ Zita Alves

Desculpe o meu desespero
Ou minha língua de trapo
O senhor fazia o mesmo
Se morasse num barraco

“Pruquê” a demora horrível
Que vocês dão a nós pobre
Só ficava alguém ao nível
se tivesse dez mil cobre

A gente nesses barracos
Não pode nem se mexer
Nesses cúbico apertado
Mal dá pra gente viver

É uma quintura imensa
Esse tal de papelão
vocês são rico e não pensa
Que pobre sofre uma “pução”
Vocês só enxerga os pobre
No tempo da “inleição”
Aí é que vocês diz
Esta é a Maria e este é o João

*Se vocês não me entregar
Meu lote de habitação
Eu também não vou votar
No dia da “inleição”*

“Receba de quem puder, vote em quem quiser”.²

3.1. Descrição de metodologia

O bem-estar do eleitor tem sido considerado na literatura sobre escolha eleitoral como uma das variáveis para explicar seu comportamento político. A expansão dos direitos sociais gera créditos políticos para as elites políticas identificadas pelos eleitores como responsáveis por sua introdução. O que determina o voto do eleitor? Isso varia ao longo do tempo? Em alguns debates mais atuais são suscitados motivos para as reeleições de políticos, remetendo

¹ Poesia da sexta moradora da Vila Papelão, hoje, bairro José e Maria, em Britto (1995, 190).

² Material de campanha política do candidato Joaquim Florêncio Coelho – eleições de 1982.

as respostas positivas nas urnas ao aumento do bem-estar, *“the critical constrains on reform are resulting from the role of supportive interest groups, ultimately, voters (...)- voters react to losses and gains(...) and politicians in democratic systems generally worry first and foremost about getting elected”* (PIERSON, 1996).

A hipótese inicial desta pesquisa é que o gasto em habitação - doação de lote, construção de casa e outras melhorias - tem influenciado o comportamento do eleitor na medida em que o beneficiado, com uma casa ou um lote, dá o retorno na urna para o político identificado como responsável pelo benefício recebido. Também se verificou se o mesmo seria verdadeiro para a chapa composta por tal político. A decisão de uma elite local de oferecer bem-estar para obter voto é uma parte da questão, outra parte é se há ou não reconhecimento dos beneficiados com retorno em forma de voto.

Em busca dessa resposta, foram relacionados os gastos relativos à habitação, distribuídos no espaço e no tempo, com a definição do voto por parte do eleitor, ressaltando o benefício no campo habitacional e o resultado da eleição imediatamente posterior nas 16 áreas estudadas.

A elite política recebe o voto como recompensa? Consegue ter mais respostas positivas em alguns bairros do que em outros? Por quê? Para entender a lógica do investimento em habitação e a relação possível entre este e os resultados eleitorais, foram entrevistados, nos bairros, os presidentes de associação de moradores, territorializar o voto, constatar a rede de conexões entre os políticos e verificar a origem dos recursos a partir da relação dos políticos locais com o poder público Estadual e Federal.

A partir da constatação de redes formadas, foram construídos quadros e tabelas relacionando a história dos políticos no poder e suas conexões em todos os níveis de governo. Buscou-se analisar as vinculações entre os poderes (municipal, estadual e federal) e a captação de recursos da área habitacional. A rede é basicamente composta de Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e aqueles identificados como organizadores

das demandas e das eleições, alguns presidentes de “bairro” (presidentes de associação de moradores). Verificou-se que a condição construída para direcionamento de repasses para o município de Petrolina, ao longo dos mais de 50 anos da família Coelho no poder, reside na estratégia de montagem das chapas, no conhecimento dos trâmites e na manutenção de contatos-chave e posições estratégicas em várias esferas de poder.

Para análise inicial dos dados eleitorais, ainda fragmentado em eleições, selecionou-se o cargo máximo do executivo municipal (Prefeito), analisando todos os candidatos, e os legislativos estadual (Deputado Estadual) e federal (Deputado Federal), ressaltando sempre os três ou quatro políticos mais votados. A supressão de análise dos resultados eleitorais do legislativo municipal (Vereador) se deu em função da pouca presença dos vereadores na vida política dos bairros, nas palavras de alguns presidentes de Associação: “O povo geralmente não procura tanto vereador, não. Porque vereador só está mesmo presente é no tempo da política. Eles procuram mais mesmo é o presidente de bairro” (AMORIM, 2006).

A análise de Deputados Estaduais e Federais acontece em função de algumas obras habitacionais, construção de casas e regularização nas áreas estudadas, terem sido resultantes de transferências voluntárias do governo federal e estadual a partir de indicações dos ocupantes desses cargos. Avaliou-se somente os candidatos com votações mais expressivas, os normalmente eleitos e, ao verificar-se o aparecimento de candidatos novos no cenário, buscou-se entender a sua trajetória, inseriu-se nas tabelas, mesmo quando aqueles não eram eleitos (casos de Gonzaga Patriota e de Isabel Cristina de Oliveira).

Os bairros foram escolhidos devido à maior concentração de investimentos tanto na doação de lotes quanto na construção de habitação de interesse social (abarcando a regularização fundiária e urbana) com intuito de verificar a hipótese de vinculação voto/benefício a partir, principalmente, da política de doação de lotes, que perpassa todas as gestões estudadas (de 1977 a 2004).

Apesar de serem consideradas nas análises todas as áreas estudadas, aprofundou-se a análise nos bairros José e Maria, João de Deus, Cosme e Damião e Henrique Leite por suas vinculações históricas com os políticos responsáveis pela abertura e doação massiva de lotes. São bairros que receberam contínuos benefícios em épocas e gestões diferentes, indicando a postura de doação de lotes em áreas sem infra-estrutura como uma política adotada por todas as gestões e a contínua melhoria como uma moeda de troca benefício/voto.

O bairro Pedra Linda havia sido escolhido para ser analisado por ter sido dos mais recentemente doados, pelos muitos benefícios para ele direcionados e pela sua localização. É circundado de vazios, propriedades privadas valorizadas com a infra-estrutura instalada pelo poder público. Infelizmente, os moradores do Pedra Linda votaram em outros bairros até 2004. O bairro passa a ter seções apenas em 2006, não sendo possível a análise da expressão territorial dos votos de seus moradores.

Buscou-se iniciar uma discussão sobre a relação entre o poder representado pelo voto, a expressão política dos candidatos e partidos e a formação da periferia da cidade. Para todos os anos, a análise foi feita comparando os resultados no bairro com a definição dos candidatos mais votados no município (analisando o total de votos).

3.1.1 A coleta de dados

Várias perguntas deram início ao processo de coleta de dados: Que dados deverão ser acessados com vistas a elucidar as questões postas? Estes existem? Como acessá-los? Com a definição da necessidade do levantamento de votos obrigatoriamente territorializados, para verificar os cruzamentos, a pergunta seria qual a melhor maneira reunir os dados de votação. A idéia foi reunir as votações em mapas de expressão por político e comparar as votações dos políticos entre si nos bairros escolhidos (periferia de Petrolina) com o total de votos de cada um no município como um todo (não só na sede),

tendo como referência o compêndio de mapas Território, Lugar e Poder: a expressão territorial do voto no Ceará e utilizando o *software* de georeferenciamento *ArcGis* para confeccionar os mapas (SOUZA; CATAIA; TOLEDO JR; 2002).

A geografia eleitoral é utilizada na tentativa de discutir o projeto político do município de Petrolina e a técnica é utilizada para facilitar a análise político-eleitoral. Para aprofundar a análise entre política, território e poder, além de examinar os momentos eleitorais buscamos relacionar o voto à compreensão da formação e crescimento das áreas periféricas do município.

Sob a ótica da ciência política, da geografia política e eleitoral, outras discussões poderão ser feitas, no futuro, com os resultados. Essa é uma primeira incursão em que buscou-se discutir a relação entre o poder representado pelo voto, a expressão política dos principais candidatos e partidos e a formação da periferia do município. A indicação é que essa é uma “abordagem inovadora, no sentido de relacionar cientificamente política e conhecimento do território, explorando com rigor as dimensões da geografia eleitoral para além dos mapas descritos oferecidos (...) em períodos eleitorais” (SOUZA, CATAIA, TOLEDO JR, 2002, p.19).

Conectou-se a construção da cidade ao voto: é uma das muitas reflexões necessárias sobre a importância do voto e das resultantes políticas (e nas políticas públicas) que ele tem.

São aproveitados, mas não aprofundados por esta pesquisa, dois conceitos: democracia socioespacial e transferência geográfica do valor político. Segundo Souza, Cataia e Toledo Júnior (2002, p.19), a democracia socioespacial “reflete a necessidade de incorporar a prática de justiça levando em consideração o território (...). A carência de equipamentos e serviços de consumo coletivo é um elemento que contraria a concepção desse conceito”.

A transferência geográfica do valor político está relacionada ao entendimento do real significado do voto territorializado. Aquela acontece

quando não há retorno político referente ao voto obtido. “Todo candidato tem deveres para com seu eleitor ali onde o voto lhe foi dado. Caso não haja retorno político referente ao voto obtido, isso significa uma transferência geográfica de valor democrático”. Com os políticos do Brasil que têm praticado esse tipo de transferência de forma insistente e por diversas razões, “o processo político tem sido implacável (...)” (SOUZA, CATAIA, TOLEDO JR, 2002, p. 19). A transferência de valor pode trazer benefícios e ocorre quando o candidato, após a sua eleição, abandona o seu eleitor. Em Petrolina, o abandono do eleitor pelo candidato após a eleição foi verificado de forma mais clara com os vereadores, que não detêm participação no direcionamento de verba ou de benefícios para o bairro ou área que “representam”. Dos vereadores eleitos poucos iniciaram a vida política como presidentes de associação de moradores. Para um presidente de associação de moradores ser eleito precisa ser apoiado pela elite política que reconhece nele uma porta aberta para a comunidade. Não havendo esse apoio, a comunidade “acha que uma pessoa moradora do bairro não pode ser vereador” (SILVA, 2006).

Siegfried (SOUZA; CATAIA; TOLEDO JR, 2002, p. 20) em seu livro que trata da França, ressalta que nas eleições as opiniões políticas estão sujeitas a uma repartição geográfica. “Cada partido ou, mais exatamente, cada tendência tem seu domínio; com um pouco de atenção se percebe que há tantas regiões políticas quanto regiões geológicas ou econômicas, e existem tantos climas políticos quantos são os climas naturais”. Ao trazer essa assertiva para o nível do município no Brasil, no caso de Petrolina, essa divisão se dá de forma mais clara em relação às pessoas e chapas e não tanto aos partidos. Nos bairros estudados há uma repartição geográfica até 2000, e daí em diante parece haver um embaralhar de forças, sobretudo nas redes da família. No caso analisado (os bairros da periferia de Petrolina) as coligações têm um papel fundamental na destinação dos votos.

Existe um alerta quando do estudo da geografia eleitoral indicando que a experiência dos políticos

‘não ignora os fatores sólidos do jogo eleitoral. Os militantes constatam, sem aprofundar, que tal distrito é “bom”, que outro é “ruim”, e, a partir daí, é que eles são objetos de operações políticas e

eleitorais. Mas o observador curioso não pode deixar de se perguntar por que certos distritos são tradicionalmente “bons” ou “ruins” e como pode haver espontaneamente os primeiros se, com toda propaganda ou todo o ouro do mundo existem também os segundos (...)?’ (SOUZA, CATAIA, TOLEDO JUNIOR, 2002, p. 20).

Nos bairros estudados em Petrolina as seções que se colocam como boas são aquelas que estão conseguindo ter suas reivindicações respondidas pelos políticos. Os distritos ruins são tanto os mobilizados que não têm a solução dos seus problemas quanto os desmobilizados uma vez que a elite política não encontra um interlocutor, um líder com quem se relacionar.

O observado é uma visão de que os benefícios devem estar inscritos ao que é reconhecido como o limite do bairro, não sendo aceito um benefício para um conjunto de bairros. Um exemplo claro foi o ocorrido com os equipamentos e pavimentações do Programa Multissetorial Integrado - Bairro Legal. As batalhas foram grandes quanto às localizações dos equipamentos comunitários em Setores (conjuntos de bairros) porque os moradores e principalmente os presidentes de associação não reconheciam o benefício conjunto. Foi um primeiro exercício de pactuação.

Nas eleições de 2004, os insatisfeitos com os resultados ficaram contrários à reeleição do prefeito que havia iniciado o PMI/ Bairro Legal.

Entender a formação das áreas urbanas e a eleição das áreas que receberão os projetos e programas de habitação, especialmente das periferias, passa, necessariamente, por compreender as forças políticas, o funcionamento dos partidos, seus pactos, as coligações ou chapas e outras práticas que certamente refletem essa repartição geográfica dos votos. A compreensão dos fatores que produzem as diferenças de votos nas áreas/bairros de Petrolina, e a história dessas diferenças, pode se dar, em parte, pela observação da territorialização do voto.

A partir da análise do resultado eleitoral, por político, analisou-se as votações e cruzou-se com as políticas, verificando em cada eleição as ações governamentais, tocantes à habitação, por bairro, principalmente no ano imediatamente anterior à eleição. Seguiu-se a linha histórica das eleições,

agrupando as ações dos políticos (e as repercussões das ações) na unidade bairro/ loteamento.

Nas entrevistas com os presidentes de associação de moradores, a primeira pergunta visava a montagem de um desenho preliminar do histórico das 16 “áreas” escolhidas (Capítulo 2). A segunda pergunta visava levantar os principais políticos da área (prefeito, vereador, deputado estadual e deputado federal) e as vinculações desses com a construção da área, quem doou lote, quem construiu casa, quem trouxe infra-estrutura. Montou-se o histórico dos candidatos escolhidos nos bairros tentando verificar a relação entre política habitacional (benefício) e a destinação do voto. As respostas foram compiladas, confirmando o primeiro sentimento de vinculação a partir do benefício, principalmente em loteamentos abertos pelo poder público (municipal ou estadual) e, particularmente, em lotes doados.

A busca de dados eleitorais que pudessem, ou não, comprovar, a hipótese de vinculação benefício/voto, foi iniciada ainda em Petrolina, na mesma época em que foram feitas as entrevistas (janeiro de 2006). A descoberta não foi fácil: na 83ª Zona Eleitoral em Petrolina os dados não estavam acessíveis por seção para os primeiros dezesseis anos do estudo (das eleições de 1976 às de 1992). Seguiu-se, então, para o ‘Memorial Eleitoral’ no Recife, em busca de tais dados nos arquivos impressos.

A informação era que, provavelmente, antes da urna eletrônica (1996), tal informação (voto por candidato por seção), não havia sido registrada. Nas atas de votações anteriores a 1994 estão apenas as quantidades totais de votos apurados por seção e os totais de voto por candidato (somatória de todas as seções). Em outros anos, principalmente entre o final da década de 80 e início da década de 90, já existia a informática e os relatórios elaborados pelo SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados, inaugurado em 1964). Os relatórios estariam microfilmados, mas não acessíveis. Ao encontrar uma impressão na biblioteca do TRE-Recife, esta era apenas parte de relatório da eleição de 1990.

Além da não existência dos dados detalhados de 1976 a 1992, ainda houve uma outra questão a ser observada: em 15 de abril de 1997, foi publicada a resolução 01/97 do Tribunal Superior Eleitoral de Pernambuco, desmembrando a 83ª zona de Petrolina, somando a ela duas outras zonas: a 144ª e a 145ª (denominadas respectivamente Petrolina II/3 e III/3).

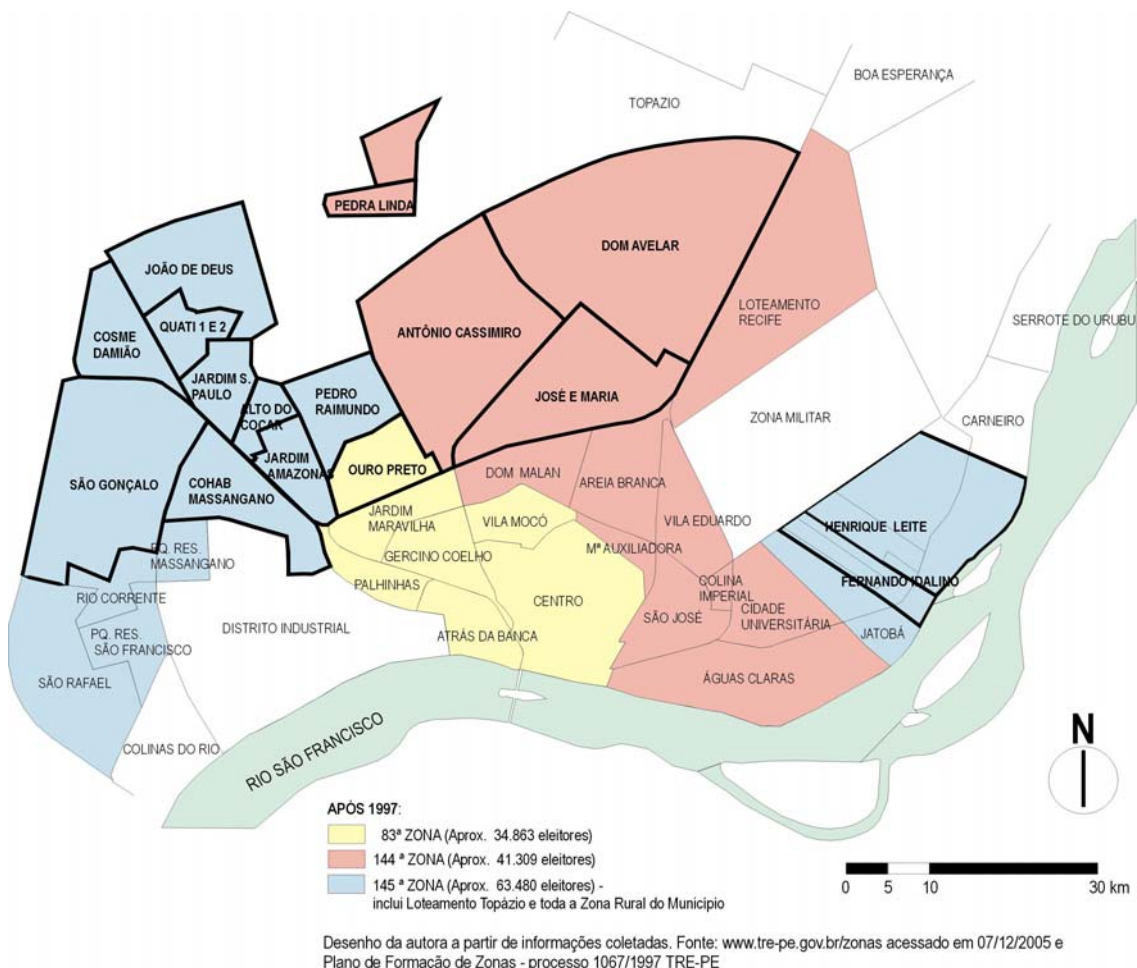


FIGURA 20 – Divisão de Petrolina em Zonas Eleitorais
 FONTE - TRE-PE (2005)

Com a adição das zonas 144ª e 145ª, a partir de 1997, foi necessário fazer um estudo comparativo do decreto e a transformação das antigas seções da 83ª zona nas novas seções das zonas 144ª e 145ª. Na verdade, foi feito o caminho inverso para as eleições de 1994 e 1996, uma vez que todos os dados de seções por bairro foram elaborados sobre uma base de zonas eleitorais de 2006.

O Cartório Eleitoral da 83ª Zona, em Petrolina, forneceu a relação entre os bairros e as seções após 1997, reformuladas em função do acréscimo de

duas zonas à original. Foram feitas planilhas em Excel para totalizar os votos de cada uma das eleições (de 1994 a 2004) nos bairros selecionados. Os funcionários do Cartório Eleitoral, em Petrolina, foram de grande auxílio na definição das seções e respectivas zonas por bairro. (ver TAB, 4 p.108).

TABELA 4 - Seções eleitorais de cada Bairro/ Área estudada

BAIROS	SEÇÕES
OURO PRETO	69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77 e 371 (83 ^a zona)
JARDIM AMAZONAS	54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 225 (145 ^a zona)
JOSÉ E MARIA	57, 58, 59, 60, 104, 84, 85, 86, 101, 17, 18, 19, 20, 21, 105, 87, 88, 89, 90, 53, 54, 55, 56, 61, 62, 63, 76, 77, 78, 80, 102 (144 ^a zona)
JARDIM SÃO PAULO	não há seções no bairro
PEDRO RAIMUNDO	30, 31, 171, 195, 224 (145 ^a zona)
SANTA LUZIA	95, 103, 108, 109, 115, 118 (144 ^a zona)
ANTÔNIO CASSIMIRO	96, 111 (144 ^a zona)
DOM AVELAR	94, 106, 110, 116 (144 ^a zona)
JOÃO DE DEUS	148, 166, 180, 235, 127, 128, 129, 130, 131, 232, 41, 184, 194, 206, 212, 226 (145 ^a zona)
SÃO GONÇALO	27, 28, 29, 146, 170, 178, 201, 208, 216, 221, 228 (145 ^a zona)
ALTO DO COCAR	85, 115, 162, 189 (145 ^a zona)
COSME E DAMIÃO	151, 181, 211, 233 (145 ^a zona)
RIO CORRENTE	145, 183, 215, 229 (145 ^a zona)
COHAB VI	144, 199, 222 (145 ^a zona)
Quatis I e II	62, 63, 64, 65, 66, 125, 126, 167, 214, 230 (145 ^a zona)
HENRIQUE LEITE	50, 89, 179 (145 ^a zona)
FERNANDO IDALINO	217, 231 (145 ^a zona)
PEDRA LINDA	220 (144 ^a zona) - seção criada após eleição de 2004
COHAB IV	116, 117, 118, 147, 172, 182, 198, 210, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 (145 ^a zona)
COHAB V	199, 120, 121, 122, 123, 124 (145 ^a zona)

FONTE - TRE-PE (2006)

A análise dos dados das eleições com as seções agrupadas por bairro/ loteamento teve de ser restrita aos anos em que essa informação estava disponível no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE em Recife). Os anos das eleições majoritárias são 1996 (somente existia a 83^a zona) e os anos 2000 e 2004 (com as 83^a, 144^a e 145^a zonas). Para as eleições de Deputado Estadual e Deputado Federal foram utilizadas as eleições em que existiam os dados por seção: 1994 (com a 83^a zona), 1998 e 2002 (com as 83^a, 144^a e 145^a zonas).

Foram pesquisadas as fichas-resumo da trajetória de alguns políticos. Aquelas listavam de forma resumida todos os cargos para os quais haviam sido eleitos, quantos votos haviam recebido em cada eleição e o partido ou coligação à qual pertenciam. Com esses dados e os dados da cronologia do Capítulo 1 (ver ANEXO A) montou-se o QUADRO 1 (p.33), que compõe

visualmente por eleição os políticos eleitos, os vínculos familiares e os partidos aos quais estiveram filiados.

O trabalho seria muito mais completo caso tivessem sido conseguidas as informações por seção para todo o período histórico que se pretendia analisar - a partir da eleição de 1976 até a de 2004. Foi montado um quadro-resumo com os nomes dos candidatos nas eleições majoritárias para prefeito, indicando o ano e a votação (ver ANEXO C - QUADRO Eleições Majoritárias para Prefeito). Para as eleições de 1976 a 1992, serão trabalhados os dados gerais.

Levantamentos feitos Tribunal Regional Eleitoral - Recife (de 24 a 28/04/2006)

83ª zona	1976	Prefeito – total por candidato	Informação por seção não existe/ não está disponível ³
	1978	Senado, Câmara de Deputados e Assembléias Legislativas.	
	1982	Prefeito	
	1986	Deputado Federal (totais) Deputado Estadual (totais)	
	1988	Prefeito (totais)	
	1990	Deputado Estadual (totais) Deputado Federal (totais)	
	1992	Prefeito (totais)	
	1994	Deputado Estadual Deputado Federal	
1996	Prefeito		
83ª, 144ª e 145ª zona	1998	Deputado Estadual Deputado Federal	
	2000	Prefeito	
	2002	Deputado Federal Deputado Estadual	
	2004	Prefeito	

³ Segundo o bibliotecário do TRE-PE, foram perdidos muitos relatórios impressos e informações pela falta de espaço adequado. A memória das eleições no Estado é amontoada em caixas impossíveis de serem acessadas, em uma sala escura em prédio distante do TRE. Ou seja: não há arquivos completos e acessíveis anteriores à instituição das urnas eletrônicas.

3.1.2. Dados Gerais para as votações de 1976 a 1992

O interessante na análise dos dados gerais é a oportunidade de perceber, mesmo sem o detalhamento dos votos territorializados (o que ocorrerá nesse estudo somente a partir de 1994), as alterações que foram acontecendo na relação do eleitor com os políticos, as mudanças dos políticos de partido e a evolução de votação em políticos da chamada “oposição”, enquanto a cidade e as políticas de habitação estavam sendo formuladas e implementadas.

O estudo é iniciado com a eleição majoritária de 1976, quando, com 12.255 votos no município, são eleitos para prefeito Diniz de Sá Cavalcante (ex-vice-prefeito de Augusto Fernandes - cunhado de Nilo Coelho - de 1959 a 1963, e também vice-prefeito de José de Souza Coelho de 1964 a 1969). Nessa mesma eleição, foi eleito vice-prefeito, na chapa de Diniz, Lauriano Alves Correia, ambos pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Derrotam os candidatos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) José Walter Lubarino e Raimundo Reis de Macedo que haviam recebido 5.641 votos (31,52% dos votos válidos). Naquela época, eram 25.086 eleitores e a cidade tinha uma zona, a 83^a, e 90 seções. Durante a gestão de Diniz, são abertos vários loteamentos (ver QUADRO 2 p. 93 a 95), e entre os abertos pelo poder público municipal, chamam a atenção as doações de, aproximadamente, 3980 lotes nos loteamentos/ bairros José e Maria e Pedro Raimundo.

TABELA 5 - Eleições Majoritárias para Prefeito 1976

Candidatos	Partido	status	Votos
Diniz de Sá Cavalcante	ARENA	Eleito	12.255 (68,48%)
José Walter Lubarino dos Santos	MDB	Não eleito	5.641 (31,52%)
Total de eleitores			25.086
Votos Nulos			281
Branco			525
Válidos			17896
Apurados			18.702

FONTE - Dados TRE-PE (2006)

Nas eleições de 15 de novembro de 1978, a vitória foi de Nilo Coelho para o Senado e de Osvaldo Coelho para a Câmara de Deputados. Em Petrolina, Nilo recebeu 14.125 votos, contra 6.217 para o candidato do MDB, Jarbas

Vasconcelos, e 364 para o (outro) candidato da ARENA Cid Sampaio. Nilo foi Senador com a soma dos seus votos aos de Cid (ambos faziam parte da ARENA), embora cada um, individualmente, tivesse menos votos do que Jarbas. Para Deputado Estadual, ganha Honório Rocha, com 9.401 votos, e - apoiado pela família Coelho - logo é chamado para Secretário do Governo de Marco Antônio Maciel. A vitória para Deputado do Pe. Mansueto de Lavor, ao receber 4.914 votos, abala os Coelho por ser da oposição. Apesar de Mansueto ter menos força política do que Rocha na cidade (apoiado pelos Coelho), ele a tinha em outras partes do interior e isso permitiu que conseguisse uma cadeira na Assembléia Estadual (CHILCOTE, 1990).

A extensão do mandato dos prefeitos eleitos em 1976, por mais dois anos, é explicada tanto pelo temor do governo nacional para com os progressos da oposição, quanto pelo desejo de manipular a 'abertura' política, então em processo, em benefício próprio. As eleições municipais são adiadas para 1982, o que permite a permanência de Diniz de Sá Cavalcante na prefeitura de Petrolina (1977-1982). A ARENA passa a ser PDS (Partido Democrático Social) (CHILCOTE, 1990, p. 292).

Em 15 de novembro de 1982, acontecem as eleições gerais no Brasil e para prefeito e vereador nos municípios. Para o governo do Estado, é eleito Roberto Magalhães do PDS. Em Petrolina, com um total de 40.667 eleitores e 32.784 votantes, são eleitos prefeito e vice-prefeito do PDS, Augusto de Souza Coelho e Simão Amorim Durando, com 19.642 votos, derrotando nas urnas o candidato do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) Joaquim Florêncio Coelho que teve 10.418 votos. Para a Assembléia legislativa Fernando Bezerra Coelho ganha o cargo de Deputado Estadual (17.697 votos), e Osvaldo Coelho é eleito para a Câmara de Deputados com 18.400 votos, ambos pelo PDS.⁴ Luiz Gonzaga Patriota é eleito Deputado Estadual pelo PMDB (15.278 votos)

⁴ Ata das eleições de 15/11/1982 – majoritárias de Governador, senador, proporcionais para deputados federais e estaduais. TRE-PE (1982).

TABELA 6 - Eleições Majoritárias para Prefeito 1982

Candidatos	Partido	status	Votos
Augusto de Souza Coelho	PDS	Eleito	19.642 (65,34%)
Joaquim Florêncio	PMDB	Não eleito	10.418 (34,65%)
Total de eleitores			40.657
Votos Nulos			921
Branco			1.803
Válidos			30.060
Apurados			32.784

FONTE - TRE-PE (2006)

Nas eleições para Deputado Federal, em 1986, a novidade é a filiação de Fernando Bezerra Coelho (ex-PDS) no PMDB e sua eleição para a Câmara dos Deputados com votação maior (18.871 votos, 42,63%) do que o sempre deputado federal - e tio - Osvaldo Coelho (16.782 votos, 37,91%) do PFL, cujo irmão Augusto Coelho, também do PFL, estava, na época, como prefeito de Petrolina. Surge como candidato a Deputado Federal, também do PMDB, Gonzaga Patriota, natural de Salgueiro, que recebeu 5.887 (13,3%) votos em Petrolina e foi eleito. Somente esses três candidatos eleitos totalizaram 93,84% dos votos apurados⁵. Na época, o PMDB conseguiu uma grande mobilização devido à também candidatura (e eleição) de Miguel Arraes para o governo do Estado (1987 a 1990).

Quanto aos Deputados Estaduais, os eleitos são o ex-prefeito Geraldo Coelho (PFL) com 13.986 votos – 34,63 % dos votos válidos (com seu irmão, Augusto Coelho, na prefeitura e o lançamento e vendas, pela sua imobiliária ITRUL, do loteamento particular/popular Alto do Cocar) - e Ranilson Ramos (PMDB) com 13.504 votos – 33,44% dos votos válidos. Geraldo Coelho (PFL) e Ranilson Ramos (PMDB/PSB) sempre estarão na corrida por cadeiras na Assembléia Legislativa no período que esse estudo abarca (1976 a 2004).

⁵ A quantidade de votos apurados é resultante do total de votos (válidos, brancos e nulos). Os votos apurados somados às abstenções dá o total de eleitores do município. Os votos válidos são os nominais somados aos de legenda.

TABELA 7 - Deputado Federal 1986

Candidatos	Partido	status	Votos
Oswaldo de Souza Coelho	PFL	eleito	16.782
Fernando Bezerra de Souza Coelho	PMDB	eleito	18.871
Luiz Gonzaga Patriota	PMDB	eleito	5.887
Total de votos válidos em Petrolina			44.259

FONTE - TRE-PE (2006)

TABELA 8 - Deputado Estadual 1986

Candidatos	Partido	status	Votos
Geraldo de Souza Coelho	PFL	Eleito	13.986
Ranilson Brandão Ramos	PMDB	Eleito	13.504
Rui Amorim	PMDB	Não eleito	3.515
Geraldo Teixeira Coelho	PMDB	Não eleito	3.401
Valdemar Clementino Ramos	PMDB	Não eleito	1.654
Total de votos válidos em Petrolina			40.376

Os demais políticos da “oposição” (Rui Amorim, Valdemar Ramos e Geraldo Teixeira Coelho), então no PMDB, somam 8.570 votos – 21,22% dos votos válidos - e não são eleitos. Diniz, ex-ARENA, ex-PDS, filia-se, na mesma época que Fernando Bezerra Coelho, ao PMDB, não concorre ao Legislativo Estadual, em 1986, mas candidata-se à prefeitura de Petrolina, em 1988.

Em 1988, são doados os lotes do São Gonçalo por Augusto de Souza Coelho, prefeito da época, e é eleito, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), o seu sobrinho Guilherme Cruz de Souza Coelho com 26.382 votos (48,48%), contra 25.505 (46,86% dos votos válidos) do ex-prefeito Diniz de Sá Cavalcante (PMDB).

TABELA 9 - Eleições Majoritárias para Prefeito 1988

Candidatos	Partido	status	Votos
Guilherme Cruz Souza Coelho	PFL	Eleito	26.382 (48,48%)
Diniz de Sá Cavalcante	PMDB	-	25.505 (46,86%)
Joaquim Florêncio	PSB	-	1.282 (2,35%)
Assunção de Castro	PDT	-	1.255 (2,31%)
Votos Nulos			2.670
Branco			7.561
Válidos			54.424
Apurados			64.655

FONTE - TRE-PE (2006)

Nas eleições de 1990, são reeleitos os deputados federais Oswaldo Coelho e Fernando Bezerra Coelho, cujas bases eleitorais estão em Petrolina.

Oswaldo Coelho, candidato pelo PFL, é eleito com 21.330 votos – 60,33% dos votos válidos – enquanto seu filho, Guilherme Coelho, está à frente da prefeitura de Petrolina e acontecem as doações de, aproximadamente, 1.270 lotes no Cosme e Damião.

TABELA -10 - Deputado Federal 1990

Candidatos	Partido	status	Votos
Oswaldo Coelho	PFL	eleito	21.330
Fernando Bezerra Coelho	PMDB	eleito	8.824
Miguel Arraes	PSB	eleito	1.666
Gonzaga Patriota	PDT	não eleito	1.038
Total de votos válidos em Petrolina			35.352

TABELA -11 - Deputado Estadual 1990

Candidatos	Partido	status	Votos
Geraldo Coelho	PFL	Eleito	13.827
Diniz de Sá Cavalcante	PMDB	Eleito	13.752
Ranilson Ramos	PMDB	não eleito	3.144
Antonio Freire	PRN	não eleito	2.729
Total de votos válidos em Petrolina			38.765

FONTE - Dados TRE-PE (2006)

Fernando Bezerra Coelho, candidato do PMDB, é eleito com 8.824 votos – 24,96% dos votos válidos -, 10.000 votos a menos do que na eleição de 1986 para deputado federal. Gonzaga sai do PMDB para o PDT e não é eleito, enquanto Miguel Arraes (PSB) consegue poucos votos em Petrolina e o governador eleito é Joaquim Francisco (PFL) para mandato de 1991 a 1994.

Em 1992, Fernando Bezerra Coelho (PMDB) é eleito prefeito de Petrolina com 27.635 votos – 49,29% dos votos válidos, contra 27.408 votos do candidato do PFL – 48,87% dos votos válidos, Henrique Cruz (primo do então prefeito Guilherme Coelho de quem seria o sucessor na prefeitura, caso tivesse ganho) – uma diferença de 227 votos. Max Medeiros, candidato do PT, recebe 1.033 votos (1,84% dos votos válidos). Do total de 68.118 votos apurados, 56.076 são votos válidos. Fernando foi eleito com 227 votos de diferença.

3.2. Expressão Territorial do Voto – 1994 a 2004

A seguir, serão apresentados os mapas produzidos para cada ano de eleições para os quais são dispostas informações territoriais por bairro (1994 a 2004). Foram também elaborados mapas de cada candidato mostrando as áreas em que recebem maior votação e mapa geral comparando os candidatos mais votados (votação nos bairros entre os candidatos e a votação no total da cidade).

3.2.1. Deputado Estadual – Eleições de 1994

Entre os bairros selecionados de Petrolina, o Deputado Estadual Diniz de Sá Cavalcante tem expressão territorial de votos fundamentalmente concentrados no José e Maria (1026 votos) doado totalmente em sua gestão como prefeito (1977-1982), no Ouro Preto (289) e no Jardim Amazonas (333), representando o total de 2.451 votos nos bairros em estudo, com aproximadamente 67,23% de todos os votos contabilizados nos bairros considerados periféricos. Essa votação foi superior a seu total no município, que foi de 28,48%. Na época, o prefeito municipal era Fernando Bezerra Coelho, eleito pelo PMDB, mesmo partido de Diniz de Sá Cavalcante. Entre 1993 e 1994 foram abertos loteamentos e doados, aproximadamente, 1.608 lotes no Henrique Leite II e Fernando Idalino Bezerra.

Apesar de todos os candidatos elencados terem recebido votos, fica clara a força política dos ex-prefeitos Diniz de Sá Cavalcante e Geraldo de Souza Coelho, não só com uma territorialidade bem definida, mas também com o maior percentual de votos. Os dois candidatos do PMDB e PFL, respectivamente, somam 81,09% dos votos válidos, enquanto que os candidatos do PSB e PT somam 18,91% dos votos.

TABELA 12 - Votação por bairro - Deputados Estaduais 1994

Bairro	Cícero	Diniz	Geraldo	Ranilson
Ouro Preto	52	289	455	77
Jardim Amazonas	9	333	846	163
Pedro Raimundo	7	81	108	30
João de Deus	5	65	66	35
São Gonçalo	14	143	143	67
Alto do Cocar	3	38	68	19
Cosme e Damião	0	0	0	0
Rio Corrente	0	0	0	0
COHAB VI	0	0	0	0
Quati I e II	6	210	694	74
Henrique Leite	0	63	72	72
Fernando Idalino	0	0	0	0
COHAB IV e V	15	203	480	124
Pedra Linda	0	0	0	0
Dom Avelar	0	0	0	0
Antonio Cassimiro	0	0	0	0
Jardim São Paulo	0	0	0	0
Santa Luzia	0	0	0	0
Jose e Maria	255	1026	1595	600
Totais parciais	366	2451	4527	1261
Total nos bairros				8605

Candidatos	Partido	status	Votos em Petrolina
Cícero Romão de Oliveira	PT	suplente	1.776
Diniz de Sá Cavalcante	PMDB	eleito por média	11.271
Geraldo de Souza Coelho	PFL	eleito por média	20.149
Ranilson Ramos	PSB	eleito por média	6.448
Total de votos dos candidatos em Petrolina			39.644
Votos nulos			15.010
Votos brancos			11.518
Total de votos apurados			73.280
Abstenção			21.101
Total de eleitores			94.381

Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano / COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco
 FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)

O gráfico que totaliza as votações às compara e indica a votação massiva de Geraldo de Souza Coelho (PFL) principalmente nos loteamentos Quati I e II (vendidos pela ITRUL, sua imobiliária), no Jardim Amazonas, no Alto do Cocar (também vendido pela ITRUL), COHABs IV e V (COHAB Massangano) e José e Maria, onde tem 1.526 votos, uma votação superior à do candidato a deputado estadual Diniz de Sá Cavalcante pelo PMDB (1.026 votos) pela influência do seu irmão, o Deputado Federal Osvaldo Coelho (PFL).

No caso das COHAB IV e V fica claro que os votos foram amarrados pelo histórico: foram promovidas pelos Governos do Estado, na época dos governadores Marco Maciel e Roberto Magalhães, em aliança com a prefeitura, durante a gestão dos prefeitos Diniz de Sá Cavalcante e Augusto de Souza Coelho todos ARENA/PDS/PFL (Diniz passa ao PMDB somente em

1985/1986). O resultado é a votação sempre significativa até o ano de 2000 para os políticos que compõem chapa com os responsáveis pelos benefícios.

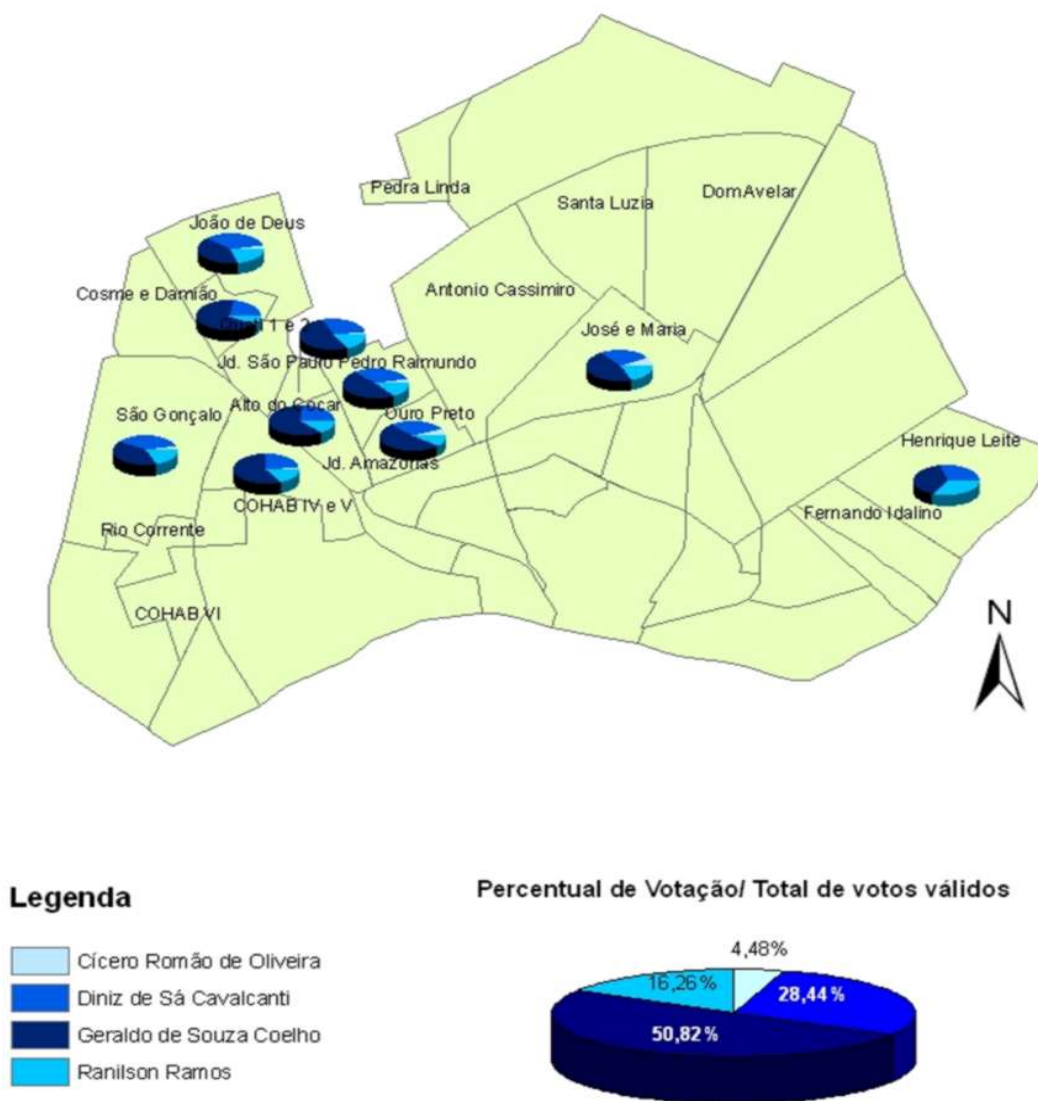


FIGURA 21 – Mapeamento da eleição para Deputado Estadual em 1994.

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho. Dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

No bairro COHAB Massangano ‘os Coelho’ e seus aliados deterão, até 2002, as votações mais expressivas. Com o passar do tempo continuarão ganhando nas COHAB IV e V, com margens cada vez menores, como poderemos verificar no resultado de Isabel Cristina de Oliveira, do Partido dos Trabalhadores, candidata a deputada estadual, em 2002, e que terá 872 votos,

enquanto Diniz recebe 530 votos, e Geraldo Coelho, 511. Outro exemplo é a eleição de Gonzaga Patriota do Partido Socialista Brasileiro, candidato à deputado federal, em 2002, recebeu 1.305 votos, enquanto Osvaldo Coelho recebeu 1.928 e nas eleições majoritárias para prefeito, em 2004, quando recebeu 2.287 votos e Fernando Bezerra Coelho, 2509 votos.

3.2.2. Deputado Federal – Eleições de 1994

A esmagadora maioria de votos vai para o candidato Osvaldo Coelho. Comparando com a votação dos outros dois candidatos mais bem votados, ele detém 75,35% dos votos no município, e 74,52% da votação nos bairros estudados. Para ele é direcionada praticamente a somatória dos votos dos Deputados Estaduais Geraldo Coelho e Diniz de Sá Cavalcante no José e Maria (2.455 votos) e, nos demais bairros, o referido candidato sempre tem a maioria expressiva dos votos. Ressalta-se, mais uma vez, o resultado nas COHAB IV e V, observado anteriormente, onde Osvaldo Coelho recebe 614 votos, Gonzaga Patriota e Eduardo Campos do PSB somam 168 votos.

Durante as eleições de 1994, o prefeito de Petrolina é Fernando Bezerra Coelho, do PMDB, o Governador do Estado é Joaquim Francisco, do PFL. Não é registrado qualquer benefício habitacional no Ouro Preto, no Jardim Amazonas, no Pedro Raimundo, no João de Deus, ou nos demais bairros. As únicas ações registradas de regularização urbana foram as ações de saneamento no Jardim Amazonas e no Pedro Raimundo com verba municipal e mutirão com os moradores daqueles bairros e saneamento do Alto do Cocar.

Ao serem comparados os resultados eleitorais por chapa, em 1994, o Deputado Estadual Geraldo Coelho/Deputado Federal Osvaldo Coelho, verifica-se que a votação no Ouro Preto, de Geraldo Coelho, é de 455 e de Osvaldo, 595 votos; no Jardim Amazonas, 846 e 983, no Pedro Raimundo 108 e 144, no João de Deus 66 e 157, Quati I e II 694 e 790, e assim, sucessivamente. Apesar de Diniz Cavalcante ter indicado seu apoio a Eduardo Campos, parece não ter sido reconhecida a chapa pelos eleitores e os votos são direcionados para o deputado federal Osvaldo Coelho (PFL).

TABELA 13 - Votação por bairro / Deputados Federais 1994

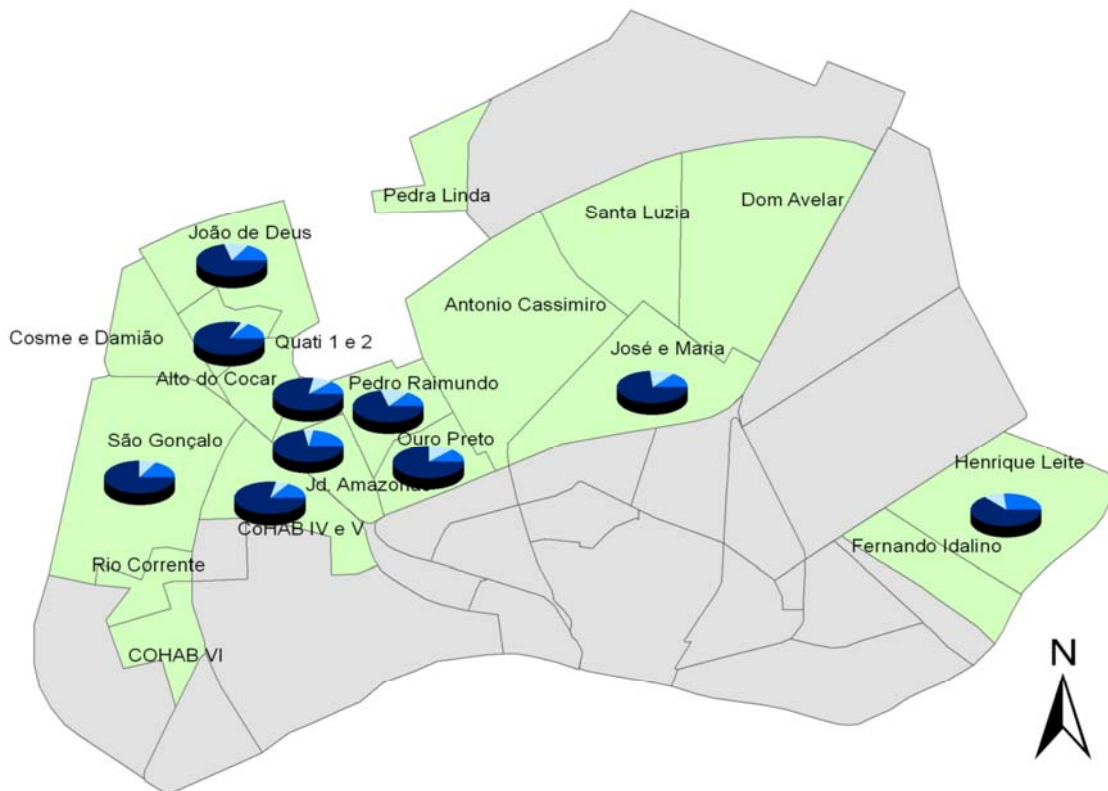
Bairro	Eduardo Campos	Gonzaga	Oswaldo
Ouro Preto	88	107	595
Jardim Amazonas	299	83	983
Pedro Raimundo	27	34	144
João de Deus	35	32	157
São Gonçalo	58	39	285
Alto do Cocar	13	12	90
Cosme e Damião	0	0	0
Rio Corrente	0	0	0
COHAB VI*	0	0	0
Quati I e II	131	42	790
Henrique Leite	61	26	141
Fernando Idalino	0	0	0
COHAB IV e V*	109	59	614
Pedra Linda	0	0	0
Dom Avelar	0	0	0
Antonio Cassimiro	0	0	0
Jardim São Paulo	0	0	0
Santa Luzia	0	0	0
Jose e Maria	423	460	2455
Totais parciais	1244	894	6254
Total nos bairros			8392

*Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano/ COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)

Candidatos	Partido	status	Votos em Petrolina
Eduardo Campos	PSB	eleito	4.776
Gonzaga Patriota	PSB	eleito por média	4.403
Oswaldo Coelho	PFL	eleito	28.058
Total de votos dos candidatos em Petrolina			37.237
Total de votos válidos			43.179
Votos nulos			18.783
Votos brancos			11.318
Abstenção			21.101
Total de votos apurados			73.280
Total de eleitores			94.381

O que se percebe, também, é o início de uma inserção mais forte do PSB no município. Os dois outros candidatos mais votados são do PSB. Gonzaga Patriota e Eduardo Campos são eleitos, apoiados por Miguel Arraes, então candidato ao Governo do Estado, também eleito para o período de 1995 a 1998.



Legenda

- Osvaldo Coelho
- Eduardo Henrique Accioly Campos
- Luiz Gonzaga Patriota

Percentual de Votação/ Total de votos válidos



FIGURA 22 – Mapeamento da eleição para Deputado Federal, em 1994.

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho. Dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

Uma das moedas de troca é o benefício em habitação e regularização como pode ser visto nas eleições de 1996 quando a rede/chapa passa a ter como integrante (desde 1995) o então prefeito de Petrolina, Fernando Bezerra Coelho, que deixa de ser filiado ao PMDB e vai para o PSB, concorrendo a Vice-Governador na chapa de Arraes.

3.2.3. Eleições Majoritárias para Prefeito, 1996

Em 1997, o Partido da Frente Liberal volta à prefeitura, com a eleição de Guilherme de Souza Coelho. Com 50,98% dos votos, o candidato do PFL recebe 2.940 votos a mais do que o candidato do PMDB, Diniz de Sá Cavalcante (que recebe 47,21%). O candidato do Partido dos Trabalhadores, Rosalvo Antônio da Silva recebe apenas 1,81% (1.409 votos).

TABELA 14 - Votação por bairro – Prefeito 1996

Bairro	Guilherme	Diniz	Rosalvo
Ouro Preto	970	858	55
Jardim Amazonas	1036	768	22
Pedro Raimundo	209	230	6
João de Deus	529	487	28
São Gonçalo	403	417	16
Alto do Cocar	274	185	6
Cosme e Damião	0	0	0
Rio Corrente	0	0	0
COHAB VI	0	0	0
Quati I e II	961	480	21
Henrique Leite	241	268	8
Fernando Idalino	0	0	0
COHAB IV e V	1134	862	24
Pedra Linda	0	0	0
Dom Avelar	0	0	0
Antonio Cassimiro	0	0	0
Jardim São Paulo	0	0	0
Santa Luzia	0	0	0
Jose e Maria	3555	3811	140
Totais parciais	9312	8366	326
Total nos bairros	18.004		

Candidatos	Partido	status	Total de votos
Guilherme de Souza Coelho	PFL	eleito	39.601
Diniz de Sá Cavalcante	PMDB	não eleito	36.661
Rosalvo Antônio da Silva	PT	não eleito	1.409
Total de votos válidos			77.671
Votos nulos			3.188
Votos brancos			866
Votos Apurados			81.725
Abstenção			sem informação
Total de eleitores			

- 1) COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco;
- 2) Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano;
- 3) Bairros com nenhum voto em 1996: ou ainda não existiam ou não tinham seções próprias.

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)

Guilherme Coelho tem maioria de votação em alguns bairros doados ou abertos na época de Augusto Coelho, como, por exemplo, no João de Deus (2.175 lotes doados, em 1987, por Augusto e 1.580 lotes doados por Guilherme, em 1992). Naquele bairro, Guilherme Coelho recebe 529 votos contra 487 de Diniz. Na parte de complementação do Alto do Cocar, doada por Augusto em loteamento particular, vendido pela ITRUL de Geraldo Coelho,

recebe 274 votos (contra 185 de Diniz). Também tem maioria dos votos nos loteamentos Quatis I e II (privados e vendidos pela ITRUL) abertos na sua gestão anterior (1989-1992). Não pôde ser verificada qual a expressão de votos no Cosme Damião (doado, em 1990, por Guilherme) por não ter seção no bairro, em 1996.

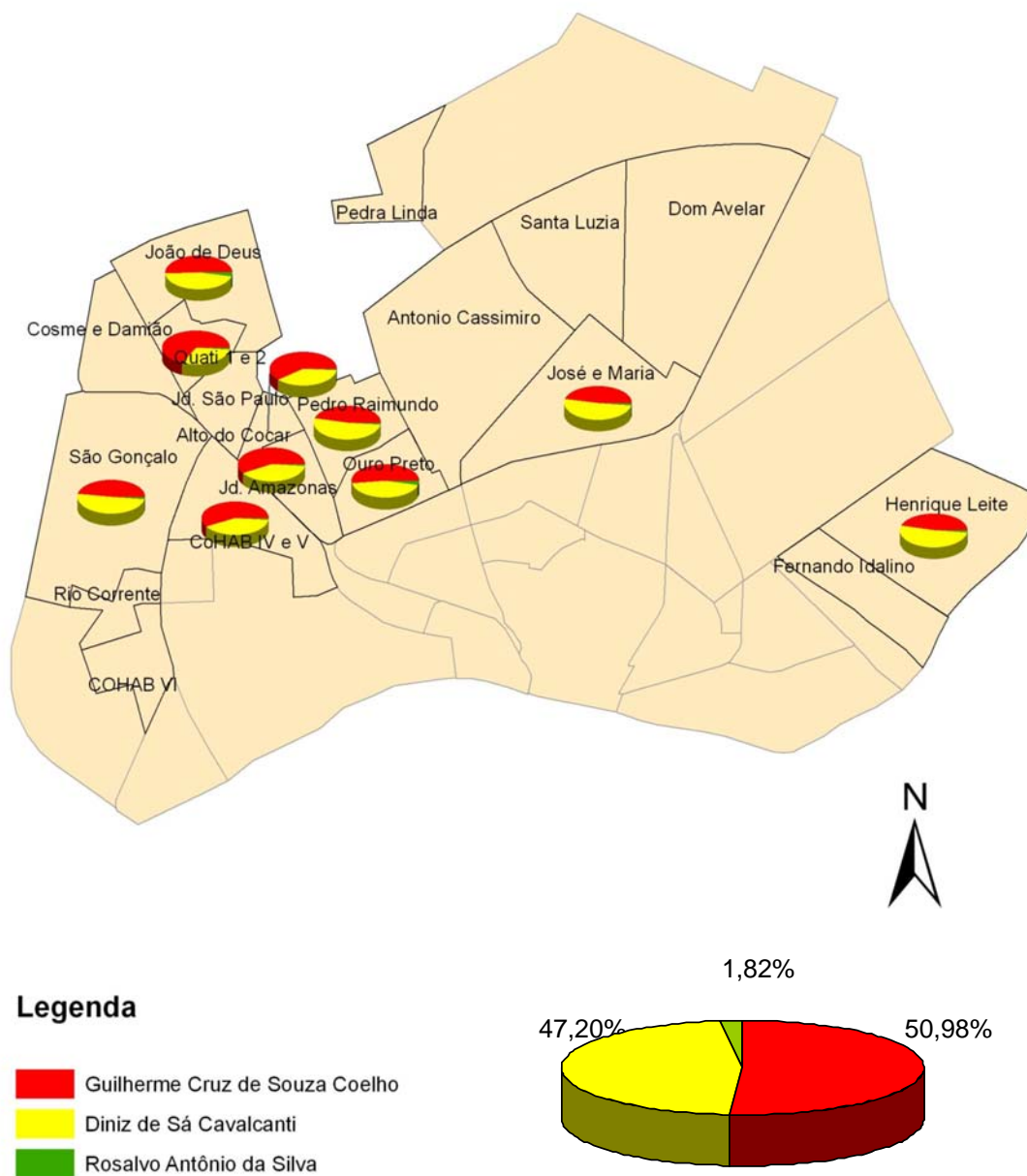


FIGURA 23 – Mapeamento eleição para Prefeito em 1996

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho. Dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

Diniz tem maioria dos votos no José e Maria, no Pedro Raimundo (doados em sua gestão 1977-1982), no São Gonçalo e no Henrique Leite (esse último com lotes doados no ano anterior por Fernando Bezerra Coelho, que lhe dá

suporte pelo PSB). Comparando o percentual nos bairros estudados e a votação total do município, verificamos uma uniformidade de votos: Guilherme de S. Coelho recebeu 50,98% dos votos válidos totais e 51,72% dos votos nos bairros estudados, enquanto Diniz de Sá Cavalcante recebeu 47,20% dos votos válidos totais e 46,46% nos bairros estudados.

3.2.4. Deputado Estadual – Eleições de 1998

São eleitos quatro deputados estaduais cujas bases estão em Petrolina: Diniz de Sá Cavalcante - agora do PSB, com Miguel Arraes no Governo do Estado de Pernambuco - recebe a maioria dos votos nos bairros estudados, seguido pela votação de Geraldo Coelho (PFL), quando Guilherme Coelho é prefeito (em 1997, foi aberto o loteamento Pedra Linda pelo poder público municipal).

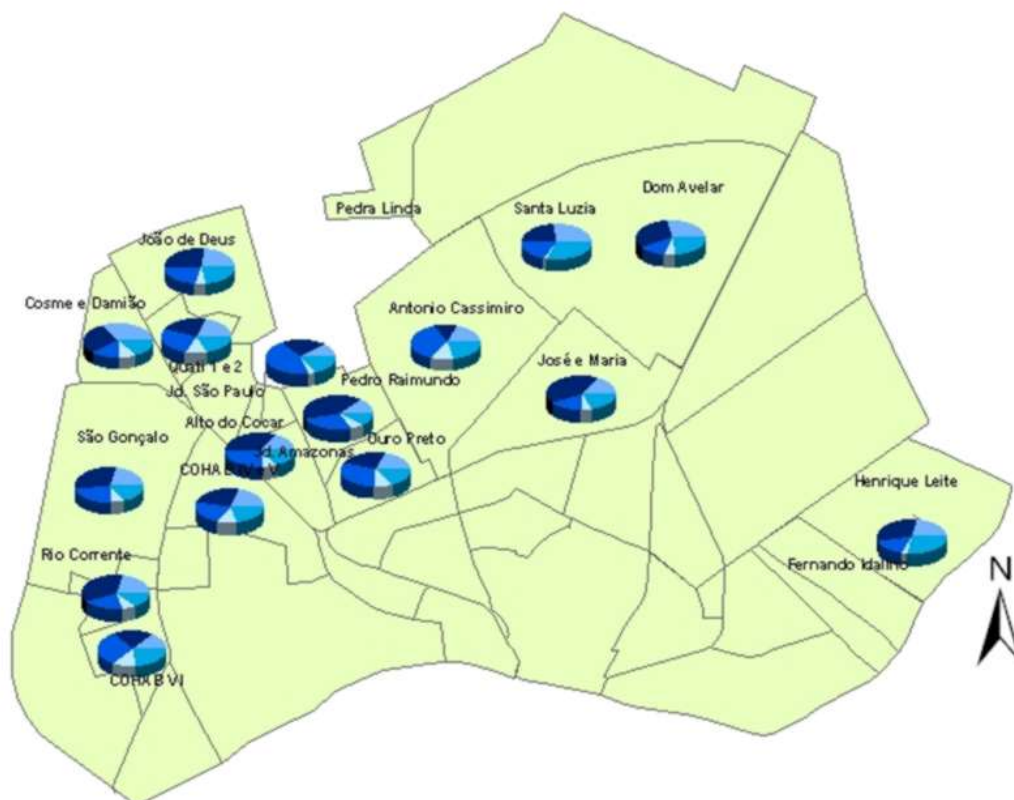
TABELA 15 - Votação por bairro – Deputados Estaduais 1998

Bairro	Cyro	Diniz	Geraldo	Isabel	Ranilson
Ouro Preto	216	298	313	135	164
Jardim Amazonas	218	502	356	136	202
Pedro Raimundo	61	225	154	38	53
João de Deus	236	306	217	81	229
São Gonçalo	175	267	201	68	128
Alto do Cocar	26	65	106	10	39
Cosme e Damião	69	47	32	20	28
Rio Corrente	40	70	43	17	24
COHAB VI*	15	27	31	16	27
Quati I e II	190	247	220	133	180
Henrique Leite	64	85	44	8	82
Fernando Idalino	0	0	0	0	0
COHAB IV e V*	613	864	600	393	644
Pedra Linda	0	0	0	0	0
Dom Avelar	36	38	17	10	29
Antonio Cassimiro	9	7	16	7	10
Jardim São Paulo	0	0	0	0	0
Santa Luzia	38	31	22	4	43
Jose e Maria	664	1697	749	275	796
Totais parciais	2670	4776	3121	1351	2678
Total nos bairros	14596				

Candidatos	Partido	status	Votos em Petrolina
Cyro Eugênio Viana Coelho	PFL	eleito	10.577
Diniz de Sá Cavalcante	PSB	eleito	14.179
Geraldo de Souza Coelho	PFL	eleito	14.532
Isabel Cristina de Oliveira	PT	suplente	5.404
Ranilson Ramos	PSB	eleito	10.504
Total de votos dos candidatos em Petrolina			55.196
Total de votos válidos			79.367
Votos nulos			3.946
Votos brancos			3.143
Abstenção			26.267
Total de votos apurados			86.456
Total de eleitores			112.723

* Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano / COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)



Legenda

- Diniz de Sá Cavalcanti
- Geraldo de Souza Coelho
- Ranilson Ramos
- Cyro Eugênio Viana Coelho
- Isabel Cristina de Oliveira

Percentual de Votação/ Total de Votos Válidos

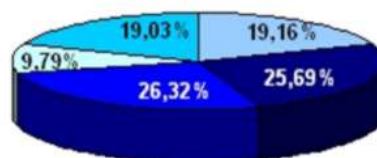


FIGURA 24– Mapeamento eleição para Deputado Estadual em 1998

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

Os percentuais de votação nos bairros estudados em comparação com os percentuais de votação no município denotam uma grande força de Diniz na periferia (32,72% dos votos dos bairros e 25,69% dos votos do município), e os demais candidatos têm quase o mesmo peso no município como um todo e nos bairros. Nos bairros é ligeiramente menor a expressão: Geraldo (PFL) recebe 21,38% dos votos dos bairros estudados e 26,32% dos votos do município, Cyro (PFL), 18,30% e 19,16%; Ranilson (PSB), 18,35% e 19,16% e Isabel (PT) 9,25% e 9,79%.

A votação de Diniz de Sá Cavalcante é maior do que a dos outros candidatos no José e Maria (de 1.026 votos, em 1994, a 1.697, em 1998), no Jardim Amazonas, Pedro Raimundo, João de Deus, São Gonçalo, Rio Corrente e COHAB VI, Quatis I e II, Henrique Leite, COHABs IV e V e no Dom Avelar. Nessas áreas a dívida é eterna e o candidato elege-se sempre. Diniz compõe chapa com outro candidato a deputado estadual pelo PSB (Ranilson Ramos) e para a eleição recebem apoio do Governador do Estado, Miguel Arraes, candidato à reeleição ao lado de Fernando Bezerra Coelho como seu Vice-Governador.

3.2.5. Deputados Federais – Eleições 1998

Em 1998, o prefeito de Petrolina é Guilherme Coelho (PFL), que dá suporte aos candidatos do PFL à Assembléia Legislativa e à Câmara de Deputados, ambos eleitos.

TABELA 16 - Votação por bairro - Deputados Federais 1998

Bairro	Clementino	Gonzaga	Osvaldo
Ouro Preto	578	80	603
Jardim Amazonas	829	90	690
Pedro Raimundo	222	52	244
João de Deus	462	158	517
São Gonçalo	452	87	485
Alto do Cocar	115	6	156
Cosme e Damião	86	19	97
Rio Corrente	86	23	99
COHAB VI	66	10	66
Quati I e II	515	98	471
Henrique Leite	71	8	134
Fernando Idalino	0	0	0
COHAB IV e V	1953	297	1878
Pedra Linda	0	0	0
Dom Avelar	69	10	56
Antonio Cassimiro	19	8	30
Jardim São Paulo	0	0	0
Santa Luzia	74	18	50
Jose e Maria	2543	296	1739
Totais parciais	8140	1260	7315
Total nos bairros	16715		

Candidatos	Partido	status	Votos em Petrolina
Clementino Coelho	PSB	eleito	27.978
Gonzaga Patriota	PSB	eleito por média	4.362
Osvaldo Coelho	PFL	eleito	29.148
Total de votos dos candidatos em Petrolina			61.488
Total de votos válidos			80.346
Votos nulos			3.263
Votos brancos			2.847
Abstenção			26.267
Total de votos apurados			86.456
Total de eleitores			112.723

* Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano / COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)

O governo do Estado apóia o irmão de Fernando Bezerra Coelho e, em função desse suporte, que também é um suporte financeiro e de campanha conjunta, Clementino Coelho herda os votos do irmão e é apoiado por Diniz, recebendo votos nos bairros onde há vinculação histórica com ambos. É o caso do José e Maria e das COHABs IV e V, que conformam o Bairro COHAB Massangano, onde os votos são divididos entre os Coelho.

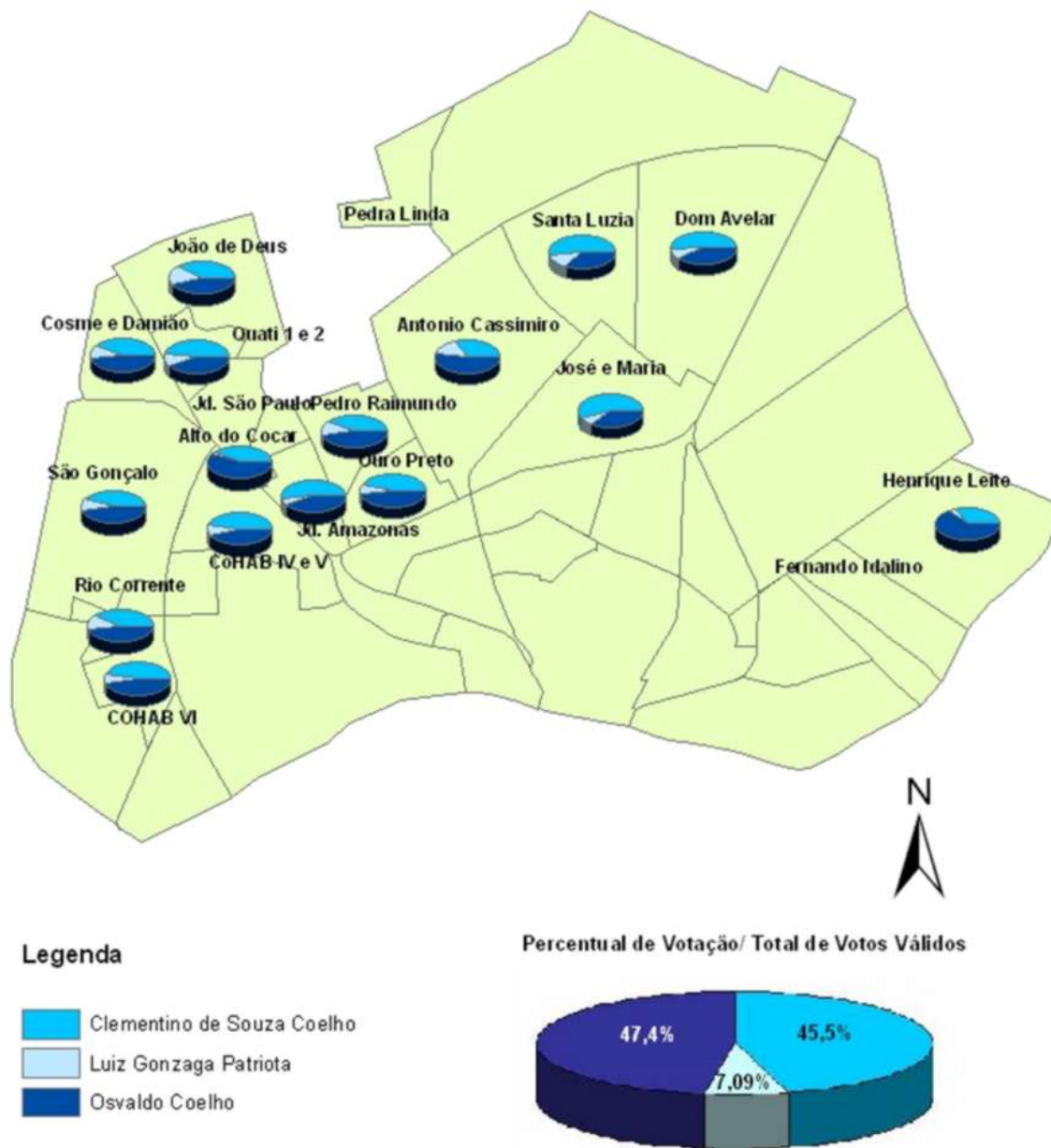


FIGURA 25– Mapeamento da Eleição Deputado Federal de 1998

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

A chapa do PSB é montada com dois candidatos a deputados estaduais representando Petrolina (Diniz e Ranilson, ambos eleitos), dois candidatos a deputados federais (Clementino Coelho e Gonzaga Patriota ambos eleitos), Miguel Arraes tentando a reeleição como governador e Fernando Bezerra Coelho seu vice-governador, desbancados por Jarbas Vasconcelos.

Não obstante a força e o histórico de Osvaldo, nos bairros estudados, a maioria dos votos é direcionada para Clementino: 8.140 contra 7.315 de

Osvaldo. Osvaldo tem 47,4% dos votos válidos do município e 43,76% dos votos dos bairros estudados, enquanto Clementino tem 45,5% dos votos válidos totais e 48,69% dos votos dos bairros estudados.

3.2.6. Eleições Majoritárias para Prefeito, 2000

Os candidatos a prefeito Fernando Bezerra Coelho (PPS) e a vice-prefeita Isabel Cristina de Oliveira (PT), são eleitos com 62,38% dos votos válidos. Luiz Eduardo Coelho, candidato do PFL tem 32,17% e Gonzaga Patriota do PSB tem 5,45% dos votos.

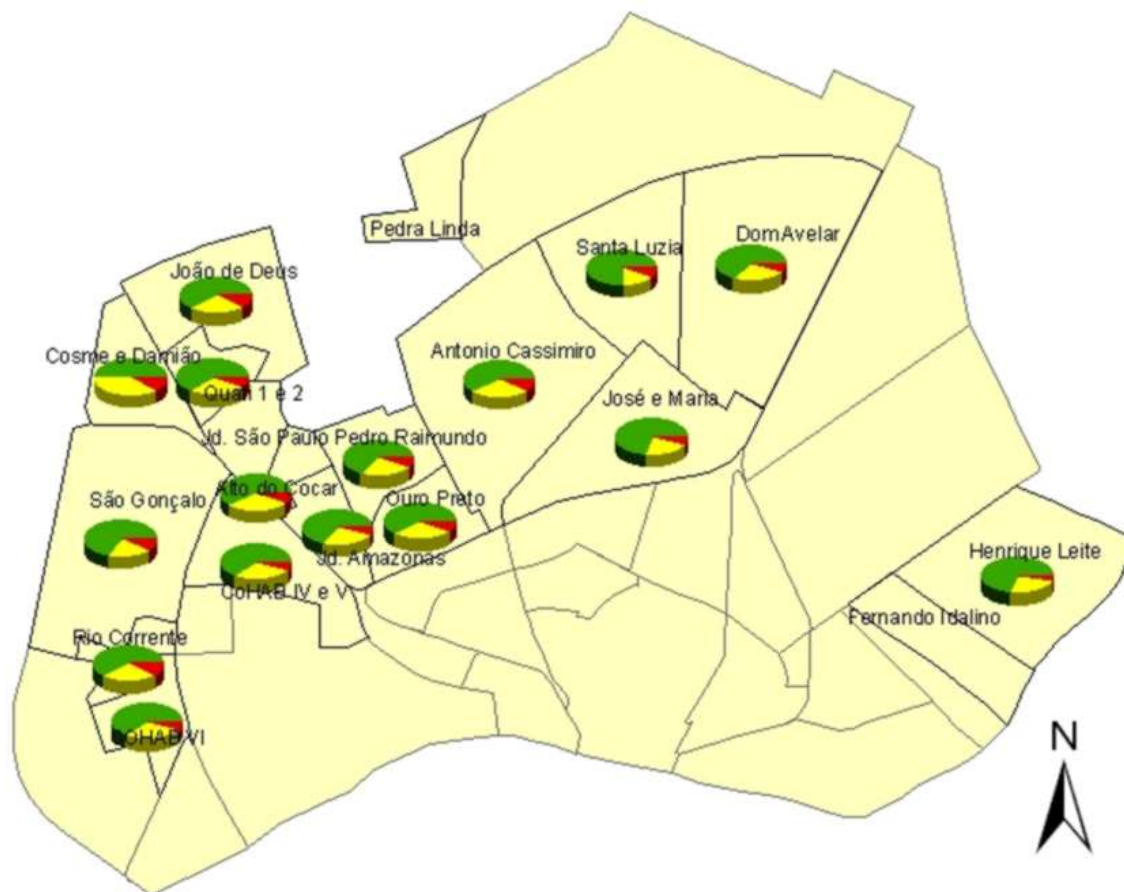
TABELA 17 - Votação por bairro - Prefeito 2000

Bairro	Fernando	Luiz Eduardo	Gonzaga
Ouro Preto	1322	747	159
Jardim Amazonas	1504	660	121
Pedro Raimundo	636	293	70
João de Deus	1689	837	258
São Gonçalo	1362	495	183
Alto do Cocar	307	178	40
Cosme e Damião	285	236	59
Rio Corrente	332	174	51
Cohab VI	263	134	26
Quati I e II	1029	513	133
Henrique Leite	550	208	29
Fernando Idalino	0	0	0
COHAB IV e V	3903	1971	375
Pedra Linda	0	0	0
Dom Avelar	353	166	36
Antônio Cassimiro	104	57	15
Jardim São Paulo	0	0	0
Santa Luzia	665	149	65
José e Maria	5394	1719	410
Totais parciais	19698	8537	2030
Total nos bairros	30265		

Candidatos	Partido	status	Votos
Fernando Bezerra Coelho	PPS	eleito	59.123
Luiz Eduardo Coelho	PFL	não eleito	30.493
Luiz Gonzaga Patriota	PSB	não eleito	5.166
Total de votos nominais			94.782
Votos Nulos			6.525
Votos Brancos			1.433
Votos apurados			102.740
Abstenção			19.953
Total de eleitores			122.693

- 1) COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco;
- 2) Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano;
- 3) Apesar de serem bairros de extrema importância para nossa análise, Pedra Linda, e Jardim São Paulo não têm seção, segundo dados fornecidos pelo TRE-PE, e o Fernando Idalino somente vem a ter seção em 2004.

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)



Legenda

- Fernando Bezerra Coelho
- Luiz Eduardo Coelho
- Luiz Gorzaga Patriota

Percentual de Votação/ Total de votos válidos

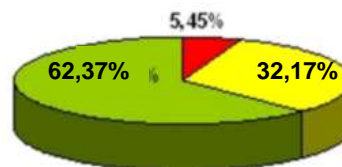


FIGURA 26– Mapeamento da eleição majoritária para Prefeito de 2000

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

A chapa Fernando B. Coelho/Isabel Cristina recebe 19.698 dos 30.265 votos contabilizados nos bairros estudados (65,08% - alguns pontos percentuais a mais do que o total de votos do município), ressaltando as votações nas COHABs IV e V, no José e Maria, no João de Deus e no São Gonçalo. São duas as razões principais verificadas para tal comportamento eleitoral. Em primeiro lugar, a insatisfação dos moradores dos bairros estudados com a gestão anterior, resultando na recusa de destinação do voto ao candidato Luiz Eduardo, apoiado pelo então prefeito Guilherme Coelho. A

gestão 1997-2000 concentrou-se na organização dos espaços turísticos do município com obras como as da Orla Fluvial, do Bodódromo e do Balneário de Pedrinhas.

Em segundo lugar, mas não menos importante, foi a composição do candidato Fernando Bezerra Coelho com a sindicalista e professora Isabel Cristina de Oliveira, do Partido dos Trabalhadores. Isabel tem toda uma trajetória no movimento sindical e já vinha crescendo nas urnas quando candidata a Deputada Estadual em pleitos anteriores.

3.2.7. Deputado Estadual - Eleições 2002

Isabel Cristina renuncia do cargo de vice-prefeita, rompendo com o governo de Fernando Bezerra Coelho, e candidata-se, pelo PT, à Assembléia Legislativa. Sua votação é extremamente expressiva, tanto no conjunto da cidade (com 23,8% dos votos, pouco menos do que o candidato Geraldo Coelho, com 24,52%), quanto no âmbito dos bairros estudados com 28,66%. Diniz é o terceiro no município (com 19,9% dos votos) e segundo melhor votado nos bairros estudados (com 23,41%, maioria no José e Maria, seu reduto eleitoral). Geraldo Coelho, o segundo melhor votado na cidade (24,52%) é o terceiro em quantidade de votos nos bairros (17,58% dos votos).

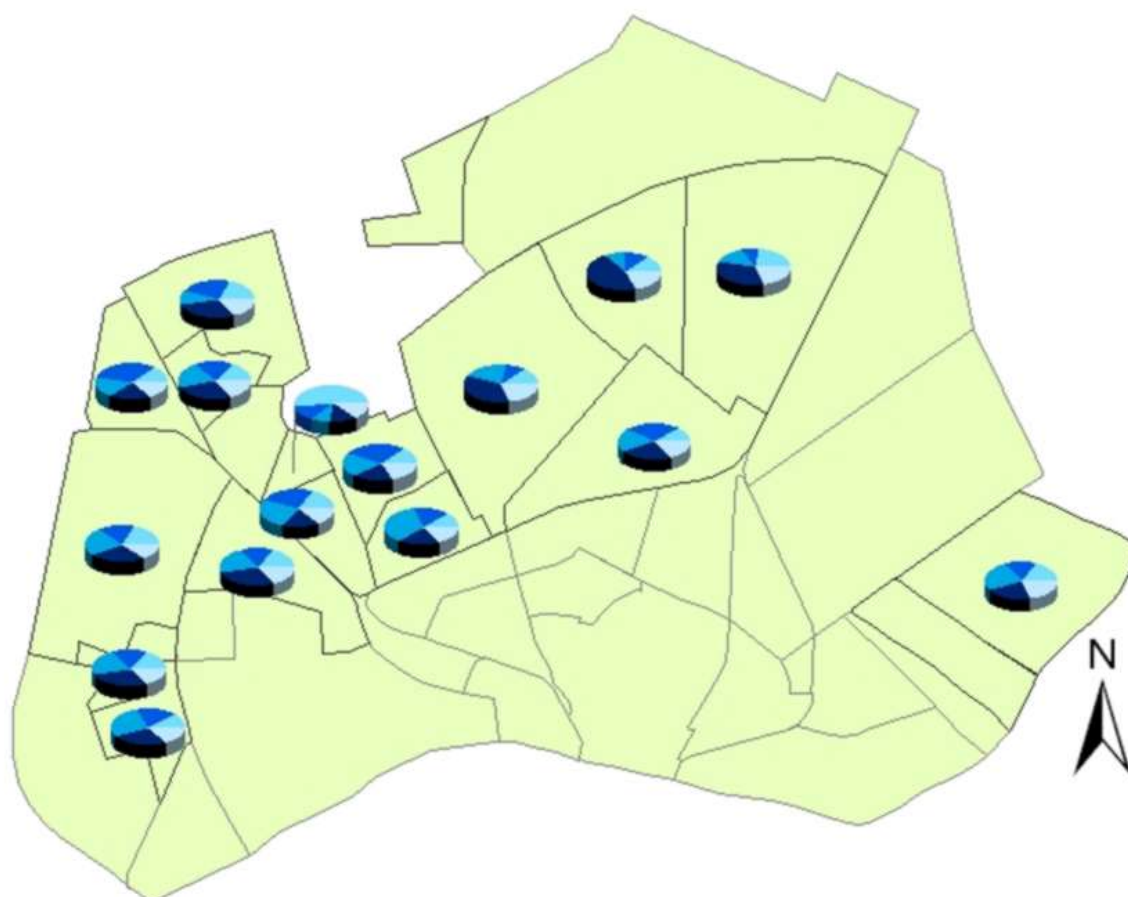
TABELA 18 - Votação por bairro - Deputado Estadual 2002

Bairro	Cyro	Diniz	Geraldo	Isabel	Ranilson
Ouro Preto	117	208	337	270	151
Jardim Amazonas	192	341	273	262	147
Pedro Raimundo	75	203	99	144	111
João de Deus	305	401	157	502	247
São Gonçalo	222	255	233	363	152
Alto do Cocar	212	48	39	67	46
Cosme e Damião	39	113	47	79	45
Rio Corrente	50	65	63	102	48
COHAB VI	32	73	80	101	47
Quati I e II	136	189	161	272	140
Henrique Leite	67	74	86	96	82
Fernando Idalino	0	0	0	0	0
COHAB IV e V	456	530	511	872	434
Pedra Linda	0	0	0	0	0
Dom Avelar	73	34	42	108	64
Antonio Cassimiro	17	16	33	52	29
Jardim São Paulo	0	0	0	0	0
Santa Luzia	65	76	58	250	99
Jose e Maria	465	1217	667	1166	616
Totais parciais	2523	3843	2886	4706	2458
Total nos bairros	16416				

Candidatos (4)	Partido	status	Votos em Petrolina
Cyro Eugênio V. Coelho	PFL	eleito	7.838
Diniz de Sá Cavalcante	PSB	eleito	10.879
Geraldo de Souza Coelho	PFL	eleito	13.408
Isabel Cristina de Oliveira	PT	suplente	13.012
Ranilson Ramos	PSB	eleito	9.533
Total de votos dos candidatos em Petrolina			54.670
4) Antônio Quirino não foi considerado apesar de ter tido uma votação próxima (ou maior do que) a de Ranilson Ramos. No entanto, para manter a comparação ao longo dos anos definiu-se pela não ampliação da lista de candidatos.			
Total de votos válidos			95.064
Votos nulos			3.078
Votos brancos			5.379
Total de votos apurados			103.521
Abstenção			24.311
Total de eleitores			127.832

- 1) COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco;
- 2) Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano;
- 3) Apesar de serem bairros de extrema importância para nossa análise, Pedra Linda, e Jardim São Paulo não têm seção, segundo dados fornecidos pelo TRE-PE, e Fernando Idalino tem seção a partir de 2004.

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)



Legenda

- Isabel Cristina de Oliveira
- Diniz de Sá Cavalcanti
- Geraldo de Souza Coelho
- Cyro Eugênio Viana Coelho
- Ranilson Ramos

Percentual de Votação/ Total de Votos Válidos

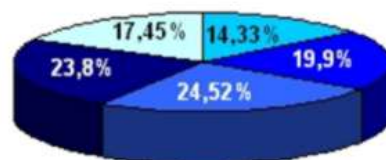


FIGURA 27 – Mapeamento da eleição para Deputado Estadual de 2002

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

Os votos nos bairros doados - João de Deus, São Gonçalo, Henrique Leite e José e Maria, - são canalizados para a candidata do Partido dos Trabalhadores. Esse é o momento de ruptura, quando a diferença da votação de Diniz e de Isabel Cristina é de apenas 51 votos a mais para Diniz. Nas COHAB IV e V e em outros antigos redutos dos Coelho, como o Quati I e II, vence a candidata do Partido dos Trabalhadores. O indicativo da ruptura não foram os benefícios em habitação. Na verdade, a mudança política foi em

função da vontade de mudar pela falta de investimentos para transformação daquelas áreas populares uma vez abertas sem infra-estrutura em cidade.

3.2.8. Deputado Federal – Eleições 2002

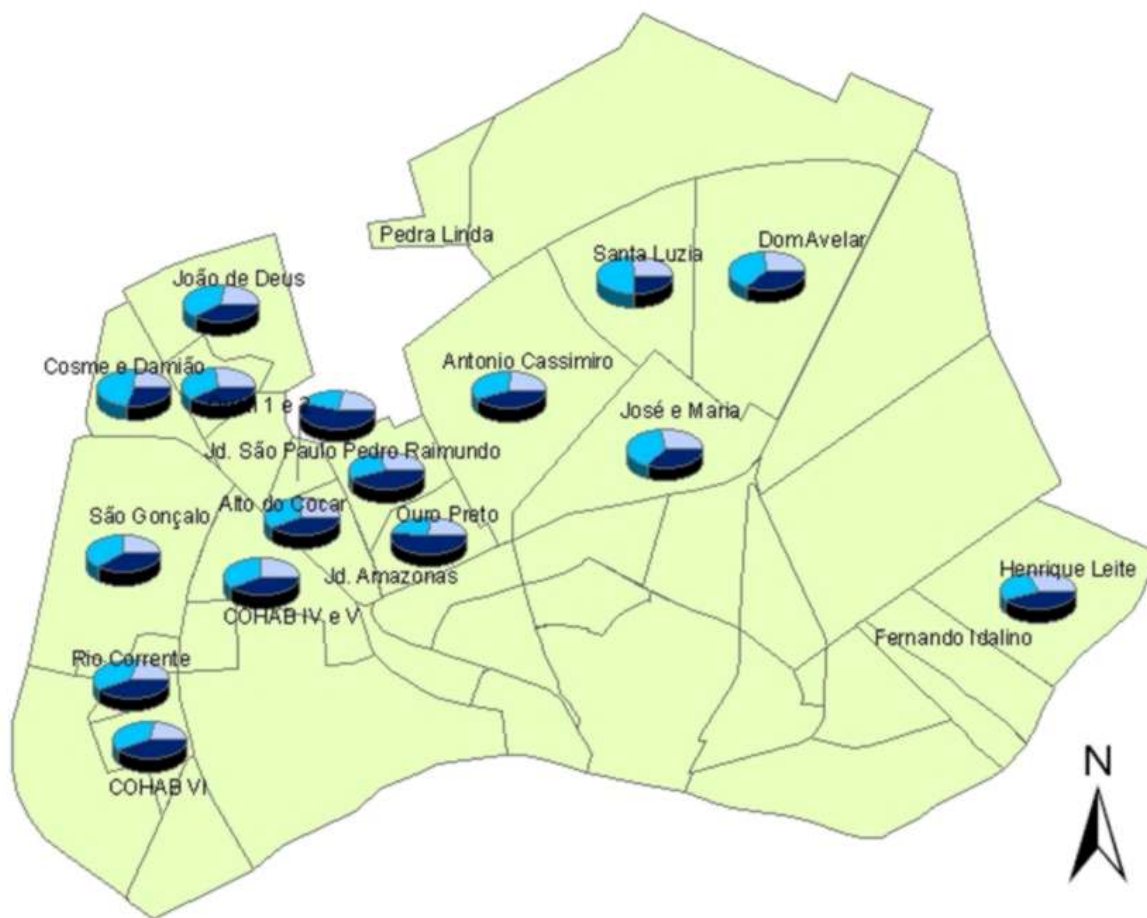
Às vésperas da eleição de 2002, o então prefeito de Petrolina, Fernando Bezerra Coelho (PPS), abriu o loteamento Pedra Linda II e doou os lotes. Também em 2002, por meio do Programa Multissetorial Integrado, haviam sido pavimentadas várias ruas em muitos bairros/loteamentos, entre eles Vale do Grande Rio, Jardim Amazonas, José e Maria, Parque São Paulo, Pedro Raimundo, Antônio Cassimiro, João de Deus, São Gonçalo, Alto do Cocar, Cosme e Damião e os Quatis I e II. Os candidatos do Partido Socialista Brasileiro (Clementino de Souza Coelho e Gonzaga Patriota) recebem juntos 34.424 votos contra 27.832 do candidato do Partido da Frente Liberal, Osvaldo Coelho.

TABELA 19 - Votação por bairro – Deputado Federal 2002

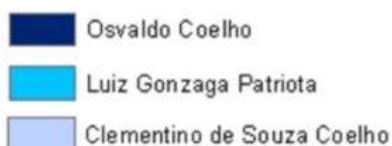
Bairro	Clementino	Gonzaga	Osvaldo
Ouro Preto	294	315	646
Jardim Amazonas	373	478	638
Pedro Raimundo	197	179	300
João de Deus	366	631	652
São Gonçalo	360	498	557
Alto do Cocar	92	107	237
Cosme e Damião	108	209	133
Rio Corrente	87	141	174
COHAB VI	81	128	157
Quati I e II	279	337	436
Henrique Leite	138	105	191
Fernando Idalino	0	0	0
COHAB IV e V	1027	1305	1744
Pedra Linda	0	0	0
Dom Avelar	86	123	120
Jardim São Paulo	0	0	0
Antonio Cassimiro	41	56	75
Santa Luzia	148	264	140
Jose e Maria	1204	1618	1497
Totais parciais	4881	6494	7697
Total nos bairros	19072		

Candidatos	Partido	status	Votos em Petrolina
Clementino Coelho	PSB	suplente	16.572
Gonzaga Patriota	PSB	eleito	17.852
Osvaldo Coelho	PFL	eleito	27.832
Total de votos dos candidatos em Petrolina			62.256
Votos válidos			95.419
Votos nulos			3.014
Votos brancos			5.088
Total de votos apurados			103.521
Abstenção			24.311
Total de eleitores			127.832

- 1) COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco;
 - 2) Somadas COHAB IV e V na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano;
 - 3) Apesar de serem bairros de extrema importância para nossa análise, Pedra Linda, e Jardim São Paulo não têm seção (dados do TRE-PE), e o Fernando Idalino somente vem a ter seção em 2004.
- FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)



Legenda



Percentual de Votação/ Total de votos válidos

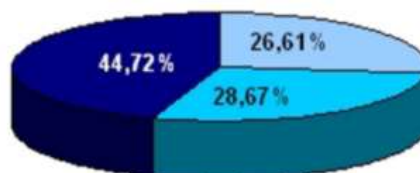


FIGURA 28 - Mapeamento da eleição para Deputado Federal de 2002

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

Clementino fica como suplente e muitos dos presidentes de Associação de Moradores relataram a situação de Clementino Coelho (PSB) como algo totalmente inusitado. A derrota para Gonzaga e a condição de suplente eram inesperadas, mas já não tinham o apoio do governo estadual, como ocorrera na eleição passada, uma vez que Miguel Arraes já havia cedido lugar para Jarbas Vasconcelos.

A votação de Osvaldo Coelho é praticamente mantida no tempo, 27.832 votos, se comparada à votação que teve nas eleições de 1998, 29.148 votos. No entanto, o número de eleitores em Petrolina havia crescido entre 1998 e 2002 em, pelo menos, 15.000 eleitores.

No município, Osvaldo Coelho recebeu 44,72% dos votos válidos totais, e 40,35% dos votos nos bairros estudados. O candidato Gonzaga Patriota 28,67% e 34,04%, e Clementino Coelho 26,61% e 25,59%.

Apesar de Osvaldo Coelho continuar com a maioria dos votos, tanto no município quanto nos bairros estudados, os percentuais de votação do candidato Gonzaga Patriota demonstram a sua maior aceitação entre os habitantes dos bairros mais periféricos.

3.2.9. Eleições Majoritárias - Prefeito 2004

O candidato Fernando Bezerra Coelho (PPS) foi reeleito, derrotando nas urnas o candidato do PSB, Gonzaga Patriota, com uma diferença de 3.541 votos. Bairros doados como o João de Deus e o São Gonçalo, não satisfeitos com a gestão do prefeito Fernando (2002-2004), canalizaram os votos contra o prefeito.

Naqueles dois bairros, somados os votos de Osvaldo aos de Fernando estes ainda foram em número inferior aos votos de Gonzaga: no João de Deus 1.841 votos (Fernando e Osvaldo) contra 2.084 votos (Gonzaga) e no São Gonçalo, 1.455 contra 1.478 votos.

TABELA 20 - Votação por bairro – Prefeito 2004

Bairro	Fernando	Osvaldo	Gonzaga
Ouro Preto	810	610	693
Jardim Amazonas	947	683	883
Pedro Raimundo	637	303	494
João de Deus	1167	674	2084
São Gonçalo	863	592	1478
Alto do Cocar	334	143	322
Cosme e Damião	379	161	362
Rio Corrente	289	224	479
Cohab VI	270	210	304
Quati I e II	659	455	721
Henrique Leite	437	182	227
Fernando Idalino	161	46	101
COHAB IV e V	2287	1928	2509
Pedra Linda	0	0	0
Dom Avelar	286	166	465
Antônio Cassimiro	164	102	187
Jardim São Paulo	0	0	0
Santa Luzia	492	190	722
José e Maria	3732	1431	2780
Totais parciais	14136	8100	14589
Total nos bairros	36825		

Candidatos	Partido	status	Votos
Fernando Bezerra Coelho	PPS	eleito	41.001
Luiz Gonzaga Patriota	PSB	não eleito	37.460
Osvaldo de Souza Coelho	PFL	não eleito	28.377
Total de votos válidos			106.838
Votos Nulos			7.001
Votos Brancos			1.534
Votos apurados			115.373
Abstenção			21.471
Total de eleitores			136.844

1) COHAB VI é o Parque Residencial São Francisco;
2) Somadas COHAB IV e V porque na divisão de "bairros" aparecem como COHAB Massangano;
3) Apesar de serem bairros de extrema importância para nossa análise, Pedra Linda, e Jardim São Paulo não têm seção, segundo dados fornecidos pelo TRE-PE, e o Fernando Idalino passa a ter seção em 2004.
FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE-PE (2006)

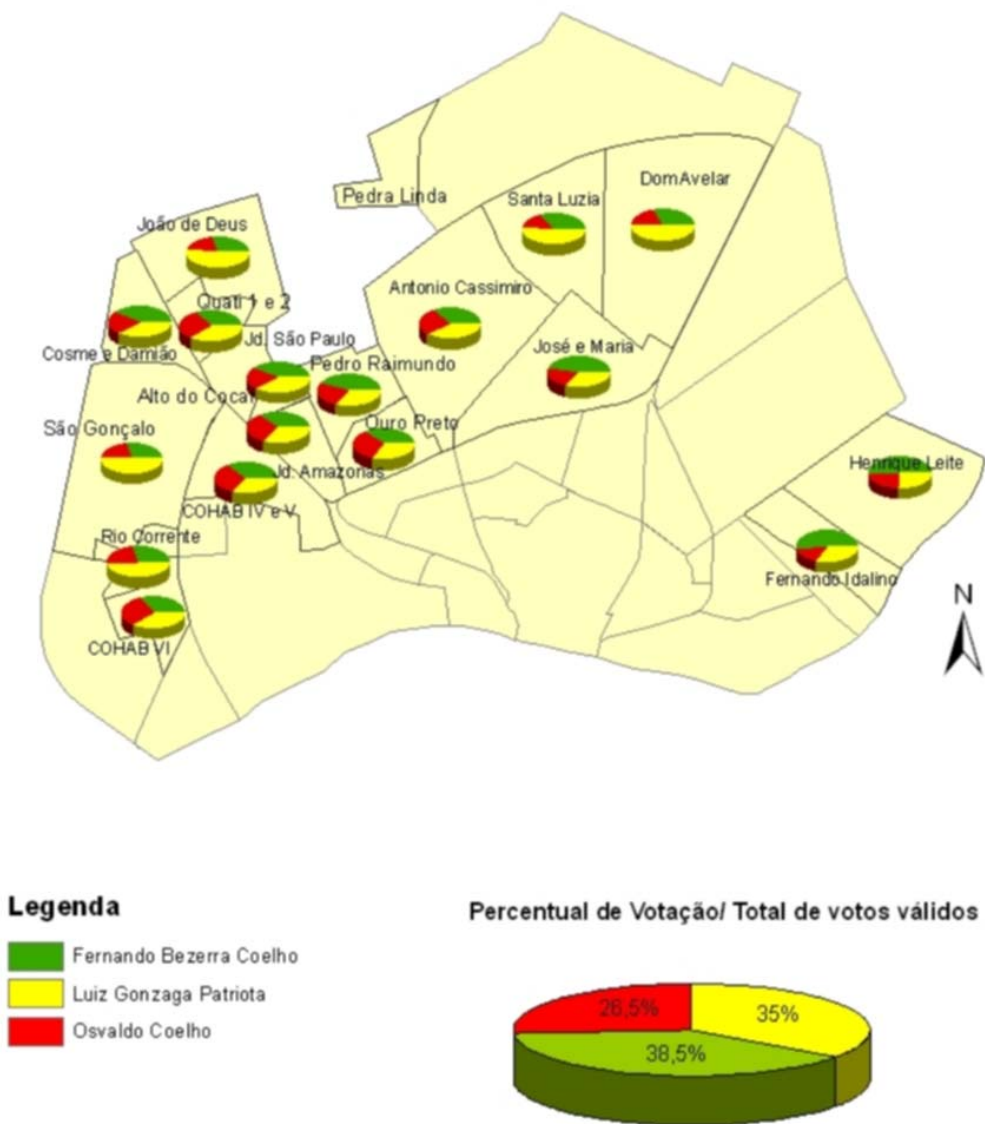


FIGURA 29 - Mapeamento da Eleição Majoritária Prefeito, 2004

FONTE – Elaboração Rosabelli Coelho dados TRE-PE (2006) em ArcGis e Excel

Fernando Bezerra Coelho tem a maioria dos votos no bairro José e Maria em função das muitas melhorias feitas naquela área no âmbito do PMI/Bairro Legal e pelo histórico de ações. O presidente da Associação de Moradores é enfático na existência de duas épocas, dois políticos do bairro: uma época de Diniz de Sá Cavalcante e outra de Fernando Bezerra.

Remetendo à gestão 2001-2004, e à votação muito mais expressiva, em 2000, do que a obtida na eleição de 2004, pelo político Fernando B. Coelho, acredita-se estar vinculada a resposta nas urnas - relativa ao terceiro momento

de regularização urbana abordado no capítulo 2 -, à pactuação e ao discurso de que as demandas dos bairros não poderiam ser atendidas pontualmente, mas, sim, por grupos de bairros (setores). As ações relativas à moradia (pavimentação, equipamentos públicos) eram parte de um todo de ações necessárias, priorizadas entre os representantes das comunidades. Apesar disso, constatou-se a repercussão negativa nas urnas das impressões de alguns presidentes de associação, não vinculados ao prefeito, nos bairros resultantes de loteamentos particulares como o Jardim Amazonas ou o Dom Avelar.

Comparando as votações no município e nos bairros estudados: Fernando B. Coelho tem 38,5% e 38,38%; Gonzaga Patriota tem 35% e 39,61%; Osvaldo Coelho tem 26,5% e 21,99% percentuais de votação total e votação nos bairros, respectivamente.

3.3. Política Habitacional e resultados Eleitorais em Petrolina

3.3.1. Famílias, Partidos, Chapas e Redes político-eleitorais

A rede de captação de investimentos para o município pode ser traçada de forma completa pela análise histórica das conexões da política local com a estadual e federal, tendo como grandes articuladores, no caso de Petrolina, os membros da família Coelho.

A atuação política da família tem início com a entrada de um dos filhos do Coronel Clementino Coelho, Nilo Coelho, eleito Deputado Estadual, em 1947, e Deputado Federal, em 1950. Antes dele, Petrolina tinha tido outro representante na Câmara de Deputados, Manoel Francisco de Souza Filho, aliado do Coronel Clementino Coelho, membro do Partido Republicano de Pernambuco. Foi Souza Filho, como deputado federal, o articulador da política local com a estadual e a federal durante a década de 20 (até o ano de 1929, quando foi assassinado).

Inicia-se a rede familiar a partir da eleição de Nilo e Osvaldo, em 1954, respectivamente para os cargos de Deputado Federal e Deputado Estadual, e, em 1955, é eleito José Coelho, o terceiro irmão, para o cargo de Prefeito Municipal (ver QUADRO 1, p.33).

A predominância dos Coelho em nível municipal foi garantida pela vitória quase total da família (oito dos nove vereadores e a prefeitura) nas eleições de 1955. Em âmbito estadual, a família ganhou proeminência por intermédio do PSD, partido também importante nacionalmente. Nilo de Souza Coelho, que foi o primeiro representante da família em um cargo estadual, procurava, já em julho de 1946, atrair a atenção dos homens do governo pernambucano para os problemas de Petrolina. Em uma entrevista à imprensa, lamentava ele que durante muitos anos o município “se estivesse mantido à sombra, ignorado pelo povo e pelos governantes de Pernambuco” (...) convocou (...) a despertar para a realidade de que “a maior influência social e econômica sofrida por Petrolina ainda é baiana (CHILCOTE, 1990, p.108).

A família Coelho, com a construção de conexões e o direcionamento de investimentos públicos, vislumbra o desenvolvimento do município também como um meio para atingir os interesses do grupo Coelho (indústrias, construtora, imobiliária, fazendas).

Em 1958, são reeleitos Nilo Coelho e Osvaldo Coelho. Em 1959, é eleito prefeito de Petrolina o engenheiro Luis Augusto Fernandes, casado na família Coelho, com mandato de 1959 a 1963. Todos vinculados ao Partido Social Democrático.

O comerciante Diniz de Sá Cavalcante ocupou o cargo de Vice-prefeito de 1959 a 1969 e foi aliado da família Coelho até 1985, quando rompe e se filia ao PMDB.

Particularmente em 1964, a partir do Golpe Militar, a rede familiar estava estruturada com um deputado federal (Nilo Coelho), um deputado estadual (Osvaldo Coelho), um vereador e líder da Câmara Geraldo Coelho e mais um mandato de José Coelho (o primeiro, de 1955 a 1959 e o segundo, de 1964 a 1969). Em 1967, se fortaleceu no período autoritário, quando passou a controlar o Governo do Estado, com Nilo Coelho indicado pelo próprio Castello Branco. Apesar de ter sido eleito para uma vaga na Câmara dos Deputados,

Oswaldo Coelho (PSD/ARENA) assume a pasta das Finanças no Governo de Nilo. Outro secretário de Nilo era o ex-prefeito Luis Augusto Fernandes, também da família.

Após muito tempo sem oposição acirrada ao poderoso Grupo Coelho, Mansueto de Lavor, padre da Diocese de Petrolina, Joaquim Florêncio, José Walter Lubarino, Geraldo Teixeira e Rui Amorim reúnem-se e fundam o MDB, em Petrolina. Mansueto é eleito deputado estadual pelo PMDB (mandato de 1979 a 1983), deputado federal (1983 a 1986) e com o apoio de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, foi eleito Senador (1987 a 1995). Desde a fundação do partido, em Petrolina, até 1992, o MDB/PMDB não conseguiu eleger nenhum dos candidatos lançados à prefeitura.

Em resumo, de 1956 até 1992 todos os prefeitos eram membros ou aliados da Família Coelho, vinculados ao longo do tempo aos partidos PSD, ARENA, PDS e, mais recentemente, PFL.

Em 1986, em função de desavença familiar, o grupo monolítico se divide. Paulo Coelho e seus filhos, Fernando Bezerra Coelho e Clementino de Souza Coelho, filiam-se ao PMDB com Diniz Cavalcante e passam a fazer oposição política a Oswaldo Coelho.

Uma eleição e uma frase demonstram a existência da herança de votos em função de apoio de determinado político a uma candidatura. Em 1992, a disputa pela prefeitura estava entre o candidato do PFL, Henrique Cruz (recifense, primo por parte de mãe do então prefeito Guilherme Coelho e sobrinho de Oswaldo Coelho) e Fernando Bezerra Coelho, dissidente da Família Coelho que entra no PMDB é apoiado por Diniz de Sá Cavalcante, herdando os votos dos eleitores deste. Henrique Cruz, desconhecido sem nenhum histórico de vida política e pública, recebe 27.408 votos contra 27.635 de Fernando Bezerra Coelho.

O prefeito eleito muito contrariou as previsões de Guilherme Coelho, do seu pai, Oswaldo Coelho, e do seu tio Geraldo Coelho, pois sempre acreditavam na permanência no poder municipal chegando

Guilherme Coelho a afirmar que em Petrolina não havia oposição à sua administração e até um 'jumento' como seu candidato seria eleito (BRITTO, 1995, p.100).

A cisão, nesse caso, não foi prejudicial em conseguir influência em nível estadual ou federal, porque a divisão da família deu margem a amplas conexões devido aos contatos já estabelecidos, deixando apenas de existir um grupo monolítico e hegemônico para ter dois grupos que se revezam no poder e igualmente monopolizam essa rede.

Tanto no âmbito da Assembléia Legislativa e da Câmara de Deputados (até no caso de Nilo como Governador e Senador da república), as conexões e a canalização de investimentos para a cidade foram feitas de forma efetiva e constante. O município foi sempre beneficiado com transferências de recursos da União e do Estado, desde aquelas que remontam os empreendimentos BNH-COHAB até as mais recentes emendas parlamentares pós-1985.

Ao longo do tempo, a ascensão da Família Coelho e suas conexões político-partidárias feitas com os Deputados, desde 1947, permitiram a canalização de vários investimentos federais, estaduais (ver QUADRO 3, p.149 e QUADRO 4, p.158). Sem mencionar as ações municipais relativas à habitação, feitas com recursos próprios, recorrentes em todas as gestões estudadas (1977 a 2004) como as doações de lotes, pavimentações, distribuição de kits de material de construção e mutirões para instalação de tubulação para saneamento (ver QUADRO 2, p.94 a 96).

Com Nilo Coelho, Osvaldo Coelho, Geraldo Coelho representando o município na esfera estadual e federal, entre os anos de 1967 e 1983, foram trazidos para o município 4505 unidades COHAB, para vários bairros da cidade, em maior número para o bairro hoje conhecido como COHAB Massangano, que reúne COHAB IV e V com um total de 3.295 casas.

Desde a extinção do BNH até 1996, foram 10 anos sem transferência voluntária do governo federal. Entre 1977 e 1992, nas gestões de Diniz de Sá Cavalcante, Augusto Coelho e Guilherme Coelho (quando Diniz ainda fazia

parte da ARENA), foram doados os bairros José e Maria, Pedro Raimundo, João de Deus, São Gonçalo, Henrique Leite e Cosme e Damião.

Após a redemocratização e principalmente após 1988, com a promulgação da Constituição cidadã, vemos a profusão de partidos e candidatos ligados ao PMDB, PSB, PT, entre outros. Em seu depoimento, Joaquim Florêncio, um dos participantes do movimento na época em que a oposição renascia sem nada, só com o posicionamento do povo, ressaltou que “o Movimento Democrático Brasileiro (*final dos anos 70*), depois PMDB (*início dos anos 80*), organizou até 14 associações de moradores. Dizíamos aos moradores, e principalmente aos presidentes de associação eleitos, que não se vinculassem a nenhum político, nem a nós”.

Alguns dos bairros mantêm sua votação ao político responsável pelo benefício ou ao político apoiado por quem trouxe benefício. O caso do João de Deus é emblemático, porque por mais que tenha sido doado na época de Augusto Coelho (PFL) teve muitas melhorias trazidas na época do Governador Miguel Arraes, quando Fernando Bezerra era Secretário. Até 2000, a votação era praticamente dividida entre PMDB e o PFL, com pequena participação do PSB. A partir da votação de 2000, os candidatos do PT e do PSB passam a ser os mais votados.

Há uma queda nesse período de 1992 a 2000 na distribuição de lotes. O município já havia parcelado e doado, entre 1983 e 1992, as áreas doadas pela CODEVASF ao município. A aquisição de terrenos para a distribuição de lotes passa a ser parte dos Planos de Governos dos candidatos a prefeito. As áreas adquiridas pela prefeitura são sem infra-estrutura e os parcelamentos e doações continuam sendo de terrenos limpos e não um lote urbanizado. Benefício deveria significar o lote passível de ser habitado, com infra-estrutura e o município não tem fôlego para prover tais melhorias. Começa a se tornar contraproducente em termos eleitorais doar terrenos em áreas afastadas sem infra-estrutura, a exemplo dos lotes no Pedra Linda II, doados às vésperas da eleição de Clementino, irmão de Fernando B. Coelho, eleição na qual Clementino não foi eleito muito pela concorrência de Gonzaga Patriota (do

mesmo partido PSB, mas Gonzaga tinha o apoio do PT). A ruptura de Isabel Cristina (PT) com o governo de Fernando Bezerra Coelho repercutiu nas urnas contra Clementino Coelho. Os votos da chapa Isabel/Gonzaga desbancaram os políticos da elite local, anteriormente mais votados.

Em um primeiro, e longo período, a família Coelho ramificada estava representada em todas as esferas possíveis e detinha absoluta a rede de contatos. No segundo momento, ocorre o 'racha' com a ida de alguns membros da família para o PMDB. Em terceiro, emerge o PSB e o PT (e também a composição PSB/PT) em um novo "grupo político". A rede continua incólume, convive com a participação em ambas as facções de membros da família.

Nos anos 90, são pouquíssimos os investimentos federais canalizados para habitação. As ações municipais no âmbito da habitação praticamente se restringem à doação de lotes, poucos frente aos que foram doados até 1992, mantidas ao longo de todas as gestões estudadas. Na gestão 1993 a 1996 de Fernando Bezerra Coelho, são doados lotes no Fernando Idalino Bezerra e feitos trabalhos de dotação de infra-estrutura, principalmente no centro da cidade e com o apoio de Miguel Arraes no Bairro João de Deus:

Toda a infra-estrutura do bairro João de Deus foi conseguida por meio do atual prefeito Fernando, com uma grande parcela de contribuição do governador Miguel Arraes. Todos os políticos são responsáveis pela infra-estrutura da cidade e o João de Deus faz parte de Petrolina. Existem vereadores, deputados estaduais e federais que só enxergam os bairros na época próxima às eleições. Nós temos uma grande vantagem em Petrolina, porque nós temos famílias, filhos de Petrolina que querem o melhor para a cidade. Por isso, na minha avaliação, todos os deputados que passaram deram sua parcela de contribuição para melhoria do João de Deus e de Petrolina (SILVA, 7 jan. 2006).

A partir da segunda metade dos anos 90, de forma mais coordenada a partir de 2001, a regra federal mudou buscando a diminuição do desvio de verbas e do superfaturamento. O recurso continua vindo pela via política, mas a apresentação de projetos, a prestação de contas, e outras contrapartidas de cunho social têm sido exigidas e controladas. Com as casas construídas pelo Programa Morar Melhor a gestão e a fiscalização aconteceram ainda sem maior rigor. Já com as casas do PSH, só havia o repasse do valor dos kits de

material de construção, após as medições feitas e a construção analisada *in loco* por técnicos da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição responsável pelo Programa, na tentativa de refrear a construção de unidades habitacionais em lotes não urbanizados.

No seu segundo mandato, Guilherme Coelho (1997-2000) não beneficia os bairros da Periferia e há novamente a troca de partido no poder.

QUADRO 3 - Programas Habitacionais e de Infra-Estrutura (Federal e Estadual) por bairro

Ano	Governo Estadual	Governo Federal	Bairro	Chapa/ Político/ Cargo
1967	COHAB PE	BNH	COHAB I Bairro Areia Branca - 440 unidades	Nilo Coelho Governador de Pernambuco (1967 a 1970), José de Souza Coelho Prefeito PSD/ARENA
1978	COHAB PE	BNH	COHAB II - 500 unidades	
1980	COHAB PE/ SEHAB	BNH	COHAB III - 270 unidades	Nilo Coelho Senador, Osvaldo Coelho Deputado Federal, Diniz Cavalcante Prefeito ARENA
1982	COHAB PE/ SEHAB	BNH	COHAB IV 180 unidades	
	IPSEP	BNH	COHAB IV 1670 unidades	
1983	COHAB PE	BNH	COHAB V - 1045 unidades	Osvaldo Coelho Deputado Federal, Fernando B. Coelho Deputado Estadual e Augusto Coelho Prefeito PDS
	COHAB PE/ SEHAB	BNH	COHAB V - 400 unidades	
1994	-	-	-	
1996	COHAB -PE	Habitar Brasil (HBB) CAIXA	Urbanização de área ocupada - Fernando Idalino (obra finalizada em 01/03/1997) Cohab VI	Governo Miguel Arraes, Deputado Estadual Diniz Cavalcante (PMDB)
1998		PASS -BID	São Gonçalo (sistema de esgoto - obra finalizada em 13/04/1999)	Osvaldo Coelho Deputado Federal (PFL)
2000		Morar Melhor Produção de moradias Pro-Infra	69 embriões construídos em vários bairros - PROJETO aprovado	Osvaldo Coelho Deputado Federal PFL / Obras finalizadas somente em 2003
2002-2004		Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social PSH	Vários bairros (João de Deus, São Gonçalo, Cosme e Damião...) PROJETO 1.375 casas - Lotes em leilão, análise da infra-estrutura da área, orçamento aprovado na Câmara de Veradores, Contrapartida	
2002-2004		Programa Multissetorial Integrado PMI	12 áreas da periferia de Petrolina PROJETO junto ao BNDES (alta contrapartida do município)	
2003 - 2004		Programa Pós enchente	(casas construídas com verba liberada pelo Governo Federal em vários bairros)	

Na segunda gestão de Fernando Bezerra Coelho as reivindicações dos presidentes de bairro constam do Programa Multissetorial Integrado. Não satisfeitos com o atraso e o resultado do programa que tentava dotar de equipamentos e infra-estrutura (o que não era entendido pelos presidentes de

associação como um benefício para o conjunto e não só para o seu bairro), muitos grupos de bairros se vinculam a Gonzaga Patriota, do PSB.

Ainda hoje, no âmbito dos Programas Federais (para habitação ou qualquer outro fim), a distribuição dos recursos é absolutamente aleatória do ponto de vista de política urbana, de critério. Os critérios têm sido capacidade de endividamento (se o município não tem, não pode pleitear) e a existência de rede para obter os recursos estaduais e federais.

A forma de obter os repasses politicamente, por emenda parlamentar ou pelo orçamento, continuou na área de desenvolvimento urbano, particularmente na área de habitação e de saneamento ao longo do Governo Lula. Ao mesmo tempo, o governo Federal investiu na construção de outros mecanismos decisórios por intermédio do processo de Conferência das Cidades, do Conselho das Cidades. O objetivo era construir uma política pública por meio de um processo de debate público, que ganhou muita visibilidade, e de planejamento participativo que define prioridades, dentro da ordem jurídica que o Movimento Social conquistou. Hoje, co-existem as redes previamente construídas e as redes de tensionamento com a busca pela participação popular.

4. Considerações finais

Benefícios habitacionais e a organização das eleições

Utiliza-se a resposta de Cherkezian para a escolha da habitação como a lente pela qual olha-se a questão do voto e vice-versa.

Por que habitação? Habitação com boas razões é uma das principais reivindicações da população pobre das cidades do país. É o fulcro no qual se apóiam todas as demais atividades da população (...) todas as necessidades para a fruição de uma vida saudável dependem da possibilidade de morar decentemente (CHERKEZIAN; BOLAFFI, 1998, p.128).

Segundo o presidente do bairro Jardim Amazonas, bairro doado em Petrolina tem mais influência na hora de exigir o direcionamento de melhorias do que os loteamentos particulares, vendidos à população, que não têm o respaldo da prefeitura. Com isso, os moradores dos loteamentos particulares “se sentem mais livres, também, para votar nos políticos que acham melhor” (NASCIMENTO, 6 jan. 2006). Os votos não estariam “amarrados” é o que se constatou em poucos loteamentos particulares, como o Santa Luzia e Antônio Casimiro, cujas seções tem poucos eleitores. Ao se analisar as votações de 1994 até 2000, verifica-se que alguns loteamentos particulares, como os Quatis I e II, o Alto do Cocar se comportam como doados, em tese por terem sido ‘vendidos’ pela imobiliária de um candidato. Esses loteamentos receberam benefícios do poder público municipal e foram sendo urbanizados ao longo dos anos, recebendo saneamento e pavimentação.

De 1976 a 2004, foram doados aproximadamente 15.000 lotes em 39.342 domicílios urbanos (IBGE, 2002), significando que ao menos 38,1% das famílias, em Petrolina, receberam lote como doação. Aproximadamente 80% dos lotes foram doados até 1992, período da hegemonia do bloco herdado por Osvaldo de Nilo Coelho. As doações e outras melhorias ainda repercutiram nas urnas, positivamente à essa facção, até as eleições de 2000. A partir daí, a maioria dos votos nos bairros estudados passa a ser destinada aos candidatos do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista Brasileiro.

Com poucos recursos e com a estrutura de gestão no município pouco consolidada, parecia que as ações relativas à habitação, ou qualquer outro benefício social, podiam ser utilizados de forma clientelista, aproveitando a máquina pública para obtenção de votos. Mas a questão não era bem o clientelismo, mas, sim, a busca por entender a relação existente entre política habitacional e voto, entre o comportamento eleitoral e estratégias dos políticos. Aí, o objeto da pesquisa ficou circunscrito e se passou a ver o fenômeno da doação não mais por um viés meramente negativo e questionável.

A doação não responde somente às segundas intenções de políticos. O benefício da habitação construído de forma subsidiada tem sido dado a pessoas com renda de 0 a 3 salários mínimos, perfil econômico que não era contemplado em programas estaduais e federais, levados ao município até 1986. A ação governamental passa a considerar de forma real essa faixa da população principalmente a partir do final dos anos 90, com melhoras também paulatinas na conformação do Programa Morar Melhor e do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

Durante muito tempo, principalmente após a falência do BNH, foi a ação solitária do governo municipal de Petrolina com a política de doação de lotes, que não deixava a área da habitação sem uma resposta. Estava implícita na ação a importância de responder à necessidade, ao direito social básico: a habitação, mesmo que de forma precária, é garantia de que o pobre não terá de pagar para morar. Mesmo que o lote seja um pedaço de terra em área desprovida de urbanidade, mesmo que a casa seja de papelão ou taipa, as melhorias se dão com o passar dos anos, e a satisfação da propriedade, mesmo que de forma precária, é como uma catapulta para melhoria de vida.

O eleitor vota em função do benefício que ele recebeu. Outras melhorias nos bairros, como pavimentação, saneamento, posto de saúde, podem ser levadas em consideração, mas o lote ou a casa é algo que atinge uma família de eleitores particularmente.

No bairro José e Maria, com o passar do tempo, verificando cada eleição observa-se que apesar dos políticos responsáveis pela doação terem sido vinculados à ARENA, na época da abertura do bairro, os votos ficaram personificados. Diniz Cavalcante passou da ARENA para o PMDB e canalizou parte dos votos consigo. A partir de 2000, a maioria dos moradores vota nos políticos apoiados por Diniz. Os votos que antes eram majoritariamente da ARENA/ PDS/ PFL, hoje são do PPS, PSB e PT e dos políticos que fazem essa passagem.

A disputa é cada vez mais acirrada: os eleitores têm mais opções de candidatos para poucas vagas, além disso, a expectativa é que estejam mais politizados, porque sabem que os que não exigem não cabem em orçamento, os que não “berram” (ou que votam contra) podem ser tratados com mais deferência em outro mandato. Os que se colocam como insatisfeitos mas que não reclamam, não estão organizados politicamente, não encontraram ainda no voto a maneira de expressar a insatisfação e se fazerem entendidos.

É assim que Isabel Cristina de Oliveira, do Partido dos Trabalhadores, inicia arrematando votos principalmente nos bairros periféricos. Em 1998, a candidata a Deputada Estadual, recebe 5.404 votos (1.351 votos nos bairros estudados, 25% do total de votos no município) e, em 2002, recebe 13.012 votos em todo o município (e 4.706 votos nos bairros estudados, 36% do total de votos no município). A diferença de votação entre 1998 e 2002 é de 7.608 votos. Nos dois momentos fica como suplente, mas na eleição de 2002 é visível o salto. Muito desse salto pode estar relacionado à conexão PPS/PT na eleição de 2000, quando foram eleitos, com a maioria esmagadora de votos, Fernando Bezerra Coelho (PPS) como prefeito e Isabel Cristina (PT) como vice-prefeita. A aliança local foi desfeita e Isabel Cristina lançou-se Deputada Estadual, em 2002, mas ficou como suplente e, em 2003, após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, assume a superintendência Regional da CODEVASF.

Analisando a votação em alguns bairros, verifica-se, por exemplo no João de Deus, aberto na gestão de Augusto Coelho (PDS/ PFL), que não só o PMDB (oposição quando da doação do bairro), mas também os Coelho,

candidatos do PFL, sempre recebiam grande maioria dos votos. A partir da eleição de 1998, há uma mudança e a população passa a canalizar os votos para candidatos do PSB e do PT. Nessa época, houve uma presença significativa de Miguel Arraes junto ao bairro, trazendo a infra-estrutura esgotamento sanitário.

Para o Presidente da Associação do João de Deus é complicado saber o político de maior peso na área porque,

no período eleitoral as pessoas que lutam por melhoria apóiam mais a oposição. Gonzaga Patriota, como Deputado Federal, teve uma votação expressiva. Hoje, as pessoas pendem para a esquerda por estarem lutando e reivindicando e por acharem que quem é a oposição vai poder ajudar mais a gente aqui (NASCIMENTO, 7 jan. 2006).

No Bairro Cosme e Damião, o presidente de associação não indica os políticos “escolhidos” no bairro. No início entendeu que o interesse da pesquisadora era em saber se ele indicava os políticos aos moradores do bairro e foi bastante claro ao suscitar que, apesar de achar que a figura do presidente de Associação de Moradores tenha um pouco da responsabilidade de apontar políticos,

essa é uma prática que eu como presidente sempre procurei fazer diferente. Eu tenho visto na história de Petrolina, na história das associações de moradores como um palanque político de vereador a ou b, estava sempre a serviço de alguém. Eu sempre procurei desmistificar isso porque eu tenho certeza que esse não é o papel da Associação de moradores. É o papel de estar a serviço da comunidade reclamando e fazendo com que as coisas aconteçam. Agora, nessa história toda eu estou à frente da associação de moradores há 4 anos, o bairro tem 15, então 11 anos que me antecederam existia uma prática aqui que *fulano* é que mandava na área, pegava alguém e ia fazer aquela política partidária aqui dentro. Procurava eleger alguém para que depois tivesse aquele aparato todo e puxando, na maioria das vezes, para benefício próprio. Durante 4 anos, a comunidade é testemunha disso e talvez seja também uma das causas que não agradou muito porque a gente tem uma comunidade formada por pessoas simples menos esclarecidas que se deixam levar por conversa fiada e essa prática já foi tão batida que 4 anos não foram suficientes para combater a prática dos 11 [anos](...) (PESSOA, 2006).

O bairro agora se coloca neutro e, apesar de ter sido doado em 1990, na gestão de Guilherme Coelho, adere à insatisfação com os gestores que se

revezam no poder e quase dá a maioria dos votos ao candidato do PSB Gonzaga Patriota, em 2004.

Os moradores do loteamento Henrique Leite tem grande vinculação com o político responsável pela doação dos lotes (Fernando Bezerra Coelho).

O presidente da Associação de Moradores do Henrique Leite destaca a sua condição de cargo comissionado junto ao poder executivo municipal. A pergunta é acerca da sobrevivência do Presidente de associação, uma vez que passa maior parte do tempo sendo cobrado pelos moradores sobre as melhorias que precisam ser feitas no bairro. “Os presidentes de associação são muito cobrados (...) acaba ficando como vereador e prefeito da comunidade. Quem está vendo o problema é o Presidente da Associação e quando ele não consegue resolver, ele é criticado” (FRANCISCO, 2006).

Um dos atores importantes em levar às esferas de poder (legislativo e executivo – em Petrolina vão direto ao Prefeito em grande parte dos casos) a reivindicação das melhorias cobradas dele, o presidente de associação de moradores representa, faz conexões (muitas vezes diretamente com o prefeito), e é o que, no final das contas, “organiza” a eleição, recebendo muito do crédito pelo benefício e por sua intermediação junto ao poder público.

Em 97/98, entraram com um projeto para pagar um salário mínimo aos Presidentes de Associação. Foi julgado inconstitucional porque é uma entidade sem fins lucrativos e por que o Presidente de associação iria ganhar para isso? Para você ter uma idéia para conseguir qualquer recurso temos que correr atrás de patrocínio. Nós não temos recursos nenhum. É minha vontade estar na presidência da Associação e acho que se estou há três mandatos e o povo não me chutou ainda é porque devo estar fazendo algo de bom (FRANCISCO, 2006).

Percebe-se que muitos dos eleitores não sabem por si só qual político “trouxe” ao bairro um investimento, se a verba foi federal, estadual ou municipal e recorrem à indicação do “presidente de bairro”. Para deixar a população ciente dos responsáveis pelo investimento, os presidentes de associação, muitas vezes, são esses componentes importantes, articuladores da população, na cobrança das melhorias que vêm aos poucos, na reivindicação e

também no retorno aos políticos, uma vez que muitos estão vinculados, abertamente, a esta ou aquela rede de políticos ou partidos.

Por isso, os vereadores em Petrolina são considerados menos importantes para as reivindicações da população se fazerem chegar ao executivo ou aos deputados estaduais e deputados federais. De certa forma, os presidentes de associação de moradores formam essa rede que precisa ter representantes em vários escalões para canalizar investimentos e continuar no poder. Quem organiza a reprodução eleitoral, a rede entre a elite local e a população é o “presidente de bairro”. Na verdade, o presidente de associação de moradores, como nos depoimentos do presidente da Associação de Bairro do Ouro Preto “o elo maior somos nós da presidência de bairro, a gente se une aqui e vai direto ao prefeito” e da Presidente da Associação do Jardim São Paulo e o do Henrique Leite defendem vereadores e indicam os que apóiam. “O povo procura mesmo o presidente de bairro (...) o povo dá credibilidade ao presidente do bairro (...) e eu digo vote em fulano, porque é uma pessoa que eu conheço” (AMORIM, 2006).

A existência de vários presidentes de Associação de Moradores, com cargos na administração municipal já havia sido mencionada em relatório Ex-Post de avaliação do Bairro Legal (nome fantasia do Programa Multissetorial Integrado). Indicava o relatório o lado negativo da amarração de alguns presidentes de associação de moradores com a máquina do executivo municipal, muitos com empregos de confiança em órgãos da prefeitura. Essa vinculação dá margem a algumas perguntas complementares sobre o papel dessa relação direta entre os representantes dos moradores e os prefeitos e a repercussão dela nos delineamentos de políticas.

A cada eleição a elite política tem de se viabilizar eleitoralmente e a disputa é acirrada. A sobrevivência da elite local se dá em função da rede dentro e fora do Estado que capta recursos estaduais, recursos federais, e para isso têm de ser eleitos deputados estaduais e federais.

Seja por transferências voluntárias, emendas parlamentares ou projetos aprovados, todas as novidades em produtos habitacionais são aproveitadas pelos gestores municipais, sempre remetendo às conexões construídas por políticos da família Coelho. A capacidade que tiveram de manter representantes nas esferas do poder, ao longo dos anos, resultou no direcionamento contínuo de investimentos ao município, sempre com intervenções no campo habitacional (ver QUADRO 4, p.158).

QUADRO 4 - INVESTIMENTOS REPASSE ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (CAIXA/ MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE - DE 1996 A 2004

PREFEITO	EXERC_ORÇAM	PT	PT_DV	PROGRAMA	OBJETIVO	DT_ASSINATURA	SIT_CONTRATO	NOME_TOMADOR	VLR_INVESTIMENTO	VLR_REPASSE	VLR_CONTRAPARTIDA	VIGÊNCIA	OBJETO	PRAZO_EXECUÇÃO	LOCALIDADE	DT_PUBLICAÇÃO_DOU	ANO_MES_PERCENT	ULT_%REALIZADO
FERNANDO COELHO	1996 ANO ELEITORAL	0037769	17	PRO-INFRA (EMENDA)	PRO-INFRA/INF EST AR DEG INSAL SIT RISCO	29-Nov-96	em situação normal	PM PETROLINA-PE	1,875,000.00	1,500,000.00	375,000.00	13-Dec-96					199612	100
		0037285	48	HABITAR BRASIL	HABITAR / URBANIZACAO DE AREA OCUPADA	26-Jun-96	em situação normal	PM PETROLINA-PE	150,000.00	120,000.00	30,000.00	13-Apr-97					199703	100
GUILHERME DE SOUZA COELHO	1997	0043397	96	PASS	PASS/ESGOTO-IMPL SIST ESG SANITARIO	24-Dec-97	em situação normal	PM PETROLINA-PE	240,000.00	200,000.00	40,000.00	13-Apr-98	IMPLANTACAO DE ESGOTAMENTO CONDOMINIAL COM 2.893M DE REDE EXTERNA.	4	PETROLINA / IZACOLANDIA		199803	100
	1998	0073536	34	HABITAR BRASIL	HABITAR/URB AREA OCUP-MELH UNID HABITAC	30-Jun-98	em situação normal	PM PETROLINA-PE	78,793.78	59,095.33	19,698.45	13-May-00	CONSTRUCAO DE 95 UNID. SANITARIAS	2	PETROLINA / SERROTE DO URUBU		200002	100
		0073582	94	PASS	PASS/ESGOTO-AMPL SIST ESG SANITARIO	22-Dec-98	em situação normal	PM PETROLINA-PE	500,000.00	500,000.00	-	13-Apr-99	AMPLIACAO DO SIST DE ESGOT BAIRO SAO GONCALO	2	PETROLINA / CAATINGUINHA		199902	100
		0073587	00	HABITAR BRASIL	HABITAR/URB AREA OCUP-MELH UNID HABITAC	30-Jun-98	em situação normal	PM PETROLINA-PE	68,005.88	54,415.00	13,590.88	13-Oct-99	CONSTRUCAO DE 82 UNID. SANITARIAS	2	PETROLINA / CAITITU		199908	100
	1999	0092056	73	PRO-INFRA	PRO-INFRA/INF EST AR DEG INSAL SIT RISCO	17-Dec-99	em situação normal	PM PETROLINA-PE	811,488.71	664,000.00	147,488.71	13-Oct-01	IMPLANTACAO DE TERMINAL DE TRANSBORDO(COMPLEXO TIP),PAVIMENTACAO, GUIAS E SARJETAS	7	PETROLINA	30-Dec-99	200311	100
		0092055	58	HABITAR BRASIL	HABITAR/URB AN OC-CONST MELH UNID HAB	28-Dec-99	em situação normal	PM PETROLINA-PE	124,118.25	100,000.00	24,118.25	13-Dec-00	MELHORIA DAS COND. HABITACIONAIS NO BAIRO VILA EDUARDO EM PETROLINA - PE	6	PETROLINA	31-Dec-99	200104	100
	2000 ANO ELEITORAL	0102304	13	MORAR MELHOR	MM-ACAO PROD MORAD-PROD MOR E URB A OCUP	30-Jun-00	em situação normal	PM PETROLINA-PE	153,663.76	90,000.00	60,500.00	28-Jun-03	MELHORIA DAS CONDICÕES HABITACIONAIS EM PETROLINA	6	DIVERSAS LOCALIDADES	18-Jul-00	200311	100
		0106380	31	MORAR MELHOR	MM-ACAO PRODUCAO DE MORADIA-PROD MORAD	30-Jun-00	em situação normal	PM PETROLINA-PE	323,031.79	200,000.00	111,500.00	28-Jun-03	PRODUCAO HABITACIONAIS	3	PETROLINA	18-Jul-00	200311	100
		0101324	38	PRO-INFRA	PRO-INFRA/INF EST TRANS COL E SEG VIARIA	30-Jun-00	em situação normal	PM PETROLINA-PE	423,716.40	345,000.00	74,000.00	30-Jun-03	INFRA ESTRUTURA URBANA EM PETROLINA	3	PETROLINA	18-Jul-00	200211	100
FERNANDO COELHO	2001	0123258	97	MORAR MELHOR	MM-ACAO RES SOLIDOS-ERRADICACAO LIXOES	12-Dec-01	em situação normal	PM PETROLINA-PE	132,000.00	120,000.00	12,000.00	31-Aug-06	ERRADICACOES DE LIXOES	1	PETROLINA	21-Jan-02	200605	94.87

Fonte: CAIXA, 2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. *Espaço e debates*, São Paulo, ano X, n. 31, p. 21-36, 1990.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 225-240, mar. 1994.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e poder*: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 135p.

AZEVEDO, Sérgio. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In DINIZ, Eli. *Políticas públicas para áreas urbanas*. Dilemas e alternativas. Série Debates urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. vol 4, p.67-114.

BONDUKI, Nabil. (Org.) *Habitat*: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Texto atualizado em 30.3.01 / Última Lei 9.785, 29.1.1999. Disponível em: < http://www.der.rj.gov.br/leg_lei6766_79.asp > . Acesso em: 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política nacional de habitação. *Caderno MCidades Habitação*, Brasília, nov. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos multissetoriais integrados urbanos (PMI), **BNDES**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/social/pmi.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos multissetoriais integrados urbanos (PMI), **BNDES**, 18 abr. 2006. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/2006/not047_06.asp> . Acesso em: 20 maio 2006.

BRASIL. Secretário Especial de Desenvolvimento urbano da Presidência da República. Verba do orçamento geral da União e definição por emenda parlamentar. **Morar melhor**. Portaria nº 21 de 25 de maio de 2000.

BRITTO, Maria Creusa de Sá y. *Petrolina*. Origem, fatos, vida, uma história. Do desbravamento do município a 1992. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995. 381 p.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Programa Morar Melhor. 2000. mimeo.

CARDOSO, Adauto Lucio (Coord.). *A municipalização das políticas habitacionais*: uma avaliação da experiência recente (1993-1996) Rio de Janeiro: FASE: UFRJ/ IPPUR/Observatório de Políticas Públicas e Gestão municipal, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

- CAVALCANTE, Carlos. **Nilo Coelho**. Recife: CEPE, 1997. (Série Perfis Pernambucanos).
- CHERKEZIAN, Henry; BOLAFFI, Gabriel. Os caminhos do mal-estar social: habitação e urbanismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 50, p. 125-147, 1998.
- CHILCOTE, Ronald. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: Edusp, 1990.
- DINIZ, Eli (Org.) **Políticas públicas para áreas urbanas**. Dilemas e alternativas. Série Debates urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Betânia. **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 512 p.
- GUIA CIDADES. **Guia Net Brazil**. Disponível em: <http://www.guianet.com.br/pe/mapape.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2006.
- IBGE. Resultados do universo do censo demográfico (2000): malha setorial digital dos municípios. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM
- IPSA. Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas. Sistematização da Leitura da Realidade Municipal para o Plano Diretor Participativo de Petrolina. Recife, 2005. mimeo.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.
- MELO, Marcus André B.C. de Melo. Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política de habitação. **Espaço e debates**, São Paulo, ano VII, n. 24, p.75-85, 1988.
- LOPES, Esmeraldo. **Opara**: formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: 1997. 247 p.
- PADILHA, Antônio de Santana. **Petrolina no tempo, no espaço, na vez**. Recife: FIAM / Centro de Estudos de História Municipal, 1982. 162 p.
- PEREIRA, Eudete. **Vila José e Maria, o papelão que virou cidade**: a conquista de um povo sofrido pela seca, pelo desemprego, pela grilagem. Petrolina, 1983. (Mimeo)
- PERNAMBUCO (Estado). **Plano diretor de desenvolvimento urbano - Petrolina**. Recife: SEPLAN, 1983. v.2.
- PETROLINA (Pernambuco). Lei Orgânica do Município de Petrolina, de abril de 1990.
- PIERSON, Paul. The new politics of the Welfare State. John Hopkins Universtiy Press, 1996. Disponível em www.people.fas.harvard.edu/~iversen/pdffiles/48.2pierson.html Acesso em 15 jun. 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA (PMP). Secretaria de Projetos e Desenvolvimento Social. **Projeto de participação comunitária morar melhor**, Out. 2001. (Mimeo)
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA (PMP). Disponível em <http://www.petrolina.pe.gov.br/acidade.asp?c=historia> Acesso em 11 Ago. 2007.

- PROJETO preliminar. Programa Multissetorial Integrado (PMI): periferia bairro. Petrolina: Prefeitura de Petrolina/ FINAME/ BNDESPAR, set. 2001. (Mimeo)
- RAMOS, Soraia de Fátima. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas**: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA). 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RECIFE (Pernambuco). Tribunal regional eleitoral do Recife. **Dados das eleições de 1994 a 2004**. (Mimeo)
- RELATÓRIO de avaliação 01. Programa Multissetorial Integrado (PMI): bairro legal. Petrolina: Consórcio COGENTE/ VERTRAG, jul. /dez. 2002/2003. (Mimeo)
- RELATÓRIO de avaliação Ex-Post. Programa Multissetorial Integrado (PMI): bairro legal. Petrolina: Consórcio COGENTE/ VERTRAG, jun. 2003 (Mimeo)
- ROLNIK, Raquel (Coord.). Regulação urbanística e exclusão territorial. **Revista Polis**, São Paulo, n. 32, 1999.
- ROLNIK, Raquel et al. **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006. 224p.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SANTOS, M. A.. **Território e Sociedade**, entrevista a Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, 128p.
- SEHURB. Planta do loteamento Vale do Grande Rio, 2004. (Mimeo)
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.
- SOUZA, Maria Adélia. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: CSABA, Deak; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 111-144. v.1.
- SOUZA, Maria Adélia; CATAIA, Márcio; TOLEDO JUNIOR, Rubens. **Território, lugar e poder**: a expressão territorial do voto no Ceará. Campinas: Territorial, 2002. 253 p. v. 1.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TRE-PE). Arquivos de eleições. 1976 - 2004
- VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

ENTREVISTAS

- AGOSTINHO, José dos Santos. Petrolina/PE, 9 jan. 2006. Gravação digital. (29min. 33s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores do Dom Avelar).

AMORIM, Regina. Petrolina/PE, 8 jan. 2006. Gravação digital. (24min. 19s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores do Jardim São Paulo).

ARAÚJO, Jailson. Petrolina/PE, 10 jan. 2006. Gravação digital. (9min.) Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de moradores do Pedro Raimundo).

BARBOSA, Hélio. Petrolina/PE, 9 jan. 2006. Gravação digital. (9min. 31s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores do José e Maria).

BORGES, Mariza. Petrolina/PE, 7 jan. 2006. Gravação digital. (29min. 53s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Ex-presidente da Associação de Moradores do Quati).

CALDAS, José. Petrolina/PE, 10 jan. 2006. Gravação digital. (9min. 50s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Histórico Cohab IV e Cohab V na Fazenda Massangano).

FELIX, Antônio (Antônio Gordo). Petrolina/PE, 8 jan. 2006. Gravação digital. (39min. 49s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Ex-presidente da associação de moradores do João de Deus; Ex-presidente da associação de moradores do loteamento Santa Luzia).

FERNANDES, Wilson. Petrolina/PE, 10 jan. 2006. Gravação digital. (23min. 22s) Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores do São Gonçalo).

FRANCISCO, Joaquim. Petrolina/PE, 6 jan. 2006. Gravação digital (18min. 32s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação dos Moradores do Bairro do Henrique Leite).

NASCIMENTO, Francisco. Petrolina/PE, 7 jan. 2006. Gravação digital. (10min. 37s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores de João de Deus).

NASCIMENTO, José Raimundo do. Petrolina/PE, 6 jan. 2006. Gravação digital (16 min. 54 s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Ex-presidente do Jardim Amazonas).

NUNES, Avelar. Petrolina/PE, 11 jan. 2006. Gravação digital. (9min. 31s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores da Pedra Linda).

PESSOA, Francisco. Petrolina/PE, 7 jan. 2006. Gravação digital (22min. 18s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação dos Moradores do Cosme Damião).

RIBEIRO, José. Petrolina/PE, 8 jan. 2006. Gravação digital. (9min. 32s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores do Alto do Cocar).

SILVA, Valdir. Petrolina/PE, 9 jan. 2006. Gravação digital. (12min. 16s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação de Moradores do Antônio Cassimiro).

SOUZA, Adeildo. Petrolina/PE, 7 jan. 2006. Gravação digital (14min. 58s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da Associação dos Moradores do Ouro Preto).

Entrevistas complementares:

ALEXANDRE NETO, José. Petrolina/PE, 11 jan. 2006. Gravação digital. (28min. 11s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho (Secretário de Urbanismo).

ARAÚJO, José Wilson. Petrolina/PE, 6 jan. 2006. Gravação digital. (41min. 45s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Presidente da FEAMUPE Federação das Associações do município de Petrolina).

COSME, Cavalcanti. Petrolina/PE, 7 jan. 2006. Gravação digital (23min. 18s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Ex-secretário de Obras na Gestão de Augusto Coelho).

NAHÚ, Mônica; SANTOS, Maria de Fátima. Petrolina/PE, 11 jan. 2006. Gravação digital. (36min. 49s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho. (Diretora de Urbanismo e ex-Secretária de Habitação de 1991 a 1993; Setor de registro da SEHURB, - respectivamente).

SILVA, Maria dos Anjos. Petrolina/PE, 7 jan. 2006. Gravação digital. (15min. 48s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Primeira presidente de associação de moradores do João de Deus).

TARGINO, Paulo. Petrolina/PE, 9 jan. 2006. Gravação digital. (8min. 59s). Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Histórico do Bairro do Antônio Cassimiro).

VENÂNCIO, Rosa. Petrolina/PE, 7 jan. 2006. Gravação digital. (7min.) Entrevista concedida a Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho e Joaquim Florêncio Coelho. (Habitação antiga do Ouro Preto).

ANEXOS

Anexo A – QUADRO 5 Cronologia Política e de inserção da Cidade no cenário nacional. Presença governamental (federal e estadual) no município 1930 a 1975

	Ano	Brasil	Pernambuco	Petrolina
Dependente das decisões a nível nacional	1930	24/10 Rende-se o governo legalista do Dr. Washington Luiz, no Rio. Getúlio Vargas assume o poder. Revolução de 30 e Estado Novo	04/10/1930 Revolução em RS, MG, PB e PE 24/10/1930 Interventor Federal em Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti 14/10/1934 Eleição para Câmara Federal e Assembléia Estadual	01/06 Tomam posse Prefeito Antônio Coelho e Sup-Prefeito Antônio de Santana Padilha (terminaria em 1931) – composição política a pedido de D. Malan ao então gov. Dr. Estácio Coimbra 10/10 Petrolina ocupada por forças rebeldes (Juazeiro por forças legalistas) 24/10 Pacífico da Luz , nomeado por Carlos de L. Cavalcanti, reassume a Prefeitura.
	1934			17/07 artigo publicado no jornal O Pharol: “A antevisão maravilhosa de uma futura grande cidade industrial do Brasil – Petrolina” de autoria do Professor do Instituto biológico da USP, Prof. Queiroz Telles 05/10 Secretário José Pombo passa a responder pelo expediente da Prefeitura com a saída de Pacífico da Luz
	1935			08/10 Eleições municipais para prefeito e vereadores (1.136 eleitores). Eleito prefeito João Cardoso de Sá , sem competidor 1936-1939 – revogadas: autonomia do município conferida pela constituição de 1891 e a tentativa de democratização da política.
	1937			Pacífico da Luz é eleito
	1945	Getúlio deixa o poder 02/12/1945 Presidente da República Eurico Gaspar Dutra		Término do mandato de Pacífico da Luz – Assume Dr. Nestor Cavalcante como prefeito
Mandato temporário dos <small>Coelho</small>	1947		19/01 Governador Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	Nilo Coelho é eleito Deputado Estadual 10/03 Joaquim André Cavalcanti nomeado pelo interventor do Estado assume a prefeitura 25/07 Raimundo Santana, nomeado pela Interventoria Federal de Pernambuco, substitui Joaquim André Cavalcanti 15/11 João “Barracão” Ferreira da Silva adversário dos Coelho é eleito Prefeito municipal

	1950	03/10/1950 Presidente da República Getúlio Vargas	03/10/1950 Governador Agamennon Sérgio de Godoy Magalhães	HABITAÇÃO I – O arquiteto Cosme Cavalcanti, ex-Secretário de Obras, menciona em entrevista que primeiro momento da habitação em Petrolina aconteceu por iniciativa do bispo de Dom Avelar com a construção da Vila São Francisco em 1950 (casas pequenas e geminadas construídas para as pessoas que trabalhavam para a diocese de Petrolina).
	1951		24/08/1952 – Morre o Governador Agamennon Magalhães 23/10 Eleições governamentais (Etelvino Lins Albuquerque) Nilo Coelho é Secretário da Fazenda do Governo Etelvino Lins	Fim do mandato de João “Barracão” Ferreira da Silva 01/07 Eleições municipais (1ª a 93ª zonas) 15/11 o Major Ulisses Lustosa é eleito (apoiado por Nilo e João Barracão)
	1952	21/06/52 Getúlio Vargas em Petrolina Com o suicídio de Vargas assume o Vice, Café Filho		03/06 Major Ulisses Lustosa renuncia o cargo, assume João Ferreira Gomes 07/09 Eleitos em 22/08 José Almeida da Silva e Francisco Raimundo de Souza prefeito e vice-prefeito respectivamente (indicados por acordo político)
	1954		03/10/1954 Eleito Governador Oswaldo Cordeiro Farias	Nilo eleito para Deputado Federal e Oswaldo eleito Deputado Estadual
	1955	03/10/1955 Eleições presidenciais (eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira)		Fim do mandato de José Almeida da Silva 15/11/1955 eleitos José de Souza Coelho e Raimundo Santana
	1958	POUCA ATENÇÃO À HABITAÇÃO	03/10/1958 Eleições para Governador Cid Feijó Sampaio	
	1959			Fim do mandato de José de Souza Coelho 15/11/1959 Luiz Augusto Fernandes (jovem engenheiro do Rio de Janeiro, casado na família Coelho) e Diniz de Sá Cavalcanti tomam posse como Prefeito e Vice (eleitos)
	1960	03/10/1960 Eleições Presidenciais - Jânio da Silva Quadros		Nilo reeleito para Deputado Federal e Oswaldo reeleito para Deputado Estadual
	1962	06/01/1963 <i>Referendum</i> Presidencialismo ou parlamentarismo	07/10/1962 Eleições para Senador, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Governador (Miguel Arraes de Alencar)	23/08/1963 Proclamado resultado eleitoral. Eleitos José de Souza Coelho e Diniz de Sá Cavalcanti (prefeito e vice para o período de 1964-1968) e em 15/11 assumem o governo;
	1963	GOLPE de 1964 11/04/1964 Presidente Humberto de Alencar Castello Branco	Gov. Paulo Guerra	Geraldo Coelho tem a maior votação dos candidatos à câmara de vereadores (ficou como presidente da câmara durante toda a década de 60)
1964				
Mandato dos Coelho	1966	03/10 Presidente Arthur da Costa e Silva e vice Pedor Aleixo	26/05/1966 Nilo é indicado para Gov. de Pernambuco 03/09/1966 Assembléia ratifica a escolha do governador (Nilo de Souza Coelho) e vice (Salvino Machado Filho) 15/11/1966 Eleição direta para Deputados Federais, Estaduais e Senador.	HABITAÇÃO II – COHAB I Em 25/06/1967 Embaixadores de 11 nações encerram em Petrolina a excursão onde assistiram à inauguração de 440 casas na vila da Areia Branca conjunto residencial construído pela COHAB-PE cujas ruas receberam nomes dos países dos Embaixadores visitantes. A Areia Branca, também visitada por Castello Branco, começa puxando a expansão da cidade para o setor norte, vindo os sucessivos programas habitacionais da antiga COHAB 1, 2 e 3. Oswaldo que concorrera com êxito para ocupar o lugar de Nilo na Câmara Federal, fica em Recife como Secretário da Fazenda e Luiz Augusto Fernandes, ex-prefeito de Petrolina, é Secretário de Interior

1967		31/01/1967 Assume o gov. Nilo de Souza Coelho (1967-1970)	(governo de Nilo Coelho). INFRA-ESTRUTURA I - 09/05/1967 O presidente Costa e Silva é recebido por Nilo em Petrolina, visita Bebedouro e inaugura o primeiro trecho pavimentado da BR 122
1969	06/10/1969 Junta militar assume a Presidência		31/01 – Assumem prefeitura Simão Amorim Durando e Washington Barros (1969-1972) – eleições realizadas em 15/11/1968
1970	30/10/1969 Presidente (Emílio Garrastazu Médice) e Vice (Augusto Grüneqald)	03/10/1970 Governador (Eraldo Gueiros Leite) e Vice (José Antônio Barreto Guimarães)	INFRA-ESTRUTURA II - 18/04/1970 Pavimentação da PE-82 e Construção do Porto de Petrolina – Construtora Odebrecht 21/07/1970 250 postes de iluminação no Gercino Coelho – CELPE 21/11/1970 Iniciada a construção da Estação Rodoviária de Petrolina pela Odebrecht. O Prefeito Simão Durando inaugura a iluminação pública na Vila Eduardo
1971			27/02/1971 Governador Nilo Coelho inaugura trecho terraplenado da BR-407 entre Petrolina e Afrânio (em 12/03/1971 inaugura várias outras obras). 31/03 Simão Durando inaugura no Gercino Coelho o Centro de Saúde Dr. Nestor Cavalcante e salas de aula
1972			08/02 Presidente Médice em Petrolina (4º presidente a visitar o município) 20/09 apuração da eleição municipal para prefeito, vice e vereadores sendo eleitos para os dois primeiros cargos Dr. Geraldo de Souza Coelho e Dr. Nilberto Moura Leal 07/12/1972 Na cidade Ministros do Planejamento e do Interior acompanhando empresários do Rio e de São Paulo convidados pelo Governo Federal para interessá-los no desenvolvimento agropecuário da região
1973			31/01/1973 posse Dr. Geraldo de Souza Coelho e Dr. Nilberto Moura Leal (Prefeito e Vice-prefeito do município) para período 1973-1976 – candidatos únicos 13/12 Gal. Ernesto Geisel indicado a candidato da presidência da República visita Bebedouro e Sobradinho e almoça em Petrolina com Ex- Gov. Nilo e Governador Eraldo Gueiros

1974	14/01/1974 Eleição pelo Colégio Eleitoral, para Presidente (Ernesto Geisel) e Vice (Adalberto Pereira dos Santos)	03/10/1974 Eleição indireta, pela Assembléia Legislativa, para Governador (José Francisco de Moura Cavalcanti)	27/01/1974 Ministro da Agricultura (Moura Cavalcanti) e outros visitam Bebedouro e inauguram instalações do Projeto Fundiário do Médio São Francisco
1975	1975-1978	1975-1982	20/08/1975 Inauguração da Av. da Integração “maior artéria da cidade com 7 km de extensão, asfaltada e iluminada com lâmpadas de mercúrio. Preparando a Petrolina do Futuro” (PADILHA, 1982, 158) 25/08/1975 Convenção da ARENA indica, para a sucessão municipal os candidatos Dr. Geraldo Coelho (prefeito) e cirurgião-dentista Nilberto Moura leal (vice) (PADILHA, 1982, 160). No entanto, saem como candidatos pela ARENA o comerciante Diniz Cavalcanti (prefeito) e Lauriano Alves Correia (eleitos para o mandato de 1977 a 1982).

Quadro montado pela autora (fontes: CHILCOTE, Ronald; PADILHA, Antônio)

Anexo B (QUADRO 6) - Mapas em ArcGis e tabelas em excel

Mapas	Tabela excel	Mapas ArcGis
Prefeito 2004 - 4 mapas		
Fernando Bezerra Coelho		1
Luiz Gonzaga Patriota		1
Oswaldo Coelho		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Prefeito 2000 - 4 mapas		
Fernando Bezerra Coelho		1
Luis Eduardo Coelho		1
Luiz Gonzaga Patriota		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Prefeito 1996 – 4 mapas		
Guilherme Cruz de Souza Coelho		1
Diniz de Sá Cavalcanti		1
Rosalvo Antônio da Silva		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Deputado Federal 2002 – 4 mapas		
Oswaldo Coelho		1
Luiz Gonzaga Patriota		1
Clementino de Souza Coelho		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Deputado Federal 1998 - 4 mapas		
Oswaldo Coelho		1
Luiz Gonzaga Patriota		1
Clementino de Souza Coelho		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Deputado Federal 1994 – 4 mapas		
Oswaldo Coelho		1
Luiz Gonzaga Patriota		1
Eduardo Henrique Accioly Campos		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Deputado Estadual 2002 - 6 mapas		
Cyro Eugênio Viana Coelho		1
Diniz de Sá Cavalcanti		1
Geraldo de Souza Coelho		1
Isabel Cristina de Oliveira		1
Ranilson Ramos		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Deputado Estadual 1998 - 6 mapas		
Cyro Eugênio Viana Coelho		1
Diniz de Sá Cavalcanti		1
Geraldo de Souza Coelho		1
Isabel Cristina de Oliveira		1
Ranilson Ramos		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Deputado Estadual 1994 - 5 mapas		
Diniz de Sá Cavalcanti		1
Geraldo de Souza Coelho		1
Cícero Romão de Oliveira		1
Ranilson Ramos		1
Resultados bairros estudados/ votação município	1	1
Total de mapas	9 tabelas	41 mapas

Anexo C - QUADRO 7 - Eleições Majoritárias para Prefeito (1976 a 2004)

1976		1982		1988		1992		1996		2000		2004	
Candidato - partido/ coligação	Votação	Candidato - partido/ coligação	Votação	Candidato - partido/ coligação	Votação	Candidato - partido/ coligação	Votação	Candidato - partido/ coligação	Votação	Candidato - partido/ coligação	Votação	Candidato - partido/ coligação	Votação
Diniz de Sá Cavalcanti (vice: Lauriano Alves Correia) ARENA	12.255 (eleito) 68,48%	Augusto de Souza Coelho (vice: Simão de Amorim Durando) PDS	19.642 (eleito) 65,34%	Guilherme Cruz de Souza Coelho - PFL	26.382 (eleito) 48,48%	Fernando Bezerra Coelho - PMDB	27.635 (eleito) 49,29%	Guilherme Cruz de Souza Coelho - PFL	39.601 (eleito) 50,98%	Fernando Bezerra Coelho - PPS (Vice: Isabel Cristina PT- Unidade por Petrolina)	59.123 (eleito) 62,38%	Fernando Bezerra de Souza Coelho (vice: Odacy Amorim de Souza)	41.001 (eleito) (38,37% dos votos válidos)
José Walter Lubarino dos Santos (vice: Raimundo Reis de Macedo) MDB	5.641 31,52%	Joaquim Florêncio Coelho MDB	10.418 34,65%	Diniz de Sá Cavalcanti - PMDB	25.505 46,86%	Henrique Cruz - PFL	27.408 48,87%	Diniz de Sá Cavalcanti - PMDB	36.661 47,21%	Luiz Eduardo Coelho - PFL	30.493 32,17%	Gonzaga Patriota - PSB (vice Neuma de Sá Guedes PT)	37.460 (35,06% dos votos válidos)
				Joaquim Florêncio Coelho - PSB (vice Ralf PT)	1.282 2,35%	Max Medeiros - PT	1.033 1,84%	Rosalvo Antônio da Silva - PT	1.409 1,81%	Gonzaga Patriota - PSB	5.166 5,45%	Oswaldo Coelho - PFL (vice: José Novaes Diniz Carvalho PFL)	28.377 (26,56% dos votos válidos)
Total de eleitores	25.086	Total de eleitores	40.657					Total de eleitores	122.693	Total de eleitores	136.844		
90 seções		147 seções						Abstenção	19.953	Abstenção	21.471		
Branco	525	Branco	1.803	Branco	7.561	Branco	9.625	Branco	866	Branco	1.433	Branco	1.534
Nulos	281	Nulos	921	Nulos	2.670	Nulos	2.417	Nulos	3.188	Nulos	6.525	Nulos	7.001
Válidos	17.896	Válidos	30.060	Válidos	54.424	Válidos	56.076	Válidos	77.671	Válidos	94.782	Válidos	106.838
Apurados	18.702	Apurados	32.784	Apurados	64.655	Apurados	68.118	Apurados	81.725	Apurados	102.740	Apurados	115.373

Fonte: Elaboração Rosabelli Coelho com dados TRE (2006)

90,3% dos apurados e 77,25% do número de eleitores

92,60% dos apurados e 78% do número de eleitores

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)